

# Esporte e Lazer

**Subsídios para o desenvolvimento e a gestão  
de políticas públicas**

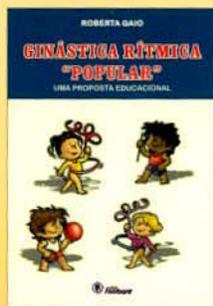
Organizadores

**Fernando Marinho Mezzadri**

**Fernando Renato Cavichioli**

**Doralice Lange de Souza**

## Outros títulos



EXEMPLAR ÚNICO  
PERTENCE AO ARQUIVO  
DO DCTEC/SNDEL  
Ministério do Esporte

16

EXEMPLAR ÚNICO  
PERTENCE AO ARQUIVO  
DO DCTEC/SNDEL  
Ministério do Esporte

Organizadores  
**Fernando Marinho Mezzadri**  
**Fernando Renato Cavichioli**  
**Doralice Lange de Souza**

**ESPORTE E LAZER:**  
SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO E A GESTÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS

EXEMPLAR ÚNICO  
PERTENCE AO ARQUIVO  
DO DCTEC/SNDEL  
Ministério do Esporte

ISBN: 978-85-87114-42-6

 *editora*  
**Fontoura**

---

*Jundiaí - SP - Brasil*  
*dezembro/ 2006*

Fontoura Editora Ltda.  
Caixa postal 2096 Jundiaí - SP CEP 13201-973  
Tel./Fax: (11) 4587-9610 - Tel.: (11) 4587-9611  
www.editorafontoura.com.br  
e-mail: atendimento@editorafontoura.com.br

## **ESPORTE E LAZER:**

**SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO E A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

1ª Edição - dezembro/2006

**Impresso no Brasil**

Revisão ortográfica e gramatical  
**Pedro Martins Chimachi**

Supervisão editorial  
**Ricardo Fontoura**

Todos os direitos reservados.

A fotocópia de qualquer parte deste livro é ilegal e configura apropriação dos direitos intelectuais e patrimoniais do autor.

**Lei Federal nº. 9610, de 19 de fevereiro de 1998.**

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

- 
- E78 Esporte e lazer : subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas / organizadores Fernando Marinho Mezzadri ; Fernando Renato Cavichioli ; Doralice Lange de Souza. - Jundiaí, SP : Fontoura, 2006  
il.  
Pesquisa desenvolvida por pesquisadores do CEDES, Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer da Universidade Federal do Paraná 142 p.  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-87114-42-6
1. Esportes - Pesquisa - Paraná. 2. Educação física - Pesquisa - Paraná. 5. Lazer - Pesquisa - Paraná. 4. Esportes e Estado - Paraná. 2. Lazer - Política governamental - Paraná. I. Mezzadri, Fernando Marinho. II. Cavichioli, Fernando Renato. III. Souza, Doralice Lange de. IV. Universidade Federal do Paraná. Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.
- 06-4437. CDD 796.098162  
06.12.06 07.12.08 CDU 796(816.2)  
017236
-

## BIOGRAFIA DOS PROFESSORES COLABORADORES

### Doralice Lange de Souza

É natural de Curitiba (PR). Licenciou-se em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná e tornou-se especialista em Educação Física Escolar pela UNICAMP, especialista em Desenvolvimento Humano e Motricidade pela UNESP, mestre em Educação Infantil pelo Wheelock College (Boston, EUA) e mestre e doutora em Educação pela Harvard University (Cambridge, USA). Foi pesquisadora do Foundation for Educational Renewal (USA) e professora do curso de Pedagogia e Programa de Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Ingressou como professora na Universidade Federal do Paraná, Departamento de Educação Física, em outubro de 2005 e desde então vem ministrando disciplinas relacionadas à metodologia da pesquisa tanto na graduação quanto no Programa de Mestrado em Educação Física. Autora dos livros *Schools where children matter: exploring educational alternatives* (Editora Foundation for Educational Renewal, 2003) e *Educação holística: educando o ser humano como um todo e como parte de um todo maior* (Editora da Universidade Tuiuti do Paraná, 2006). Publicou artigos nos livros *Educating for a culture of peace* (Editora Heinemann, 2004); *O tempo e o espaço na educação: o cotidiano escolar* (Editora Champagnat, 2003); *Tecnologia e educação: perspectivas integradoras* (Editora Positivo, 2005). Autora também de vários artigos publicados em periódicos e em anais de eventos científicos nacionais e internacionais.

### Fernando Marinho Mezzadri

É natural de Ponta Grossa (PR), licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG (1987), especialista em Teoria e Métodos de Pesquisa em Educação Física pela UNICAMP (1989), mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, e Doutor em Educação Física pela UNICAMP. Atualmente trabalha na Universidade Federal do Paraná, onde é professor na graduação e no Programa de Pós-graduação em Educação Física. É membro pesquisador do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade/ CEPELS e Coordenador da REDE CEDES núcleo UFPR. Autor dos livros *A Educação física no terceiro grau: história, função e análise da proposta curricular* (1996) e organizador da Coletânea do *X Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança* (2006). Tem capítulo de livro no *Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física, saúde e lazer no Brasil* (2005) além de várias publicações em revistas e em congresso nacionais e internacionais na área de políticas públicas para o esporte e lazer.

### **Fernando Renato Cavichioli**

É natural de Rio Claro (SP), licenciado em Educação Física e técnico desportivo pela Universidade Estadual Paulista/campus de Rio Claro (1988). Especialista em Educação Física Escolar pela UNICAMP (1990), mestre (1996) e doutor em Educação (2004) pela Universidade Metodista de Piracicaba. Atualmente trabalha no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná lecionando na graduação e no Programa de Mestrado em Educação Física. Autor de capítulo no livro *Introdução à sociologia da cultura*, organizado por C. F. Brandão e Camargo (Editora Avercamp, 2005). Autor também de vários artigos em periódicos e anais tanto no Brasil (ex. Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Congresso de História do Esporte, Lazer e Educação Física) quanto no exterior (ex. Associação Latino Americana de Sociologia—ALAS).

### **Letícia Godoy**

É natural de Ponta Grossa (PR), licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (PR) e mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho (RJ). Participa da Rede Cedes como coordenadora do projeto intitulado Diagnóstico e Catalogação dos Programas e Projetos Sócio-Esportivos e de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná. É professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná desde 1995, nas disciplinas de Organização e Administração na Educação Física e Organização de Competições. Autora de artigo no *Atlas do esporte no Brasil* (Editora Shape) e membro da Academia Olímpica Brasileira.

### **Roseleer Vendruscolo**

É mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho. Atualmente é Professora Assistente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná e coordena o projeto de extensão universitária *Sem Fronteiras: atividades corporais para adultos maduros e idosos*. Desenvolve pesquisas no campo do “envelhecimento, da velhice e das atividades corporais” procurando enfatizar problemáticas sociais, psicológicas e educacionais relativas aos idosos envolvidos em programas socioculturais, assim como aspectos relacionados à formação de futuros profissionais para intervir na área.

### **Simone Rechia**

É natural de Curitiba (PR), professora adjunta do departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, no curso de graduação e pós-graduação em Educação Física. Membro pesquisador do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade e do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte. Mestre em Educação e Doutora em Educação Física na área de

estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Desenvolve pesquisas com temáticas referentes ao planejamento urbano das cidades e a relação com os espaços e equipamentos de Esporte e lazer. Principais artigos publicados: *Espaço urbano do controle à liberdade* (artigo publicado no livro *Representações do lúdico*, organizado por Heloisa Bruhns, 2001, Autores Associados); *O jogo do espaço e o espaço do jogo* (Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2006, v. 27); *Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por marca identitária na cidade de Curitiba* (Revista Movimento, v11, 2006).

### **Vera Luiza Moro**

É natural de Curitiba (PR), licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, e mestre em Educação pela mesma Universidade. Participa da Rede Cedex como coordenadora em dois projetos: Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR, e Identificação de acervos para levantamento de fontes em história da educação física, esporte e lazer no Paraná. Atualmente é professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná nas disciplinas de Introdução à Educação Física e História da Educação Física.

### **Wanderley Marchi Júnior**

É natural da cidade de Rio Claro (SP), licenciado em Educação Física e técnico desportivo pela Universidade Estadual Paulista/campus de Rio Claro (1987). Possui especialização em Teorias da Educação Física e Métodos de Pesquisa pela Universidade Estadual de Campinas (1989) e mestrado (1994) e doutorado (2001) em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente trabalha no Departamento de Educação Física e Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, onde leciona na graduação e no Programa de Mestrado em Educação Física, e também no Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia. É coordenador do Centro de pesquisas em esporte, lazer e sociedade/CEPELS da Universidade Federal do Paraná e do grupo temático *Deporte, esparcimiento y sociedad* da Associação Latinoamericana de Sociologia/ALAS. Autor do livro *"Sacando" o voleibol*, pela Editora Hucitec (2004), tem capítulos nos livros *Esporte: história e sociedade*, pelos Autores Associados (2002), *Introdução à sociologia da cultura*, pela Avercamp (2005) e *Ensaio sobre história e sociologia nos esportes*, Editora Fontoura (2006), além de várias publicações e participação em Congressos nacionais e internacionais na área de Sociologia do Esporte.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
1. O NÚCLEO DA REDE CEDES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ .....	17
Doralice Lange de Souza, Fernando Marinho Mezzadri e Fernando Renato Cavichioli	
2. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CAMPO CIENTÍFICO: REPENSANDO AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA SOBRE O ESPORTE E O LAZER .....	29
Wanderley Marchi Júnior	
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E O LAZER NAS CIDADES DO ESTADO DO PARANÁ .....	43
Fernando Marinho Mezzadri, Fernando Augusto Starepravo, Daniel Basso, Luisiana Guimarães e Robson Privado dos Reis	
4. O ESTADO DO PARANÁ E SEUS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER: APROPRIAÇÃO, DESAPROPRIAÇÃO OU REAPROPRIAÇÃO! .....	61
Simone Rechia e Rodrigo França.	
5. UM ESTUDO DOS PROGRAMAS PÚBLICOS PARA IDOSOS DE ALGUNS MUNICÍPIOS PARANAENSES: A ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTIVA E DE LAZER EM FOCO .....	75
Rosecler Vendruscolo e Priscila Ellen Marconcin.	
6. JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	93
Fernando Renato Cavichioli, Elizabeth Ferreira de Souza, Vítor do Nascimento Augusto e Aline Barato Cheluchinack.	

7. CENTROS DE MEMÓRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE ..... 117  
Vera Luiza Moro e Letícia Godoy
8. ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE: APONTAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ..... 131  
Doralice Lange de Souza

## APRESENTAÇÃO

Este livro constitui-se em uma coletânea de artigos escritos pelos pesquisadores do núcleo da rede CEDES—Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer—da Universidade Federal do Paraná, e tem como objetivo socializar alguns resultados das pesquisas sendo desenvolvidas pelos mesmos.

Os projetos que compõem a rede CEDES/UFPR são os seguintes: (1) Diagnóstico das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná; (2) Diagnóstico e Catalogação dos programas e Projetos Sócio-Esportivos e de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná; (3) Diagnóstico dos Programas e ou Projetos de Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer para Idosos; (4) O Estado do Paraná e seus Espaços e equipamentos de Esporte e Lazer; (5) Formulação de Hábitos de Esporte e Lazer; (6) Identificação de acervos para levantamento de Fontes para História da Educação Física, Esporte e Lazer no Paraná; (7) Atividade física, saúde e lazer: Subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas; (8) Análise sociológica das Políticas Públicas e Projetos Esportivos; (9) Mecanismos de transferências de resultados do Projeto Rede CEDES. (10) Estatuto de defesa do torcedor: Análise comparativa entre o interesse individual, coletivo, privado e governamental. Os artigos que fazem parte deste livro são frutos de resultados preliminares de alguns destes projetos.

O primeiro artigo—*O Núcleo da Rede CEDES na Universidade Federal do Paraná*—é de autoria de Doralice Lange de Souza, Fernando Marinho Mezzadri e Fernando Renato Cavichioli. O objetivo deste artigo é o de descrever o núcleo CEDES/UFPR, fazendo uma apresentação dos projetos que compõem este núcleo e tecendo algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento do grupo. Este capítulo proporciona ao leitor uma visão geral sobre os trabalhos sendo desenvolvidos pela rede CEDES/UFPR e oferece um mapeamento dos projetos de onde derivam os artigos apresentados neste livro.

O segundo artigo — *A Educação Física e o Campo Científico: Repensando as Possibilidades de Pesquisa Sobre o Esporte e o Lazer*—de Wanderley Marchi Júnior, visa explorar algumas possibilidades da pesquisa sociológica na área da Educação Física. O texto é organizado em torno das seguintes questões: 1) Por que e como fazer pesquisa sociológica? 2) Quais conteúdos da Educação Física que permitem esse procedimento metodológico de pesquisa? 3) Por que pensar na Sociologia do Esporte e do Lazer? 4) Quais referenciais teóricos podem nos auxiliar nesta tarefa? Marchi Jr enfatiza a importância da pesquisa sociológica nos diferentes campos do conhecimento, com um enfoque especial nas áreas do esporte e do lazer. Enquanto referencial teórico, ele destaca a Sociologia Configuracional de Norbert Elias, tendo também como apoio o trabalho de Eric Dunning, Renato Ortiz, Charles Wright Mills e Johan Goudsblom, entre outros.

O terceiro artigo intitula-se *Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer nas Cidades do Estado do Paraná* e é de autoria de Fernando Marinho Mezzadri, Fernando Augusto Starepravo, Daniel Basso, Luisiana Guimarães e Robson Privado dos Reis. Neste texto, os pesquisadores analisam os dados levantados em 15 cidades do Estado do Paraná, divididas em dois grupos. O primeiro trata de Guaratuba, Praia de Leste, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba, cidades do litoral paranaense. O segundo se constitui nas cidades Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Colombo, São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara e Campina Grande do Sul, todas cidades paranaenses com mais de 100.000 habitantes. Os autores iniciam o artigo descrevendo o projeto de pesquisa sendo desenvolvido junto à rede CEDES. A seguir, apresentam os resultados da pesquisa em três seções principais: Na primeira, descrevem as estruturas organizacionais das Secretarias Municipais e/ou Autarquias Municipais, onde estão alocados os Departamentos de Esporte e Lazer dos municípios estudados. Na segunda, discutem a forma de gestão e o orçamento dos órgãos responsáveis pelo esporte e lazer nos diferentes municípios. Na terceira, discutem os projetos desenvolvidos na área do esporte e do lazer. Algumas das principais preocupações levantadas pelos autores são as seguintes: Os órgãos destinados a cuidar do esporte e lazer nos diferentes municípios pesquisados carecem de um maior entendimento sobre o papel do esporte e o lazer na sociedade. O número de profissionais qualificados para trabalhar com o esporte e lazer é baixo, quando comparado com o número de estagiários atuantes nestas áreas. Muitos projetos são desenvolvidos de forma aleatória, sem planejamento e sem a participação da sociedade civil e de profissionais da área do esporte e do lazer. Além disto, a maioria dos projetos são direcionados a práticas esportivas com intuito de formar atletas e/ou aperfeiçoá-los, o que acaba por prejudicar um maior investimento em projetos com fins educativos, recreativos e de lazer que poderiam estar atendendo à população de uma forma geral e menos restrita. Os autores sugerem, entre outras coisas, o desenvolvimento de um melhor embasamento por parte dos municípios sobre a importância do esporte e do lazer e para atuarem nesta área; a contratação de profissionais qualificados para atuarem neste campo; a participação da população no desenvolvimento de políticas públicas

e na gestão do esporte e do lazer; o desenvolvimento de projetos que vão além de projetos desportivos e que de fato atendam as necessidades da população como um todo (ex. pessoas portadoras de necessidades especiais, terceira idade, trabalhadores, mulheres).

Em *O Estado do Paraná e seus Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer: Apropriação, Desapropriação ou Reapropriação?*, Simone Rechia e Rodrigo França apresentam alguns resultados preliminares do projeto de pesquisa que vêm desenvolvendo junto à rede CEDES. Eles iniciam o artigo apresentando o seu projeto de pesquisa, referencial teórico e procedimentos metodológicos. A seguir, eles descrevem e analisam a situação de alguns espaços e equipamentos de esporte e lazer das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. Alguns pontos fundamentais levantados pelos autores são os seguintes: (1) A importância dos espaços e equipamentos de esporte e lazer para o desenvolvimento humano e possível transformação da realidade, uma vez que estes podem proporcionar trocas de experiências, socialização, brincadeiras, vivências culturais, atividades físicas, organização social, manifestações políticas, etc. (2) O papel do poder público no sentido de disponibilizar espaços e equipamentos que sejam acessíveis, bem mantidos, seguros e que propiciem uma variedade de experiências à população. (3) A responsabilidade do Estado em promover ações educacionais para que as pessoas possam de fato experimentar o lazer, a cultura e o esporte de forma ampla, rica e significativa.

O quinto artigo é de autoria de Rosecler Vendruscolo e Priscila Ellen Marconcin e intitula-se *Um Estudo dos Programas Públicos para Idosos de alguns Municípios Paranaenses: A Atividade Física, Esportiva e de Lazer em Foco*. Inicialmente, as autoras fazem uma revisão de literatura sobre a questão do envelhecimento, destacando a crescente demanda pelo desenvolvimento de programas sócio-educativos para a população idosa. A seguir, elas descrevem e tecem algumas análises de 8 programas para idosos vinculados às prefeituras de Piraquara, Araucária, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel, todos municípios paranaenses. Alguns pontos fundamentais levantados pelas autoras se referem à necessidade de uma maior fundamentação teórica e metodológica na área do envelhecimento e da velhice por parte das instituições que atuam com o idoso. Segundo elas, estas instituições precisam reconhecer não somente os aspectos biológicos relacionadas à questão do envelhecimento, mas também os aspectos sociais, psicológicos e culturais. Estas precisam também melhor se instrumentalizar em termos pedagógicos para o trabalho com o idoso. Outro ponto destacado por Vendruscolo e Marconcin é a necessidade de se desenvolver uma maior unidade entre as Secretarias de Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social e Secretaria da Saúde na construção e execução das propostas de trabalho para que os idosos sejam atendidos de uma forma mais integrada e efetiva em suas diferentes necessidades, com vistas uma maior autonomia física, psicológica e social, bem como a uma melhor qualidade de vida.

O sexto artigo—*Juventude, Esporte e Lazer: Perspectivas e Desafios para as Políticas Públicas*—foi escrito por Fernando Renato Cavichioli e seus orientandos Elizabeth Ferreira de Souza, Vítor do Nascimento Augusto e Aline Barato Cheluchinack. Os autores iniciam o texto discutindo a concepção de juventude e de lazer adotados no estudo, visando contextualizar a apresentação de alguns resultados de suas pesquisas sendo desenvolvidas junto à rede CEDES, onde investigam, a partir de uma perspectiva quantitativa, como os jovens de 14 a 19 anos, frequentadores das escolas da rede pública de ensino do Paraná, experienciam o esporte e o lazer. No caso deste artigo em específico, eles focam a discussão em dados coletados em duas cidades: Piraquara e Araucária. Ao discutir os seus resultados, eles levantam algumas questões fundamentais. Por exemplo, ao concluírem que os esportes são importantes atividade do cotidiano masculino, e que dentre as diferentes modalidades desportivas, o futebol é a mais praticada, questionam se o poder público deveria ampliar a participação dos jovens neste esporte, ou se deveria este centrar os seus esforços no sentido de possibilitar e incentivar a prática de outras modalidades desportivas e de lazer. Outro exemplo, ao detectarem que ouvir música é um hábito corriqueiro no cotidiano feminino, indagam como poderia o poder público potencializar as práticas corporais e qualidade de vida das jovens. Ainda outro exemplo, ao concluírem que o espaço da casa dos adolescentes e/ou de seus parentes é bastante utilizado nos finais de semana tanto para a convivência social como para o consumo da cultura de massa (ex. indústria televisiva, internet, vídeo-games, DVD's), perguntam que tipo de intervenção governamental poderia ocorrer nestes espaços no sentido de melhorar a qualidade das experiências dos jovens. Embora os autores não apresentem respostas para as questões levantadas, os dados apresentados e as reflexões geradas pelos mesmos oferecem subsídios fundamentais para futuras pesquisas na área e para a formulação e a gestão de políticas públicas para o esporte e o lazer para a juventude.

O sétimo capítulo—*Centros de Memória em Educação Física, Esporte e Lazer: Algumas contribuições para o Debate*—é de autoria de Vera Luiza Moro e Leticia Godoy. As autoras iniciam o artigo apontando a ausência de políticas institucionais para a preservação de fontes documentais, o que tem dificultado o trabalho de pesquisadores que dependem deste tipo de fontes para desenvolverem o seu trabalho. Elas então narram o processo de desenvolvimento do Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR, dando destaque à importância da iniciativa do Ministério dos Esportes, que tem financiado a rede CEDES, e através desta, o projeto do Centro de Memórias em Educação Física e o desenvolvimento do SiCedes, um banco de dados que tem permitido não somente catalogar a documentação sendo compilada através do Centro de Memória, como também dados sendo colhidos e analisados pelos diferentes projetos da rede acerca de políticas públicas, programas, espaços e equipamentos, e hábitos de esporte e lazer no Estado do Paraná. No decorrer do artigo, Moro e Godoy apresentam os aspectos técnicos adotados para o desenvolvimento do SiCedes e relatam como

estão sendo feitas as descrições das fontes a partir das normas da ISAAD(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (2000) e do ISAAR (CPF) (1998) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. O objetivo do artigo – a descrição da experiência do Centro de Memória e do SiCedes—é o de contribuir com algumas idéias de possíveis caminhos para o avanço de aplicações e soluções no desenvolvimento de políticas institucionais para o tratamento, descrição, disponibilização e condições de acesso à fontes por parte de pesquisadores interessados em informações nas áreas de Educação Física, esporte e lazer.

O oitavo capítulo intitula-se *Atividade Física e Saúde: Apontamentos para o Desenvolvimento de Políticas Públicas*, e é de responsabilidade de Doralice Lange de Souza. A autora inicia o texto discutindo alguns possíveis benefícios da atividade física (AF) regular e bem orientada para a saúde, alertando, no entanto, que a AF é somente uma, dentro de inúmeras outras variáveis, que interferem com a saúde. A seguir, ela explora alguns fatores que tendem a se relacionar com a aderência — ou não — à atividade física, como por exemplo, condições de trabalho, moradia e segurança; nível salarial e de escolaridade; condições de acesso a espaços, equipamentos e profissionais bem preparados para a orientação da AF. Na seqüência, ela apresenta alguns resultados preliminares de sua pesquisa sendo desenvolvida junto à rede CEDES, onde investiga, a partir de uma perspectiva qualitativa, os principais fatores de aderência à prática de AF regular por parte de um grupo de pessoas. No caso deste artigo, ela focaliza a sua análise em dados coletados a partir de entrevistas com três mulheres trabalhadoras com baixo nível de remuneração e escolaridade, e conclui que o fator mais importante que mantém estas mulheres em AF regular é o bem estar físico e mental imediato que este tipo de atividade lhes proporciona. A autora finaliza o texto tecendo algumas considerações para a formulação de políticas públicas e programas voltados à AF, sugerindo que entre outras coisas, estes devem promover: (1) condições concretas para a prática da AF (ex. assistência médica, boa alimentação, educação, emprego, moradia, acesso à espaços, equipamentos e profissionais bem preparados); (2) conhecimentos sobre a importância da AF para a saúde e experiências que promovam o gosto e o hábito da prática deste tipo de atividade desde os primeiros anos de vida da criança; (3) condições para que os indivíduos possam praticar AF da forma mais próxima possível de seus interesses e preferências, para que esta prática possa lhes proporcionar um senso de significado e prazer no momento em que ocorre, e não meramente em um futuro distante; do contrário, a prática da AF será apenas mais uma das inúmeras tarefas feitas por obrigação e com desprazer pelos indivíduos em seu cotidiano, o que possivelmente os levará a desistir da mesma logo após umas poucas sessões.

Esperamos que esta publicação seja apenas o primeiro trabalho de uma série de outros que possivelmente virão. Na medida em que os projetos de pesquisa que compõem o núcleo CEDES/UFPR forem sendo desenvolvidos, e na medida em que a interlocução entre os pesquisadores deste núcleo em específico, e entre

os pesquisadores deste núcleo com outros núcleos da Rede CEDES à nível nacional forem crescendo e se aprofundando, buscaremos unir esforços para continuar trazendo a público os resultados de nossos trabalhos, tendo como meta subsidiar o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas para o esporte e o lazer no Estado do Paraná e no Brasil como um todo.

Antes de findar esta breve apresentação, gostaríamos de agradecer todos os participantes da pesquisa que dispuseram de materiais e principalmente, de seu valioso tempo, para atender às nossas demandas. Gostaríamos também de agradecer ao Ministério do Esporte - Secretaria Nacional do Esporte e do Lazer -, à Universidade Federal do Paraná, ao Arquivo Público do Paraná, à Paraná Esporte, ao CNPQ e à Fundação Araucária o seu apoio aos trabalhos e às pesquisas sendo desenvolvidas pelo núcleo CEDES/UFPR.

Doralice Lange de Souza  
Fernando Marinho Mezzadri  
Fernando Renato Cavichioli

## **O NÚCLEO DA REDE CEDES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**Doralice Lange de Souza<sup>1</sup>**

**Fernando Mezzadri<sup>2</sup>**

**Fernando Cavichioli<sup>3</sup>**

Este artigo visa fazer uma apresentação dos projetos que compõem o núcleo da Rede CEDES—Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer — da Universidade Federal do Paraná e tecer algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento do grupo. O núcleo CEDES/UFPR foi implantado no Centro de Pesquisas em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) no Departamento de Educação Física da UFPR em julho de 2005 e no momento envolve dez professores e vários alunos bolsistas e voluntários. Os trabalhos deste núcleo têm sido financiados pelo Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer e pela UFPR. Eles têm também recebido o apoio do CNPq, através de bolsas vinculadas aos projetos dos professores envolvidos na rede. Alguns projetos do núcleo possuem parcerias com o Arquivo Público do Paraná e com a Fundação de Esportes do Estado do Paraná / Paraná Esporte, instituição esta que tem desempenhado o papel de responsável oficial pela promoção do esporte no Estado do Paraná desde 1987.

A rede CEDES/UFPR iniciou os seus trabalhos com dois objetivos principais: fazer um diagnóstico da gestão pública, dos programas, dos projetos, dos espaços e dos equipamentos para o esporte e lazer existentes nos municípios paranaenses e o de desenvolver um mapeamento dos hábitos de esporte e lazer nestes municípios. O objetivo inicial do núcleo, mais especificamente, era o de sistematizar um estudo junto às Secretarias Municipais de Esporte e Lazer no Paraná, com o intuito de elaborar um quadro geral que demonstrasse a realidade das políticas públicas para esse setor. Na época em que o núcleo foi criado não se sabia - e na verdade pouco ainda se sabe - quantas Secretarias e Departamentos de Esportes e Lazer existem no Estado, qual a forma de gestão pública utilizadas nos municípios, qual o conceito de esporte e lazer existentes nas propostas dos governos municipais, quais os espaços e os equipamentos existentes, e quais os hábitos dos indivíduos para a prática do esporte e do lazer. O objetivo principal da rede CEDES/UFPR quando criado era portanto, o de criar um centro de informação e documentação das políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios do Estado do Paraná.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, professora Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

<sup>2</sup> Doutor em Educação Física, professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

<sup>3</sup> Doutor em Educação, professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

A rede hoje se expandiu e ampliou as suas metas. Ao mesmo tempo em que alguns projetos mantêm os objetivos descritos acima, a rede agrega agora novos projetos que não necessariamente se encaixam na categoria “diagnósticos de políticas públicas”, como veremos a seguir. A característica principal de todos os projetos que compõem a rede e que os unem à mesma é que possuem o objetivo comum de gerar subsídios para o desenvolvimento e para a gestão de políticas públicas na área do esporte e do lazer.

Os projetos que compõem o núcleo CEDES/UFPR são os seguintes: (1) Diagnóstico das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná; (2) Diagnóstico e Catalogação dos programas e Projetos Sócio-Esportivos e de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná; (3) Diagnóstico dos Programas e ou Projetos de Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer para Idosos; (4) O Estado do Paraná e seus Espaços e equipamentos de Esporte e Lazer; (5) Formulação de Hábitos de Esporte e Lazer; (6) Identificação de acervos para levantamento de Fontes para História da Educação Física, Esporte e Lazer no Paraná; (7) Atividade física, saúde e lazer: Subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas; (8) Análise sociológica das Políticas Públicas e Projetos Esportivos; (9) Mecanismos de transferências de resultados do Projeto Rede CEDES. (10) Estatuto de defesa do torcedor: Análise comparativa entre o interesse individual, coletivo, privado e governamental. A seguir faremos uma breve descrição de cada um desses projetos:

- 1) Diagnóstico das políticas públicas para o esporte e lazer no Estado do Paraná. Professor responsável: Fernando Mezzadri.** Este projeto visa desenvolver um estudo sobre a realidade das políticas públicas para o esporte e lazer em algumas cidades do Estado do Paraná, incluindo Curitiba e região metropolitana, cidades do litoral e cidades com mais de 100.000 habitantes. Mais especificamente, o projeto visa investigar qual a forma de gestão das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, como elas se organizam administrativamente, e que tipos de projetos e programas as mesmas têm desenvolvido. O principal instrumento de coleta de dados desta pesquisa é uma entrevista estruturada com questões abertas e fechadas, realizada junto aos Secretários Municipais ou responsáveis pelos Departamentos de Esporte e Lazer das cidades. Os roteiros das entrevistas são compostos de três partes: A primeira investiga a Estrutura Administrativa das secretarias e/ou departamentos, focalizando suas divisões internas, a relação dos profissionais e as divisões descentralizadas. A segunda refere-se à gestão pública, direcionando as questões para o plano de governo, a participação da sociedade civil organizada e comunidade em geral na elaboração, acompanhamento e fiscalização do plano de governo. Já a terceira trata dos programas e projetos de esporte e lazer realizados nas cidades. Com o objetivo de complementar os dados obtidos a partir das entrevistas, está sendo também realizada uma revisão dos documentos disponíveis sobre os projetos e programas dos diferentes municípios. Em termos de fundamentação teórica e metodológica, o projeto conta com o trabalho de diferentes autores. Para a discussão sobre a gestão pública para o esporte e

lazer, pode-se citar, por exemplo, Mezzadri (2000) e Linhales (2001). Para a discussão sobre a estrutura organizacional das Secretarias de esporte e lazer, Cristan (2002) é um importante referencial. Já para a análise dos programas esportivos de lazer, um trabalho de referência é o de Zaluar (1994). Acredita-se que a partir da análise deste conjunto de documentos será possível fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no Estado capazes de atender demandas de projetos sócio-esportivos e de incentivo ao esporte.

- 2) **Diagnóstico e catalogação dos programas e projetos sócio-esportivos e de incentivo ao esporte no Estado do Paraná. Professora responsável: Letícia Godoy.** Este projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Paraná Esportes e tem como objetivo o levantamento, mapeamento e catalogação de documentos relativos a programas e projetos sócio-esportivos e de incentivo ao esporte no Estado do Paraná desde a década de 80. O instrumento para coleta de dados, catalogação do acervo e do conjunto de documentos se constitui em uma ficha composta por três partes: (1) *Caracterização do Documento* — engloba as seguintes informações: formato, tipo, título, autor(es), destinatários(s) e data do projeto. (2) *Objeto do Documento* — contém uma descrição da natureza do projeto, local e responsáveis. (3) *Conteúdo do Documento* — contém palavras-chave; descrição analítica e síntese das principais informações. Tendo em vista a amplitude da temática estudada — projetos sócio-esportivos e de incentivo ao esporte — o projeto em um primeiro momento está se detendo às políticas públicas de incentivo ao esporte, considerando apenas os programas e projetos que se referem especificamente ao incentivo ao atleta do esporte de rendimento no Estado do Paraná. Alguns dos autores que fundamentam esta pesquisa são Melo (1999), Mezzadri (2000) e Veronez (2005).
- 3) **Diagnóstico dos programas e ou projetos de atividades físicas, esportivas e de lazer para idosos. Professora responsável: Rosecler Vendruscolo.** Tendo em vista o crescente envelhecimento da população e a necessidade de se desenvolver projetos educacionais e de melhoria da qualidade de vida da população idosa, este projeto visa desenvolver uma investigação de cunho descritivo dos programas e projetos de intervenção municipais públicos ofertados aos idosos, com um enfoque especial nas questões relacionadas à prática esportiva e de lazer que envolve atividade física. Inicialmente foram selecionadas para participar do estudo as cidades de Araucária, Piraquara, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel. Posteriormente serão incluídas na pesquisa outras cidades com mais de 100.000 habitantes no Estado do Paraná. Esta pesquisa tem como principal instrumento de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada que tem sido aplicada aos responsáveis pelos programas e/ou projetos para os idosos. Outro instrumento de coleta de dados é a análise de documentos para o aprofundamento e contextualização das informações sobre cada programa e/ou projeto. A revisão destes documentos tem buscado informações sobre os programas e projetos, tais como a sua história e objetivos, formas de organização, atividades oferecidas, princípios teóricos e

metodológicos, e dados sobre a sua infra-estrutura. A análise de dados tem procurado elementos para a descrição de cada proposta em si e para a comparação das mesmas em termos de aspectos convergentes e divergentes, com a sustentação de um quadro teórico pautado em conhecimentos da área de envelhecimento, da velhice e das atividades físicas, esportivas e de lazer. Alguns dos autores sendo utilizados para fundamentar o trabalho são Cachioni (1999; 2003), Debert (2002), Faria Jr (2004), Fenalti (2003), Marques Filho (1998), Miranda, Gerez e Velardi (2004), Néri e Cachioni (1999) e Okuma (1998, 2002).

- 4) **O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer. Professora responsável: Simone Rechia.** O objetivo deste projeto é o de investigar como são planejados e vivenciados os espaços e equipamentos destinados ao Esporte e ao Lazer em cidades do Paraná com mais de 100.000 habitantes no que se refere às práticas corporais. A pesquisa é de cunho etnográfico e adota como referencial a análise cultural proposta por Geertz (1989). Em termos de procedimentos metodológicos, o estudo envolve um mapeamento de alguns parques e praças e o seu entorno, bem como a descrição dos espaços e equipamentos destinados às experiências do esporte e do lazer. O estudo envolve também observações de como os usuários se utilizam destes espaços e equipamentos. Além disto, ele engloba entrevistas semi-estruturadas com usuários e administradores visando abordar aspectos relacionados à criação, implementação e apropriação dos espaços e equipamentos. Espera-se que esta pesquisa possa gerar um maior entendimento sobre as relações entre planejamento de parques e praças públicas e sua utilização, bem como sobre formas de comportamento dos cidadãos no que tange à apropriação destes espaços.
- 5) **Formulação de Hábitos de esporte e lazer. Professor responsável: Fernando Cavichioli.** Este projeto visa aprofundar a discussão teórica sobre as diversas possibilidades de leitura sobre o esporte e lazer na sociedade contemporânea e investigar hábitos de esporte e lazer dos adolescentes paranaenses. O universo do estudo são estudantes freqüentadores do ensino médio das escolas da Rede Pública de Ensino dos municípios com mais de 100.000 habitantes no Paraná. Estão sendo selecionadas duas escolas de cada município de acordo com a sua dimensão e localização. Os critérios para a escolha são que uma escola seja da região central e outra da região periférica de cada cidade e que, de acordo com os arquivos da Prefeitura Municipal e do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná, apresentem o maior número de alunos. Para a coleta de dados está sendo utilizado um questionário estruturado organizado em quatro grupos temáticos: o primeiro, sobre os dados pessoais dos adolescentes; o segundo, acerca de suas atividades rotineiras e outras que normalmente se distanciam das ordinárias (lazer); o terceiro, a respeito dos locais mais freqüentados pelos mesmos; o quarto, sobre o seu desejo no que tange às práticas de esporte e lazer, quanto àquilo que realmente praticam e, por fim, sobre quem

normalmente promove tais práticas e as principais barreiras para a sua não participação efetiva nas mesmas. Os principais autores que fundamentam a discussão teórica desta pesquisa são Adorno (1995) Adorno e Horkheimer (1986), Elias (1993) Featherstone (1995) e Veblen (1974). Acredita-se que a partir de um maior entendimento sobre as formas com que os jovens ocupam o seu tempo livre e quais as suas expectativas em termos das práticas de esporte e lazer, possa-se gerar subsídios para que os municípios possam de fato ir de encontro às suas reais necessidades e interesses.

- 6) **Identificação de Acervos para levantamento de fontes para história da educação física, esporte e lazer no Paraná. Professora: Vera Moro.** Este projeto tem sido desenvolvido em parceria com o Arquivo Público do Paraná e com a Paraná Esportes e tem como objetivo levantar e catalogar acervos documentais de natureza pública referentes às práticas corporais para subsidiar o estudo e desenvolvimento de pesquisas em história da educação física, esporte e lazer no Paraná, bem como outros projetos que demandem informações que possam ser contidas nestes acervos. Os materiais estão sendo compilados a partir das escolas municipais do ensino fundamental e arquivos municipais das Secretarias de Educação dos Municípios do Núcleo Metropolitano de Curitiba, bem como através dos outros projetos de pesquisa vinculados à rede CEDES/UFPR que estão também investigando questões relativas à educação física, esporte e lazer no Estado. O material identificado está sendo catalogado e armazenado no Centro de Memórias do Departamento de Educação Física da UFPR e as suas referências disponibilizadas para acesso ao público em um banco de dados digital. As normas que estão orientando a descrição e catalogação dos documentos tomam como base a ISAAD (G) (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, 2000) e ISSAAR (CPF) (Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, 1998). O projeto está sendo desenvolvido de forma a permitir que o Banco de dados possa ser permanentemente ampliado abrangendo, com o tempo, a catalogação de fontes de outros acervos com o objetivo de continuar subsidiando pesquisas e trabalhos nas áreas da educação física, esporte e lazer.
- 7) **Atividade física, saúde e lazer: Subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas. Professora responsável: Doralice Lange de Souza.** Considerando-se que dentre vários determinantes sócio-econômicos, educacionais e culturais, a atividade física pode também ser um importante fator de promoção da saúde, este projeto visa gerar subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam este tipo de atividade no lazer. Assim, o projeto se subdivide em dois estudos: uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo de cunho qualitativo. A pesquisa bibliográfica possui como objetivo explorar os principais benefícios da atividade física à saúde e identificar os fatores que levam ao sedentarismo e/ou adesão à atividade física no lazer. Já a pesquisa de campo visa identificar, a partir da perspectiva e significados dos participantes do estudo, fatores de aderência à atividade física

no lazer. Estão sendo selecionados para a pesquisa indivíduos provindos de diferentes idades, níveis de escolaridade e classes sociais que têm praticado atividade física regularmente no mínimo duas vezes por semana nos dois últimos anos. Os dados estão sendo coletados através de uma entrevista semi-estruturada de aproximadamente uma hora e meia com cada sujeito. Todas as entrevistas estão sendo gravadas e transcritas na íntegra, e a análise de dados, em um primeiro momento, está contemplando cada um dos casos em particular. Na medida em que os casos particulares estão sendo analisados, os dados dos diferentes casos estão sendo cruzados no sentido de se buscar diferenças e similaridades entre os mesmos. Através do estudo de casos “que estão dando certo” — casos de pessoas que praticam atividade física no lazer apesar das dificuldades que encontram em seu cotidiano— a pesquisa objetiva gerar teoria que possa subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que efetivamente promovam hábitos de atividade física permanente, tendo como meta o lazer e a saúde integral da população.

- 8) **Análise Sociológica das Políticas Públicas e Projetos Esportivos. Professor responsável: Wanderley Marchi JR.** Este projeto visa desenvolver referenciais teóricos e metodológicos que substanciem o desenvolvimento de um campo de conhecimento ainda incipiente, a sociologia do esporte. O projeto objetiva, mais especificamente, localizar os principais autores da Sociologia do Esporte e sistematizar e estruturar referenciais teóricos desta área de conhecimento desde a década de 1970 até os dias atuais. Com base nestes referenciais, pretende-se desenvolver uma análise das propostas e das implementações das políticas e projetos voltados ao esporte e lazer abordados pelos diferentes projetos de pesquisa desenvolvidos na rede CEDES/UFPR. A pesquisa está seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa histórico-descritiva, com o apoio das reflexões teóricas de autores como Bourdieu (1983, 1990), Mills (1975) e Ortiz (2002). A Teoria dos Campos de Bourdieu (1983, 1990, 1999) e os conceitos de praxiologia, campo, representação social, *habitus*, poder simbólico, agentes sociais, disposições, estruturas, capital, oferta, demanda e distinção social tem balizado a análise dos dados. Este estudo pretende desenvolver um acervo que, além de possibilitar uma análise dos projetos e programas sendo investigados pelos diversos pesquisadores da rede CEDES/UFPR, possa se constituir em um importante recurso para o desenvolvimento da História e Sociologia do Esporte a nível nacional.
- 9) **Mecanismos de transferências de resultados. Professora responsável: Marynelma Camargo Garanhani.** A proposta deste projeto é a de desenvolver mecanismos para a transferência de resultados das diferentes pesquisas da rede CEDES/UFPR de forma que estes de fato ajudem no desenvolvimento e gestão de políticas públicas para o esporte e o lazer no Estado do Paraná. Estas ações inicialmente serão desenvolvidas através do *Centro de Informação e Documentação sobre Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná*, sendo organizado pela REDE CEDES-UFPR. Pretende-se desenvolver

seminários de avaliação relacionados às pesquisas sendo feitas pela rede e organizar materiais pedagógicos e cursos de formação inicial e continuada para docentes e gestores públicos, com o objetivo desenvolver recursos humanos e materiais, bem como programas e projetos na área do esporte e do lazer no Estado.

- 10) Estatuto de defesa do torcedor: Análise comparativa entre o interesse individual, coletivo, privado e governamental. Professor responsável: André Mendes Capraro.** O Estatuto do Torcedor, desde a sua vigência, tem suscitado polêmica. A maioria dos seus capítulos atribui responsabilidade aos clubes, federações e confederações, alterando o antigo modelo onde os maiores atributos eram respondidos pelo Estado. O Estatuto passa também a tratar alguns problemas de ordem legal, anteriormente compreendidos como manifestações populares, através de processos civis. Levanta-se, então, algumas questões geradas em virtude dos vários interesses que permeiam o documento: como são compreendidas e aplicadas pelos clubes, federações e confederações às exigências governamentais impostas pelo Estatuto? Estaria tal documento realmente coadunado ao interesse individual e coletivo do(s) torcedor (es)? Este projeto objetiva avaliar o Estatuto de Defesa do Torcedor a partir dos interesses que o permeiam. Quanto à metodologia (ainda em estruturação), está-se recorrendo a vários instrumentais, como revisão bibliográfica, entrevistas, análise do discurso (com ênfase em relatórios oficiais) e a formulação de um diário de campo. Para tanto, como referencial teórico-metodológico, a pesquisa pauta-se na etnografia.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO GRUPO**

Conforme afirmado anteriormente, a rede CEDES é composta por diferentes projetos de pesquisa. Ao mesmo tempo em que esses projetos possuem o objetivo comum de subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e o lazer, cada um deles possui as suas especificidades. De acordo com o seu objeto de estudo e formação, cada pesquisador da rede se utiliza de diferentes aportes teórico-metodológicos. Assim, o núcleo CEDES/UFPR possui projetos que variam desde a utilização de aportes próprios da pesquisa quantitativa-descritiva até o que é característico da pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental, histórica e sociológica. Enquanto alguns projetos possuem um cunho mais fenomenológico, ou seja, evitam trabalhar com um referencial teórico definido antes do trabalho de campo, outros já estabeleceram *a priori* o arcabouço teórico que está orientando o desenvolvimento de todo o trabalho.

Ao mesmo tempo em que a diversidade dos projetos que compõem a rede possui o potencial de enriquecer o trabalho do grupo como um todo, essa mesma diversidade tem dificultado a colaboração entre os pesquisadores. O entendimento de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas demanda tempo e estudo.

Tempo, por sua vez, para a troca de idéias e estudos em grupo tem sido uma grande dificuldade enfrentada pelos membros da rede CEDES/UFPR. Até o momento, cada um de nós pesquisador da rede, estávamos ainda preocupados com a estruturação de nossos projetos individuais e com o levantamento e preparação de recursos materiais e humanos para iniciar o andamento de nossas pesquisas. Somente agora, ao término de um ano da constituição oficial da rede, após darmos conta das questões básicas de encaminhamento de nossos projetos individuais, é que começamos a encontrar tempo e condições para um maior diálogo com nossos colegas. Esperamos que, ao trocarmos informações sobre nossas pesquisas, referenciais teórico-metodológicos e resultados em andamento, possamos desenvolver conexões mais sólidas com os diferentes projetos e efetivamente colaborar com os mesmos, o que certamente enriquecerá os nossos trabalhos.

O maior desafio do grupo nos parece ser o de propiciar um retorno de nossas pesquisas que vá além do âmbito acadêmico. Esperamos que possamos fazer a diferença em termos de elaboração e gestão de políticas públicas para o esporte e lazer que de fato favoreçam a população de uma forma geral. Uma importante medida que tomamos neste sentido, foi o desenvolvimento de um software para disponibilizar os dados coletados e as análises efetivadas em um banco de dados que poderá ser acessado *online* e utilizado pelo público interessado. Temos a expectativa de que este repasse de informações possa contribuir não somente para futuras pesquisas na área, mas também para a elaboração e gestão de projetos públicos de esporte e lazer. A criação do banco de dados, no entanto, não nos parece suficiente. Um *feedback* mais direto aos participantes da pesquisa sobre os resultados da mesma provavelmente seja mais efetivo no sentido de promover mudanças para melhor na gestão pública. Isso, entretanto, não se constitui em tarefa fácil. Como pesquisadores, frequentemente nos encontramos em uma posição bastante difícil: Ao mesmo tempo em que necessitamos ser fiéis aos dados coletados e às conclusões que chegamos através de nossas análises, precisamos também ser éticos com aqueles que tão gentilmente se disponibilizam a participar de nossos estudos e a compartilhar documentos e informações, mesmo quando a sua participação e os documentos que colocam a público possam depor contra os seus interesses. Além disto, precisamos estar sempre alertas para o fato de que os resultados de nossos estudos podem ter fortes repercussões políticas que interessam—ou não—aos envolvidos nos mesmos. Dependendo dos resultados, os participantes da pesquisa podem voltar-se contra o nosso trabalho e dificultar as iniciativas de outros pesquisadores em futuros estudos.

Uma estratégia no sentido de preservar a cientificidade das pesquisas e ainda, tentar lidar de forma ética com os participantes do estudo e com as possíveis repercussões de nossas conclusões; é a de realizarmos um esforço no sentido de desenvolver análises e apresentar conclusões de forma a revelar as complexidades envolvidas na realidade estudada, demonstrando não somente as falhas encontradas, mas também as dificuldades que os gestores e demais participantes da pesquisa encontram em seu dia-a-dia para exercer sua tarefa. Precisamos expor essas

complexidades para que possamos efetivamente gerar subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas que de fato correspondam à realidade tal como ela é.

Enquanto pesquisadores da rede CEDES, precisamos nos desafiar a transcender os processos de mera crítica em que os trabalhos de cunho científico tendem a ficar circunscritos. Precisamos nos desafiar a propor políticas, projetos e programas para o desenvolvimento do esporte e do lazer no Estado bem como assessorar no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos mesmos para que efetivamente possamos fazer a diferença na gestão do esporte e do lazer e consequentemente, na qualidade de vida da população. Precisamos também consolidar o projeto de desenvolver materiais pedagógicos e cursos de formação inicial e continuada para docentes e gestores públicos interessados no desenvolvimento de programas e projetos que visem a promoção do esporte e do lazer no Estado do Paraná.

Finalmente, entendemos que, para que haja uma maior consistência na produção de conhecimentos e assessoramento à gestão pública, a rede precisa se expandir tanto interna quanto externamente para que possamos cobrir áreas ainda carentes. Por exemplo, um dos projetos do núcleo está investigando os hábitos de lazer dos adolescentes do Estado. No entanto, não existe ainda nenhum outro projeto no núcleo que esteja estudando os hábitos de lazer de crianças, adultos ou idosos. Um diferente exemplo, outro projeto está estudando detalhadamente os programas sendo desenvolvidos para idosos. Também não existe ainda nenhum outro estudo no grupo investigando em profundidade projetos para outras faixas etárias. Na medida em que expandimos e solidificamos o nosso núcleo da rede e cobrimos as áreas mais carentes da mesma, precisamos também fortalecer os nossos laços com os outros núcleos que fazem parte da rede CEDES a nível nacional para uma maior troca de informações e recursos e uma maior colaboração entre os diferentes pesquisadores e projetos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vencidos os desafios explorados acima, entre outros que ainda não pudemos discutir e apresentar dados os nossos limites de tempo para que assim o fizéssemos, a rede CEDES/UFPR possibilitará o desenvolvimento de um diagnóstico e análises do que existe em termos de políticas públicas, projetos, programas e espaços e equipamentos destinados para a promoção do esporte e do lazer no Paraná. Possibilitará também o desenvolvimento de um centro de memórias e de um arquivo *on-line* que disponibilizará os dados e resultados da pesquisa e documentos relativos ao esporte e lazer no Estado. Além disto, ela tem a perspectiva de contribuir com teorias—e esperamos, propostas e ações— que possam subsidiar e balizar o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas que contribuam efetivamente para a promoção do esporte e do lazer no Estado e que de fato vão de encontro às reais necessidades e interesses da população.

## REFERÊNCIAS

ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

ADORNO, T. W. *Palavras e sinais: modelos críticos II: Petrópolis, Vozes, 1995.*

ANDREOTTI, M. C. e OKUMA, S.S. Perfil sócio-demográfico e de adesão inicial de idosos ingressantes em um programa de educação física. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, v. 17, nº 2, jul./dez., 2003.

BARBOSA, R. M. dos S. P. (Org.) *Educação física gerontológica: construção sistematicamente vivenciada e desenvolvida*. Manaus: EDUA, 2003.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CACHIONI, M. Universidade da terceira idade: das origens a experiência brasileira. In. NÉRI, A. L. e DEBERT, G. G. (Orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campina: Papyrus, 1999.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. COMISSÃO AD HOC DE DESCRIÇÃO. ISAAR (C F), Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CRISTAN, M. Políticas de esporte: uma metodologia de estudo. In PRONI, Marcelo W. & LUCENA, Ricardo. *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 207-248.

DEBERT, G. G. Políticas públicas e a constituição do idoso como ator político. In.: V Seminário Internacional sobre atividades físicas para a terceira idade. *Anais...* São Paulo Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esportes, 2002.

ELLIAS, N. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARIA JÚNIOR, A. Disseminação do conhecimento sobre atividade física e envelhecimento no Braswíl: origem e desenvolvimento. In. Safons, M. P e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1995.

- FENALTI, R. de C. de S. e SCHWARTZ, G. M. Universidade Aberta à Terceira Idade e a Perspectiva de Ressignificação do Lazer. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, v. 17, nº 2, jul./dez., 2003.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. LTC – Livros técnicos e científicos Editora S. A., 1989.
- GIL, A C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 2001.
- KÜNZEL, P. Curitiba é campeão na expectativa de vida. *Jornal Gazeta do Povo*. Curitiba, 26 de outubro de 2003, p.7.
- LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 31-56.
- LOVISOLO, H. R. *Educação física. A arte da mediação*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.
- LOVISOLO, H. R. Problematizando a questão da terceira idade no contexto atual da sociedade. *Motus Corporis: Revista de Divulgação Científica do Mestrado e Doutorado em Educação Física*. v.4, n.2, Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1997.
- LOVISOLO, H. R. *Atividade física, educação e saúde*. Rio de Janeiro, Sprint, 2000.
- MARQUES FILHO, E. *Atividade física no processo de envelhecimento*. Campinas, SESC, 1998.
- MAZO, G. Z. et al. *Atividade física e o idoso: concepção Gerontológica*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MELO, V. A. *História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas*. São Paulo: IBRASA, 1999.
- MEZZADRI, F. M. *A estrutura do esporte paranaense: da formação dos clubes a situação atual*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000.
- MILLS, C. W. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MIRANDA, M. L. DE J., GEREZ, A. G. e VELARDI, M. A prática pedagógica em educação física para idosos no projeto sênior para a vida ativa da USJT: uma experiência rumo à autonomia. In. Safons, M. P e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004.
- NÉRI, A L. e CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In. Néri, A L e Debert, G. G. (Orgs). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papyrus, 1999.

NÉRI, A. L. e DEBERT, G. G. *Quem educa os idosos?* Um estudo sobre professores de Universidades da terceira Idade. Campinas: Alínea, 2003.

OKUMA, S. S. *O idoso e a atividade física*. Campinas: Papirus, 1998.

OKUMA, S. S. Um modelo pedagógico de ensino da educação física para pessoas com mais de 60 anos. In.: V Seminário Internacional sobre atividades físicas para a terceira idade. *Anais...* São Paulo Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esportes, 2002.

OKUMA, S. S. Um modelo pedagógico de educação física para idosos. In. Safons, M. P e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004.

ORTIZ, R. *As Ciências Sociais e o Trabalho Intelectual*. São Paulo: Olho d'água, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. C. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

VEBLEN, T. B. A teoria da classe ociosa. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

VERONEZ, L. F. C. *Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988*. Campinas, SP: [s.n], 2005.

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta; Campinas: UNICAMP, 1994.

## **A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CAMPO CIENTÍFICO: REPENSANDO AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA SOBRE O ESPORTE E O LAZER**

**Wanderley Marchi Júnior<sup>4</sup>**

*Os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram a ambos demasiado sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra. (Charles Wright Mills, 1975, p. 212).*

Pensar a pesquisa científica nos dias atuais deixou de ser um procedimento místico, isolado ou individualizado para tornar-se condição *sine qua non* no universo acadêmico e profissional. Especificamente na Educação Física, este requisito tem definido o desenvolvimento da área frente a inúmeras profissões e carreiras que possuem um *status* construído e estabelecido ao longo de várias décadas, talvez séculos, de história do conhecimento. Visivelmente percebe-se um movimento na área do qual destacamos o surgimento dos centros de estudos, de laboratórios de pesquisas básicas e aplicadas, o grande número de publicações, escoadas nacional e internacionalmente, e a constante e intensa procura pela qualificação do corpo docente das mais variadas instituições de ensino e localidades do país.

Ingenuidade seria afirmar que este movimento tem como estímulo principal a percepção da necessidade de conciliarmos, efetivamente, a tríade ensino-pesquisa-extensão. Obviamente, esta perspectiva atual tem muito haver, entre outros aspectos, com a política educacional de ensino superior e com os planos de carreira definidos no e pelo sistema educacional brasileiro.

Não obstante esta relação profissional e política, a melhoria da relação entre o que ensinamos e o que aprendemos é evidenciada no momento em que qualificamos o nosso compromisso profissional através da pesquisa científica. Dito de outra forma, a atividade docente deve estar estreitamente ligada à atividade de pesquisa na qual o conhecimento que absorvemos e construímos nos nossos estudos referencia um melhor ensino e também reforça um ciclo de constante produção e renovação do mesmo.

Nesta lógica de interpretação, abrem-se novas frentes e perspectivas de pesquisa na Educação Física, da quais destacamos a pesquisa sociológica. Para abordarmos minimamente esta perspectiva temos que, num primeiro momento, orientar nossa reflexão e discussão a partir de inquietações que fundamentam a

<sup>4</sup> Doutor em Educação Física, professor do Departamento de Educação Física e de Sociologia da Universidade Federal do Paraná/CEPEL.S.

pesquisa sociológica na Educação Física. Especificamente, neste capítulo, trataremos das seguintes questões: 1) Por que e como fazer pesquisa sociológica? 2) Quais conteúdos da Educação Física que permitem esse procedimento metodológico de pesquisa? 3) Por que pensar na Sociologia do Esporte e do Lazer? 4) Quais referenciais teóricos podem nos auxiliar nesta tarefa? E, finalmente, correlacionaremos essas considerações com o trabalho iniciado pelo projeto da Rede Cedes/Ministério dos Esportes na Universidade Federal do Paraná.

1) Ao pensarmos, mesmo que de forma substancialista, a realidade social na qual estamos inseridos, invariavelmente, inúmeras serão as incertezas, os descontentamentos, as contradições, os conflitos e as tensões que poderão ser relatadas. Entretanto, na maioria dos casos, esses pontos de análise são tratados muito mais pela passionalidade do que pela racionalidade humana. Senão vejamos, basta introduzir alguma questão acerca do futebol, da política, da religião, ou temas dessa envergadura social, que perceberemos entusiasmadas e aquecidas discussões, e até mesmo “consistentes” tratados ou teorias para a solução de “problemas” que afligem a maioria da população. O que desejamos mostrar com essa argumentação, é que todos os indivíduos, entendidos como agente social, têm por natureza a condição de perceber minimamente as questões que permeiam o seu dia-a-dia e a sociedade em que está imerso, não obstante, essa leitura preliminar é restrita, em sua grande parte, por um viés simplista de interpretação, vulgarmente chamado de senso comum. Segundo o sociólogo Renato Ortiz (2006), esse mesmo senso comum está tomando dimensões planetárias e em escala transnacional buscando dar autoridade e legitimidade nas suas interpretações<sup>5</sup>.

Desse ponto, decorrem duas constatações: a primeira, que remete à capacidade de todo agente social levantar e perceber questões referentes ao seu universo social, independentemente do foco de observação, e a segunda, é que para termos repostas efetivamente consistentes para as nossas angústias, dúvidas ou discordâncias sociais, faz-se necessário uma instrumentalização, no sentido acadêmico, teórica e reflexiva para alçarmos a racionalidade desejada.

Dito de outra forma, fazer pesquisa sociológica sim, mas por quê? Por que somos dotados de uma capacidade de percepção da realidade – mesmo que em muitas oportunidades ela seja tolhida ou limitada – a qual nos conduz para uma leitura questionadora e criadora de referências sobre as relações, as estruturas e a condição de existência do ser humano.

Assim sendo, surge um desafio, qual seja, o de identificarmos nossa capacidade interpretativa e analítica da nossa realidade profissional. Objetivamente, a Educação Física e as questões do nosso contexto que são passíveis de serem analisadas por diferenciadas matrizes teóricas. De início poderíamos questionar:

<sup>5</sup> Aula inaugural no programa de pós-graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 31.ago.2006. Para mais detalhes, ver: ORTIZ, Renato. *Mundialização: crenças e saberes*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

quais são os problemas, as incertezas e conflitos da Educação Física que não podem passar, por exemplo, por um crivo analítico sociológico? Fica aqui o primeiro ponto de reflexão para o leitor.

Dessa breve introdução sobre a relação entre o pensar a sociedade e o estudar a sociedade, passamos ao como fazer pesquisa sociológica. Para tanto, temos que ter a percepção que o “fazer sociológico” é uma arte. A arte de trabalhar os conceitos e a realidade. Quando temos em nossas mãos as perguntas, as dúvidas ou os problemas do nosso cotidiano profissional, na verdade temos em nossas mãos a “pedra bruta, a matéria prima” para o processo de análise da realidade. O que tem se apresentado como uma carência nesse processo é a capacidade de lapidar, de transformar a “pedra bruta” em uma pedra preciosa, admirada, desejada e reconhecida. Essa é a arte do “fazer sociológico”, ou seja, fazer de um fato cotidiano, aparentemente comum ou supostamente insignificante, um conhecimento amplo e qualificador de novas e consistentes leituras da realidade. À guisa de ilustração, quando um jogador de futebol recebe alguns milhares de dólares para participar de uma competição por um determinado clube, ou quando uma competição internacional passa a ser objeto de desejo de vários países, ou ainda, quando uma profissão que trabalha com o corpo humano reforça um estereótipo de homem e mulher modernos, inúmeros fatores estão e são correlacionados para a consecução desses objetivos, para os quais existe um percurso e um conjunto de estratégias que devem ser implementadas e que, de maneira explícita ou não, atinge os nossos comportamentos, os nossos interesses e até mesmo, em certas ocasiões, determinam as nossas “necessidades”.

Na arte do “fazer sociológico”, podemos nos valer de determinadas pressuposições no que diz respeito aos procedimentos metodológicos. Renato Ortiz (2002) alerta que para fazermos Ciências Sociais é necessário uma dedicação próxima à peculiaridade de um artesanato, qual seja, um artesanato intelectual.<sup>6</sup> No processo de costura, ou melhor, de composição de uma roupa a escolha da agulha, a colocação da linha, a combinação dos tecidos, são etapas ou procedimentos fundamentais para o ofício do artesão. Metaforicamente, estes procedimentos são aplicáveis no processo de construção do conhecimento ou no “costurar das idéias” do artesão intelectual.

Este trabalho intelectual difere de um artesanato comum ou de um trabalho industrializado na perspectiva de romper com o processo de mecanização e produção em série de determinados objetos, procedimento fortalecido no Fordismo e no Taylorismo dos anos 60. O “artesão intelectual” busca na “lapidação” dos fatos, dos conceitos e das idéias, a dimensão de totalidade, de amplitude do conhecimento, uma espécie de rompimento com as fronteiras e limitações impostas ao fazer industrial ou artesanal. Nesse sentido, é necessária uma composição de habilidades e conhecimentos para a construção do objeto sociológico e da

---

<sup>6</sup> Cf. ORTIZ, Renato. *Ciências Sociais e Trabalho Intelectual*. São Paulo: Olho d'água, 2002.

compreensão da realidade. Do trabalho artesanal, da fragmentação desconectada, do empobrecimento interpretativo, ou da leitura sociológica do senso comum, temos que tirar indícios e subsídios para trabalhar numa perspectiva de contraponto e direcionar a análise para um processo de abstrações complexas, distanciamento da realidade e leitura dos fenômenos sociais totais. Sobre esses procedimentos, destaca Ortiz:

Talvez a melhor metáfora para exprimir tal condição, seja a da viagem. Não uma viagem real na qual o deslocamento espacial, de um lugar para outro, se efetiva. Trata-se mais de um deslocar-se imaginário, no qual o cientista social, sem sair do lugar, constrói uma outra espacialidade, à parte de sua situação presente. Ele viaja nesta territorialidade imaginada através dos conceitos, abstrações que o fazem transcender sua condição específica. Para se “compreender a realidade”, ou melhor, para captar as articulações de elementos da realidade, é necessário dela se afastar.<sup>7</sup>

Diante desse processo de “viagem” e distanciamento, Ortiz recupera, nas palavras de Antonio Gramsci em *Cadernos do Cárcere*, a necessidade do retorno à realidade, assim sendo, fica na “ironia apaixonada” uma condição para que a atividade intelectual se conclua, onde a ironia tem a capacidade de transcender o dia-a-dia e a paixão de nos recolocar no mundo. A esse procedimento, podemos acrescentar a contribuição do sociólogo norte-americano Charles Wright Mills (1975) no que se refere a “imaginação sociológica”, a qual, segundo o autor, “capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais.”<sup>8</sup>

Nesse sentido fica evidente a necessidade de uma postura de sensibilidade histórica e estímulo intelectual para se fazer pesquisa sociológica. Sensibilidade histórica para percebermos e recuperarmos os fatos e as relações sociais que nos envolvem, e estímulo intelectual, porque é a partir dele que poderemos redimensionar a nossa capacidade de racionalização em detrimento da passionalidade. Todo esse trabalho, ou melhor, este conjunto de pressupostos prescreve um pensamento sociológico atento às constantes mudanças de contextos sociais e a necessidade de tradução dos processos sociais.

Nesse contexto de trabalho intelectual, podemos apresentar o percurso que subsidia a pesquisa sociológica. Diante da imersão no campo científico e profissional da Educação Física, faz-se necessária uma postura questionadora das

<sup>7</sup> ORTIZ, op.cit., p. 9-10.

<sup>8</sup> MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 11.

interdependências estabelecidas nesse universo e um corte nas avaliações do senso comum buscando uma constante e permanente elaboração de hipóteses acerca dos questionamentos levantados. O passo seguinte seria a confirmação, ou não, dessas hipóteses. Nesse instante, surge a necessidade de desenvolvimento de outros procedimentos metodológicos da pesquisa sociológica. São eles:

- a) A definição e a seleção das principais categorias e conceitos para a análise;
- b) O esforço contínuo de leitura e interpretação de uma teoria sociológica (o referencial teórico);
- c) A insistente e atualizada consulta bibliográfica no tocante à temática em estudo;
- d) O levantamento exaustivo e minucioso das fontes primárias e secundárias de pesquisa (documentos, jornais, periódicos, atas, leis, imagens, dados estatísticos, entrevistas, questionários, etc.);
- e) E a indispensável pesquisa de campo ou pesquisa empírica.

Sumariamente, este conjunto de procedimentos, aliados às considerações anteriores, conduz o pesquisador, ou melhor, o “artesão intelectual”, referenciado por Ortiz e Mills, à um exercício de engrandecimento científico no desenvolvimento da pesquisa sociológica de uma determinada área do conhecimento. Contudo, este exercício, de pesquisador e intelectual que tem por referência, entre outras, o envolvimento e o distanciamento, não confere a aprovação ou o juízo de valor diante da análise de seus resultados. No limite, trata-se de um exercício de análise e explicitação da realidade.<sup>9</sup>

2) Vários são os conteúdos possíveis de serem trabalhados dentro de uma perspectiva da cultura corporal, da cultura do movimento e da cultura esportiva na Educação Física, entretanto, invariavelmente, quando falamos das práticas corporais da Educação Física nos deparamos com os conteúdos clássicos, ou seja, o esporte, o jogo, a ginástica, a dança e as lutas. Outros conteúdos, ou derivações desses, poderiam ser elencados nessa nossa primária classificação, contudo, preferimos apontar para os tradicionais.

Indubitavelmente, esses conteúdos, sem exceção, podem ser objeto de pesquisa sociológica pois apresentam na sua composição histórica, e na sua estruturação cultural e social, componentes passíveis de questionamento e investigação relacional. Porém, para efeito de delimitação do texto nos restringiremos aos conteúdos esporte e lazer.

---

<sup>9</sup> Um excelente trabalho que demonstra a relação entre a pesquisa empírica e a reflexão teórica, e o envolvimento e distanciamento do pesquisador em relação ao objeto de estudo, pode ser visto em WACQUANT, Lóic. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Esporte e lazer têm sido nas últimas décadas, incontestavelmente, manifestações culturais da humanidade que mais têm se desenvolvido em seus diversos aspectos, além de, serem identificados como fenômenos sociais e objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Neste contexto, podemos destacar a condição polissêmica do esporte e pluralidade de suas manifestações.

Entretanto, o esporte e o lazer, ao longo da sua história, já foram tratados como objeto de estudo secundário sendo considerado pela “comunidade científica” vulgar ou de menor relevância.<sup>10</sup> Ainda hoje, encontramos certas restrições ou resistências na sua apreciação como um objeto de estudo científico e de relevância no universo acadêmico frente a objetos de pesquisa tradicionais. O historiador Edgard Salvadori De Decca confirma o argumento com a seguinte explanação:

Aos historiadores do esporte e do lazer cabe a tarefa difícil de dar visibilidade e reconhecimento a esta área de pesquisa histórica. Este trabalho exige muito investimento de formação profissional, uma vez que a configuração dos historiadores não tem dado muita atenção aos temas do *esporte* e do *lazer*. Estes temas talvez ainda sejam tabu entre os historiadores formados, em sua maioria, dentro da tradição marxista, que deu ênfase histórica à atividade do **trabalho** e viu o esporte e o lazer em suas conotações negativas do **não trabalho**.<sup>11</sup>

A inquietação acadêmica levantada por Alain Garrigou sobre o interesse do sociólogo alemão Norbert Elias, “um intelectual septuagenário e aposentado”, em empenhar-se com longas pesquisas sobre um “campo tão anódino quanto o esporte” dá a dimensão da relevância, ou irrelevância, destinada a esse objeto de estudo.<sup>12</sup> Entretanto, esta “caracterização” do objeto de estudo esporte e lazer foi frontalmente refutada por Norbert Elias e pelo sociólogo inglês Eric Dunning, como atesta a seguinte explanação:

Dualistic thinking has also arguably contributed to the neglect of the study of sport in the parent discipline (Dunning, 1999). An example is provided by the ‘work-leisure’ dualism, the originally Puritan idea that human societies can be divided into two ‘spheres’ which is valuable and productive, and a ‘leisure sphere’ which is basically ‘a

<sup>10</sup> O sociólogo francês Pierre Bourdieu faz uma discussão interessante sobre a definição de objetos de estudo no livro *Coisas Ditas*, especificamente, no capítulo “Programas para uma Sociologia do Esporte”, e no capítulo “Método Científico e hierarquia social dos objetos” no livro de Maria Alice Nogueira e Afrânio Mendes Catani, *Pierre Bourdieu: Escritos de Educação*.

<sup>11</sup> DE DECCA, Edgard Salvadori. *Fazendo história. V ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA*. Maceió, 1997. *Coletânea...* Ijuí: Unijuí, 1997, p. 13. (grifos no original).

<sup>12</sup> GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 65.

waste of time'. Seen in these terms, sport is part of the 'unproductive' leisure sphere, and a sport like soccer is conceived as 'nothing more' than twenty two players 'just kicking a ball about' [...]. [Thus,] the subject of sport hardly ever figures in general sociology textbooks. It also arguably contributes to the relatively low status of physical education in schools and universities.<sup>13</sup>

Contudo, o esporte e o lazer vêm conquistando espaço e reconhecimento acadêmico, entre outros motivos, pela constatação e pela consciência de que o estudo sobre os mesmos é uma possibilidade de conhecimento e análise da sociedade moderna e, paralelamente, pelo seu envolvimento com o processo de civilização. Garrigou destaca que para a Sociologia Configuracional de Norbert Elias,

o esporte oferecia um terreno para aprofundar a teoria da civilização ao propor um complemento e, eventualmente, uma correção, quando os limites cronológicos podiam sugerir a conclusão do processo observado e descrito na Idade Média e sobretudo na era moderna. Se a gênese do esporte era concebida como uma modalidade do processo de civilização, Norbert Elias analisava também como a civilização estava e continua em ação na própria evolução dos esportes. [...]<sup>14</sup>

Em uma das possíveis leituras referentes ao esporte moderno e ao lazer, encontramos a de Norbert Elias – a partir do processo civilizacional da sociedade européia ocidental, estudado pela ótica do controle das emoções e pela formação dos monopólios do Estado – na qual:

O desporto, tal como outras actividades de lazer, no seu quadro específico pode evocar através dos seus desígnios, um tipo especial de tensão, um excitamento agradável e, assim, autorizar os sentimentos a fluírem mais livremente. Pode contribuir para perder, talvez para libertar, tensões provenientes do *stress*. O quadro do desporto, como o de muitas outras actividades de lazer, destina-se a movimentar,

<sup>13</sup> DUNNING, Eric. *The image of humans in Norbert Elias's theory of 'Civilizing Processes' and its meaning for sport and sports science*. Texto da Conferência realizada no dia 19 nov. 2002, em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, p. 2. "Pensamento dualístico tem discutivelmente contribuído também para a negligência do estudo do esporte na disciplina mãe (DUNNING, 1999). Um exemplo é dado pelo dualismo 'trabalho-lazer'; a idéia originalmente Puritana que as sociedades humanas podem ser divididas em duas 'esferas', a 'esfera do trabalho' que é valiosa e produtiva e a 'esfera do lazer' que é basicamente uma 'perda de tempo'. Visto nestes termos, o esporte é parte da espera de lazer 'não produtiva' e um esporte como o futebol é concebido como 'nada mais' que vinte e dois jogadores 'apenas chutando uma bola pra lá e pra cá' [...]. [Assim,] o tema do esporte dificilmente consta nos livros de sociologia em geral. Isso também discutivelmente contribui relativamente para o baixo status da educação física como assunto nas escolas e universidades." (Tradução Gilmar Francisco Afonso).

<sup>14</sup> GARRIGOU, op.cit., p. 67.

a estimular as emoções, a evocar tensões sobre a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitação de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao designio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo – ou desespero.<sup>15</sup>

Considerando essas argumentações, e o próprio processo de reconhecimento e consolidação desses objetos de estudo, percebemos que o esporte e o lazer têm ampliado sobremaneira seu campo científico principalmente no que diz respeito a perspectivas de análise. Dito de outra forma, as discussões e a produção sobre as técnicas dos fundamentos ou gestos esportivos, as avaliações laboratoriais, a performance ideal e o universo do alto nível de rendimento, tem apresentado uma tendência em “dividir” seu território intelectual, acadêmico e científico com estudos, pesquisas e discussões fundamentadas em outras ciências, as quais tem se definido a partir de vertentes culturais, psicológicas, políticas, econômicas, históricas, sociológicas e antropológicas.

3) A Sociologia do Esporte e do Lazer, assim como a Educação Física, é marcada em sua trajetória no Brasil pela sua jovialidade e, por que não dizer, por uma possível crise de identidade ou busca de afirmação. Provavelmente por decorrência desta suposta jovialidade, percebemos que este espaço teórico ainda não está adequadamente delimitado e consolidado. Este dado pode ser apontado como um indicador favorável, dada a inexistência ou fragilidade de demarcações ou fronteiras acadêmicas, contudo, também pode incorrer num ecletismo que, invariavelmente, deprecia ou desqualifica campos ou áreas do conhecimento científico.

Neste contexto, quando pesquisamos estudos que abordam o esporte e o lazer em seus aspectos socioculturais, encontramos trabalhos que transitam pela antropologia e pela história social, discutem ciência política e história cultural ou fazem historiografia e etnografia associada a sociologia das organizações, por exemplo. Esta seria uma discussão sobre as fronteiras do conhecimento científico nas ciências sociais<sup>16</sup>, entretanto, não é este o foco da nossa discussão – embora a temática seja objeto de interesse para um trabalho futuro. Neste universo de trabalhos, encontramos estudos e iniciativas isoladas de qualidade, porém, e adicionalmente, por conta de um distanciamento entre o “qualificável” e o “descartável”, a Sociologia do Esporte e do Lazer no Brasil ainda não conseguiu figurar como uma área consolidada no campo acadêmico.

<sup>15</sup> ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992, p. 79.

<sup>16</sup> Sobre este assunto, ver WALLERSTEIN, Immanuel. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Editores Associados, 1996; ORTIZ, Renato. *Um outro território*. São Paulo: Olho D'água, 1996; ORTIZ, Renato, *Mundialização...*, op. cit.; e, DE DECCA, Edgard Salvadori. *Fazendo a história...*, op. cit..

Neste sentido, percebemos que um espaço a ser conquistado e ocupado está aberto, não obstante, entendemos que para conquistá-lo é necessário a aquisição de referenciais teóricos de análise consistentes que permitam o desenvolvimento de metodologias de pesquisa superadoras dos entraves ou das limitações impostas aos estudos dos fenômenos sociais, dentre eles, o esporte e o lazer.

Objetivamente, pensamos na Sociologia do Esporte e do Lazer, por que cobramos e desejamos, além da sua consolidação e reconhecimento, a efetiva divulgação e assimilação da sua capacidade de proporcionar maior visibilidade das inter-relações, das transformações e das interdependências sociais que se constituem nesse universo. No nosso ponto de vista, esta passa a ser a principal exigência para sua definitiva incursão no campo científico e acadêmico, e, paralelamente, a justificativa de sua escolha no interior das ciências sociais. Em outras palavras, cabe à Sociologia do Esporte e do Lazer a função de evidenciar e discutir as transições e as transformações do esporte moderno e das manifestações do lazer com o rigor metodológico e a consistência teórica que imaginamos necessários para a compreensão desses fenômenos sociais.

4) Delimitando possíveis referenciais teóricos que contribuam para a consolidação da Sociologia do Esporte e do Lazer, introdutoriamente apresentaremos ao leitor uma abordagem: a Sociologia Configuracional de Norbert Elias.

Norbert Elias, em várias passagens da sua obra, na maioria das vezes associado a Eric Dunning, refere-se ao esporte e ao lazer, conforme visto anteriormente, como objeto de estudo passível de análise científica.<sup>17</sup> Certamente, Norbert Elias não foi, e nem será, o único sociólogo a debruçar ou a empreender os seus esforços intelectuais no estudo do esporte e do lazer.<sup>18</sup> Contudo, existem aspectos e elementos teóricos em seus escritos que conferem a coerência teórico-metodológica desejada para a análise dos mesmos.

<sup>17</sup> Cf. ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992; ————. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1970; GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard (orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>18</sup> Sobre a dimensão dos estudos e objetivos de Norbert Elias, cabe uma observação do historiador Edgard Salvadori De Decca: "Desnecessário insistir, aqui, que a obra de Elias não deve ser tomada como um modelo, apesar dele trabalhar cientificamente nesta direção. Caso queiramos nos valer de modelos sociológicos do autor, não precisaríamos estar lendo a variedade de livros e de assuntos por ele tratado. Bastaria ler seu Introdução à sociologia, para termos uma idéia do formalismo e de aridez dos modelos teóricos das ciências sociais." DE DECCA, op. cit., p. 12. (grifo no original). Para maiores detalhes da obra citada, ver o original ou consultar MARCHI JR., Wanderley. *"Sacando" o Voleibol*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijí, 2004; ————. *Jogo e esporte: manifestações histórico-culturais no modelo de análise sociológica de Norbert Elias*. In: CARVALHO, Alonso Bezerra de; BRANDÃO, Carlos da Fonseca (orgs.). *Introdução à Sociologia da Cultura*: Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005.

Apresentando a Sociologia Configuracional, Elias evidencia objetivos a serem atingidos em seus estudos.<sup>19</sup> Por exemplo, na delimitação de um modelo de análise da sociedade a partir do jogo competitivo, e com regras, o autor busca destacar como se constituem as teias de interdependências em determinadas configurações sociais. Destas teias, conceito que Elias entende como mais adequado para definir e entender a sociedade, decorre a possibilidade de transparecer as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e as estruturas sociais.

O conceito de poder é um elemento fundamental na análise das configurações, tendo em vista os posicionamentos sociais estabelecidos a partir do potencial de poder adquirido e conquistado pelos participantes da teia. Dito de outra forma, o curso e o desenvolvimento das inter-relações sociais é definido pelo potencial de poder de cada participante e pela forma que cada um deles faz uso desse potencial. Nesta esteira, destacam-se as forças compulsivas as quais movem os indivíduos na busca de seus interesses e objetivos dentro das configurações.

Norbert Elias afirma que no estudo das configurações sociais devemos reorientar a forma de entender o conceito de ação, ou seja, temos que partir da premissa que toda a ação é revestida de interconexões funcionais, as quais invariavelmente relacionam poder e forças compulsivas. Os fatos sociais não são, e nem devem ser, entendidos como ações unitárias destituídas de significado, pelo contrário, eles prescrevem uma reciprocidade e um aspecto multipolar de funcionalidade. Objetivamente, a ação social é um dado que espelha as interdependências e interpenetrações existentes nas relações humanas e, fundamentalmente, estas relações são subsidiadas e orientadas pelo potencial de poder que cada componente possui ou conquista.

Temos na Sociologia Configuracional de Elias a direção de estudo para o processo civilizacional da sociedade. A identificação de grupos de observação empírica foi substancial no estudo das relações humanas, na definição dos graus de interdependência e na avaliação dos “estádios” de desenvolvimento da humanidade.<sup>20</sup> Conjuntamente a esse procedimento teórico-metodológico, conceitos foram sendo definidos com a perspectiva de fundamentar a análise, dentre eles, destacamos os conceitos de auto-controle, *habitus*, *mimesis* social e longa duração. Na apresentação desses conceitos podemos evidenciar a pertinência e a possibilidade de associação dessa teoria no contexto do esporte e do lazer.

O conceito de autocontrole deriva-se, essencialmente, do controle das emoções. Para Elias a sociedade passa a desenvolver-se, ou melhor, a civilizar-se quando ocorre um domínio sobre as suas manifestações emocionais mais

<sup>19</sup> Cf. ELIAS, *A busca da excitação...*; ————. *Introdução à Sociologia...*, op. cit.

<sup>20</sup> Uma coletânea a ser consultada que apresenta vários exemplos nessa abordagem teórica é, GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz Alberto (org.) *Ensaio sobre história e sociologia nos esportes*. Jundiaí: Fontoura, 2006.

expressivas ou contundentes.<sup>21</sup> Trata-se de um processo de civilização das emoções e da violência. A longa duração entra com pertinência, e lógica, dado a necessidade de uma análise dos processos civilizacionais de forma mais contínua no que se refere o desenvolvimento histórico. Contudo, um detalhe deve ser observado. O que define o conceito da longa duração não é a sua composição cronológica ou delimitação temporal, mas sim, a natureza do processo que está sendo estudado, ou melhor, leva-se em consideração o conjunto de acontecimentos que caracterizaram transições, transformações e rupturas no decurso histórico.<sup>22</sup>

Assim como o conceito de longa duração, o *habitus* para Norbert Elias tem sua fundamentação na historicidade dos processos, ou seja, após identificada a forma pela qual os indivíduos e os grupos sociais se manifestam nas configurações, o foco de análise passa a ser o como e o por que os *habitus* sociais evoluem e se transformam. Neste ponto, a identificação das representações miméticas da sociedade, ou do mimetismo social, torna-se indispensável para a análise e compreensão dos processos histórico-sociais e do *habitus* social.

Não obstante esta introdutória e sucinta leitura da Sociologia Configuracional de Norbert Elias, alguns aspectos recentemente apresentados pelo sociólogo holandês Johan Goudsblom nos chama a atenção quando a proposta é o reconhecimento e, por que não dizer, o direcionamento teórico-metodológico para uma área do conhecimento. Goudsblom afirma que os conceitos elaborados a partir do estudo do processo civilizacional de Norbert Elias são perfeitamente aplicáveis em vários campos do conhecimento, porém, com relativos cuidados. Nas palavras do sociólogo, devem ser utilizados “cautelosamente”.<sup>23</sup> Esta prescrição é justificada por conta da necessidade de identificar alguns pressupostos que, supostamente, não tem sido devidamente considerados nos estudos sociológicos.

Para Goudsblom, no estudo das interdependências e das configurações sociais as relações não se dão em normas comuns, nada é auto-evidente ou auto-explicativo, pelo contrário, criam-se laços ou teias sociais, nem sempre explícitas, que devem ser consideradas no seu tempo e espaço histórico. É a necessária relação entre o sociogênico e o figuracional na qual devemos evitar a monocausalidade no entendimento de como as pessoas agem, pensam e sentem. Nesta perspectiva, orienta-se a aproximação do sociólogo e do historiador com o intuito de agregar o maior número de informações e fontes do cotidiano. É a formulação das questões de campo, ou, como chamou o sociólogo holandês, o “espectro das questões sociológicas”.

<sup>21</sup> Sobre a relação, ver BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

<sup>22</sup> Stephen Mennell e Johan Goudsblom alertaram para esta diferenciação em várias oportunidades, especialmente em suas conferências no VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: história, educação e cultura. Assis: Unesp, 12-14 nov. 2001.

<sup>23</sup> GOUDSBLUM, Johan. *Conferência*. VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: história, educação e cultura. Assis: Unesp, 12 nov. 2001.

Goudsblom sistematizou estágios do pensamento sociológico levando em consideração que mudanças no contexto social são mudanças refletidas na construção ou transformação do *habitus* social, nas manifestações de comportamento social e no equilíbrio de poder. Dito de outra forma, para entendermos ou estudarmos as mudanças em um determinado contexto social devemos levar em consideração três frentes de análise, quais sejam, o *habitus*, o comportamento e o poder.<sup>24</sup>

Com base nessa articulação teórica, poderíamos, seguramente, iniciar um trabalho de levantamento e análise de interdependências existentes no esporte e no lazer o qual, fundamentalmente, estaria dentro da consistência e rigorosidade almejada para a Sociologia do Esporte e do Lazer. Entretanto, a grande contribuição da proposta teórica de Norbert Elias à Sociologia do Esporte e do Lazer encontra-se na pertinência da aplicação dos seus conceitos e modelos analíticos naquilo que representa ou define o esporte e o lazer moderno, ou seja, os modelos de análise podem vir a ter um valor seminal no processo de compreensão do desenvolvimento e do atual estado performático, individualizado, espetacularizado e mercantilizado de determinados esportes e manifestações do lazer na sociedade contemporânea.

Atualmente, falar sobre as manifestações do esporte e do lazer pressupõe, invariavelmente, falar de práticas e consumos, ofertas e demandas, amadores, torcedores, espectadores, espetáculos e profissionais, falar em apropriações e representações sociais, falar em emoções e mimetismo social, falar em bens culturais e poder simbólico, falar, em primeira instância, do conjunto de leis que regem uma determinada configuração ou campo nos quais se estabelecem interdependências e inter-relações na disputa de um maior capital econômico, social ou cultural, de uma posição de distinção, ou ainda, de um maior potencial de poder.

Assim sendo, podemos interrogar: como analisar o esporte moderno e o lazer e não discutir essas questões? Como discutir essas questões e não fazer pesquisa sociológica? Como fazer pesquisa sociológica e não passar, por exemplo, pelos principais conceitos de Norbert Elias ou de uma outra consistente concepção teórica? E, como fazer consistente uma área de conhecimento sem termos entendimento e apropriação de referenciais teóricos de análise? Caso não tenhamos condições de responder a essas questões ou, minimamente, iniciarmos nossos estudos com essas preocupações, inevitavelmente, continuaremos discutindo superficial e inconsistentemente as relações que envolvem o esporte, o lazer e a sociedade. Dito de uma outra forma, a Educação Física, no que tange sua interconexão com as ciências humanas e sociais, e seu respectivo reconhecimento, inserção e consolidação no campo científico e acadêmico estarão comprometidos.

<sup>24</sup> Cf. GOUDSBLOM, Johan. *Pensar com Elias*. In: GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard (orgs.); op. cit., p. 241-247; e, ————. The Civilizing Process and the Domestication of Fire. *Journal of History*, v. 3, n.1, 1992.

Nitidamente, é chegado o momento de buscarmos para nossas pesquisas perspectivas metodológicas que assimilem e desenvolvam o fazer e o pensar, o engajamento e a criticidade, a sensibilidade e a rigorosidade, o *trabalho científico e intelectual*. O “casamento” entre o trabalho empírico e a reflexão teórica é o que propomos e defendemos para a pesquisa sociológica do esporte e do lazer. Esta proposição, mesmo que passível de polêmicas, incursões ou refutações, no nosso ponto de vista oferece indicativos para uma ampla, nova e consistente perspectiva de cientificidade para a Educação Física.

E, nesse contexto, o trabalho já começou. O leitor facilmente identificará nas abordagens e objetos tratados nessa coletânea, que a constituição e o desenvolvimento do projeto de pesquisa coletivo elaborado por esse grupo de professores do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, com o apoio do Ministério dos Esportes, especificamente, na Rede Cedes, está estruturado na direção de atender essas expectativas e os procedimentos de consolidação do trabalho científico e intelectual.

As ações, que envolvem alunos, professores, comunidades e políticas públicas para o esporte e o lazer, estão sendo diagnosticadas e devidamente catalogadas com o objetivo de constituir um cenário o mais fidedigno possível, para análise teórica e intervenção social. Efetivamente, busca-se a inter-relação das principais abordagens e procedimentos teórico-metodológicos tratados nesse capítulo - entre outros - no desenvolvimento de cada ação.

Substancialmente, resultados estão sendo apresentados. Não obstante, nas reuniões do grupo, e nas preliminares interpretações, fica claro a necessidade de um “fio condutor” que nos una, e esse, indubitavelmente, será identificável no momento que obtivermos um conjunto de procedimentos metodológicos comum e, fundamentalmente, a identificação e constituição de referenciais de análise que subsidiem a interpretação desta “massa de dados” que estão sendo coletados. Não se trata de dizer qual será o modelo de análise adotado, mas sim de identificarmos modelos consistentes e compatíveis com os nossos objetivos.

Indubitavelmente, essa será a fase seguinte desse projeto de pesquisa na Rede Cedes/Def/Ufpr. E esse é o desafio que temos que assumir se, efetivamente, estamos pensando em pesquisa, cientificidade e compromissos para a Educação Física.

Finalizando, ou melhor, perspectivando, fica a expectativa que numa próxima publicação os dados que hoje estão sendo apresentados nessa coletânea, e os resultados referentes à continuidade das pesquisas, recebam uma dimensão ampliada de tratamento teórico e analítico dentro da cientificidade desejada e constituída no campo das ciências sociais e humanas, possível e especificamente, na Sociologia do Esporte e do Lazer.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- DE DECCA, Edgard Salvadori. Fazendo história. V ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA. Maceió, 1997. *Coletânea...* Ijuí: Unijuí, 1997.
- DUNNING, Eric. *The image of humans in Norbert Elias's theory of 'Civilizing Processes' and its meaning for sport and sports science*. Conferência. 19 nov. 2002, Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard (orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz Alberto (org.). *Ensaio sobre história e sociologia nos esportes*. Jundiaí: Fontoura, 2006.
- GOUDSBLOM, Johan. *Conferência*. VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: história, educação e cultura. Assis: Unesp, 12 nov. 2001.
- GOUDSBLOM, Johan. The Civilizing Process and the Domestication of Fire. *Journal of History*, v. 3, n.1, 1992.
- MARCHI JR., Wanderley. *"Sacando" o Voleibol*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004.
- MARCHI JR., Wanderley. Jogo e esporte: manifestações histórico-culturais no modelo de análise sociológica de Norbert Elias. In: CARVALHO, Alonso Bezerra de; BRANDÃO, Carlos da Fonseca (orgs.). *Introdução à Sociologia da Cultura: Max Weber e Norbert Elias*. São Paulo: Avercamp, 2005.
- MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio Mendes. *Pierre Bourdieu: Escritos de Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Ciências Sociais e Trabalho Intelectual*. São Paulo: Olho d'água, 2002.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização: crenças e saberes*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território*. São Paulo: Olho D'água, 1996.
- WACQUANT, Lóic. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Editores Associados, 1996.

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER NAS CIDADES DO ESTADO DO PARANÁ

Fernando Marinho Mezzadri<sup>25</sup>

Fernando Augusto Starepravo<sup>26</sup>

Daniel Basso<sup>27</sup>

Luisiana Guimarães<sup>28</sup>

Robson Privado dos Reis<sup>29</sup>

Após a apresentação da REDE CEDES do núcleo UFPR realizada anteriormente, trataremos neste capítulo do projeto de pesquisa, desenvolvido no interior da REDE, denominado “*Diagnóstico das políticas públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná*”. O projeto na sua essência visa criar um banco de dados diagnosticando junto as Secretarias Municipais de Esporte e Lazer do Estado do Paraná, um quadro geral que demonstre as políticas públicas realizadas nestes setores. Atualmente, não se sabe quantas Secretarias Municipais e quantos Departamentos de Esportes e Lazer existem no Estado, como são estruturadas administrativamente, qual a forma de gestão pública utilizada nos municípios, qual o conceito de esporte e lazer existentes nas propostas dos governos municipais.

Armazenar os dados diagnosticando essa realidade torna-se fundamental para que as ações do Estado se concretizem de maneira mais comprometida com os anseios e necessidades da sociedade.

Cabe destacar que a pesquisa foi desenvolvida na sua primeira fase em 15 cidades do Estado do Paraná, divididas em dois grupos. O primeiro grupo trata inicialmente dos municípios do litoral paranaense: Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba<sup>30</sup>. O segundo grupo é constituído por cidades com mais de 100.000 habitantes: Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Colombo, São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara e Campina Grande do Sul.

Algumas inquietações permeiam o desenvolvimento da pesquisa, entre elas podemos citar: Quais as possibilidades de gestão pública para o esporte e lazer frente os conceitos sobre esporte e lazer embutidos nas propostas

<sup>25</sup> Professor Doutor do Departamento de Educação Física UFPR/CEPELS/REDE CEDES.

<sup>26</sup> Professor Mestre da Faculdade Guairacá, REDE CEDES.

<sup>27</sup> Aluno de graduação do curso de Bacharelado em Educação Física da UFPR, aluno IC voluntária, REDE CEDES.

<sup>28</sup> Aluna de graduação do curso de Bacharelado em Educação Física da UFPR, REDE CEDES.

<sup>29</sup> Aluno de graduação do curso de Bacharelado em Educação Física da UFPR, aluno IC (PIBIC/CNPQ), REDE CEDES.

<sup>30</sup> A pesquisa nestas cidades ocorreram a partir de uma parceria com a Paraná Esporte.

governamentais? Como se estabelece a estrutura organizacional de uma Secretaria de esporte e lazer? Quais os objetivos, funções e público alvo a serem alcançados nos programas de esporte e lazer?

Em termos de fundamentação teórico metodológica, a pesquisa se utilizou de diferentes autores de acordo com os três eixos centrais: gestão pública; estrutura organizacional das Secretarias e Departamentos de esporte e lazer; e programas esportivos e de lazer. Na discussão sobre a gestão pública para o esporte e lazer, buscamos fundamentar teoricamente nos autores Bobbio (1990), Mezzadri (2000), Spink (1993) e Linhales (2001). Sobre a estrutura organizacional das Secretarias de esporte e lazer, utilizamos Jacob (2000) e Cristan (2002). Já para a análise dos programas esportivos de lazer, o trabalho de referência foi o de Zaluar (1994). O referencial teórico proposto foi incorporado na apresentação e discussão dos dados coletados.

Para responder às questões levantadas e relacioná-las com o referencial teórico proposto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, entrevistas com os secretários municipais de Esporte e Lazer ou o responsável correspondente ao cargo.

Partindo da técnica da entrevista semi-estruturada, construímos o protocolo norteador para a realização das entrevistas juntos aos secretários Municipais de Esporte e Lazer ou o responsável correspondente ao cargo. O protocolo é composto por três eixos norteadores: Estrutura Administrativa, Gestão Pública dos Municípios, Projetos e Eventos desenvolvidos nos municípios. A partir das redes de interdependência desses três eixos poderemos compreender melhor as políticas públicas das cidades pesquisadas.

A parte correspondente ao eixo da estrutura administrativa conta com sete questões, abordando os aspectos da estrutura organizacional e do quadro funcional, considerando a formatação das Secretarias, Departamentos, Fundações, entre outras vertentes burocráticas, e identificando o nome do órgão competente. Também foram constituídas questões com relação às divisões internas e suas funções, ressaltando aspectos para verificação de estruturas centralizadas ou descentralizadas.

No que se refere ao quadro funcional distribuído na estrutura organizacional, o protocolo abre questões sobre o número de profissionais envolvidos, suas atribuições, cargos de confiança, administrativos, professores, bolsistas, entre outros. Ainda com relação a este assunto, abordamos qual a função dos professores dentro das secretarias, se estes desenvolvem atividades práticas ou também auxiliam no planejamento das ações.

A segunda parte da entrevista contém onze questões relacionadas à gestão pública dos municípios. O primeiro questionamento realizado foi sob o nível de autonomia das estruturas administrativas em relação às outras instâncias das prefeituras. Neste sentido, indagamos sobre a presença de um plano norteador da secretaria ou departamento responsável pelo esporte e lazer, pois este determina o planejamento estratégico, com suas variáveis de missão, valores, metas e objetivos.

Em seguida averiguamos sobre a existência (ou não) dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, considerando que sua constituição pode possibilitar uma maior intervenção e controle social frente às ações do poder público. Outra questão foi o levantamento do nível de participação da sociedade na elaboração das atividades de Esporte e Lazer.

Na continuidade das entrevistas, verificamos a existência (ou não) de parcerias entre a Secretaria de Esporte e Lazer com outros órgãos públicos e privados — ex.: clubes, escolas, associações de bairros, empresas, entidades de classe, igrejas, partidos políticos, ONGs e outros — e como essas relações vão se constituindo.

Completando essa parte do protocolo, tornou-se essencial tomarmos conhecimento da forma de financiamento para o esporte e lazer, se proveniente do governo Federal, Estadual, Municipal, pela Iniciativa Privada, Lei de Incentivo e/ou pelo Terceiro Setor. Outro tipo de dado que buscamos coletar foi a renda dos Municípios, qual o orçamento municipal destinado à secretaria municipal de Esporte e Lazer e por fim, qual a divisão deste orçamento frente às práticas do Esporte de Alto Rendimento, ao Esporte Educacional e ao Lazer.

A terceira e última temática abordada na entrevista foi composta por dez perguntas referentes aos objetivos, funções e público alvo a serem alcançados nos projetos e eventos desenvolvidos no Município. Questionamos qual a compreensão do entrevistado sobre esporte e lazer. Consideramos também os projetos como ações caracterizadas pela regularidade e continuidade, e eventos como uma atuação momentânea num espaço de tempo curto. Abordamos se existem, quais são e quantas pessoas são atendidas nos projetos em andamento nos municípios, separados nas seguintes especificidades: lazer, atividade física e saúde, prática esportivas na natureza, práticas esportivas urbanas, pessoas portadoras de necessidades especiais, terceira idade. Realizamos também um levantamento das características dos projetos em andamento, verificando se eles condizem com o plano norteador da Secretaria e qual a porcentagem da população atendida pelos mesmos.

Como última parte da entrevista, questionamos quais são e qual o número de pessoas atendidas nos eventos, para averiguarmos qual a adesão da população. Questionamos também de que forma os Municípios participam em jogos promovidos pelo Estado e quem financia esta participação.

Sob a luz do referencial teórico das categorias de gestão pública, estrutura burocrática e desenvolvimento de projetos para Esporte e Lazer, analisamos as entrevistas semi-estruturadas, tanto quantitativas, quando qualitativas. Estas análises foram oportunizadas pelas questões abertas contidas no protocolo.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Como foi mencionado anteriormente, a pesquisa foi constituída por três eixos complementares entre si. A Estrutura Administrativa, Gestão Pública dos Municípios e Projetos e Eventos desenvolvidos no município.

Embora as entrevistas tenham seguido uma mesma direção, com o mesmo protocolo, podemos fazer várias considerações sobre as respostas obtidas junto aos Secretários Municipais de Esporte e Lazer.

Antes de abriremos para a apresentação dos dados coletados, cabe fazer uma contextualização dos municípios pesquisados. Como citamos no início do capítulo, as cidades foram agrupadas em dois blocos. O primeiro grupo trata dos municípios do litoral paranaense: Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba, que possuem uma população entre 5.000 à 35.000 mil habitantes. O segundo grupo é constituído por cidades com mais de 100.000 habitantes: Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Colombo, São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara e Campina Grande do Sul.

Além dessa divisão formal, compreendemos a necessidade de contextualizá-las no que se refere ao Produto Interno Bruto PIB dos Municípios pesquisados (quadro 1)<sup>31</sup>:

	1999	2000	2001	2002	2003
PR - Antonina	119.275,91	85.859,74	111.644,53	108.320,12	91.560,56
PR - Araucária	2.898.095,77	3.435.594,39	3.731.402,87	3.892.861,89	4.550.411,10
PR - Campina Grande do Sul	157.560,15	157.764,26	163.477,11	154.209,19	136.364,75
PR - Cascavel	1.411.621,20	1.318.737,60	1.372.277,97	1.423.816,10	1.593.099,61
PR - Colombo	705.408,33	689.706,40	703.187,35	688.097,34	701.938,50
PR - Foz do Iguaçu	3.731.449,30	3.660.262,34	3.291.727,40	3.167.071,03	2.805.688,19
PR - Guaraqueçaba	25.082,68	26.693,26	20.913,52	21.207,24	21.414,29
PR - Guaratuba	117.124,60	117.047,34	110.798,17	122.566,61	106.359,06
PR - Londrina	3.093.824,48	3.063.082,18	3.012.495,34	3.001.387,98	2.998.292,50
PR - Maringá	2.343.811,53	2.317.868,93	2.197.992,17	2.315.063,56	2.173.174,85
PR - Matinhos	121.690,82	112.220,17	109.670,21	124.667,24	113.422,17
PR - Morretes	52.221,57	49.154,98	45.896,31	46.872,39	49.601,58
PR - Piraquara	199.679,21	184.215,48	193.308,11	211.430,67	223.006,87
PR - Pontal do Paraná	78.756,67	71.268,90	70.288,43	81.621,88	76.542,33
PR - São José dos Pinhais	2.980.560,62	3.764.687,74	4.356.114,04	3.876.476,97	3.621.590,03

Verificamos com esse quadro também dois grupos distintos. Cidades com PIB mais elevados (Araucária, Cascavel, Colombo, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e São José dos Pinhais) e outros municípios em condições econômicas precárias (Antonina, Campina Grande do Sul, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Piraquara e Pontal do Paraná). Estas informações iniciais servem para apresentarmos os dados de maneira mais contextualizada, com uma visão mais concreta de suas realidades econômicas.

<sup>31</sup> Produto Interno Bruto (PIB) Municipal Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Unidade: R\$ de 2000(mil) Comentário: Para os anos de 1999 a 2003 - elaboração IBGE, e para os anos 1970 a 1996 - elaboração IPEA. Estão incluídos no PIB, a custo de fatores, os Setores Agropecuário, Industrial e de Serviços. Metodologia PIB Municipal 1970 a 1996 Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

## ESTRUTURA BUROCRÁTICA

Os primeiros dados a serem apresentados, são as estruturas organizacionais das Secretarias Municipais e/ou Autarquias Municipais, e onde estão alocados os Departamentos de Esporte e Lazer nas cidades. Os dados coletados sobre essa questão nos possibilitou delimitar a estrutura organizacional em três dimensões básicas. As primeiras estruturas estão formalmente organizadas em Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, com níveis burocráticos bastantes consolidados em Departamentos, Divisões e Coordenações de Esporte e Lazer. Como comenta Ramos citado Cristan (2002, p. 212) a burocracia se divide em 4 escalas:

- 1 - Burocracia transitória eleita e/ou propriamente política – transitória ex.: secretários

*A burocracia eleita tem como característica sua transitoriedade, dado que não existem critérios precisos de eficiência nem estatuto escrito que regule detalhadamente as funções que seus ocupantes podem exercer. Por isso, o estilo administrativo dos atores alocados nesse estrato da burocracia é marcado pelas realizações que tal estilo leva a termo.*

- 2 - Burocracia diretorial ou quase política: ex.: funcionários de alto escalão que detém segredos da administração

*Na burocracia diretorial o status de seus titulares pode ser definido pela ligação com o chefe do Executivo, mas esta não é a única via de acesso a esse estrato, pois os critérios dependem mais da situação conjuntural de caso que de regras rigidamente estabelecidas a priori. Este estrato é integrado por funcionários de diferentes profissões e competências, que se mantêm pela escassez de detentores de suas especialidades na máquina administrativa, ou por meio de alianças informais que os mantêm em altos postos de comando de poder burocrático.*

- 3 - Burocracia técnica e profissional – ex.: técnicos especializados

*O terceiro estrato da burocracia pública caracterizado por Guerreiro Ramos é o que ele chama de burocracia técnica e profissional, por se constituir num segmento integrado por profissionais técnicos funcionalmente necessários ao desempenho da máquina pública. Contudo, freqüentemente assumem posições corporativas em defesa de seus interesses e, ancorados em seus saberes, tendem a procurar preservar suas posições e seus privilégios ao máximo.*

- 4 - Burocracia proletária – ex.: trabalhos manuais

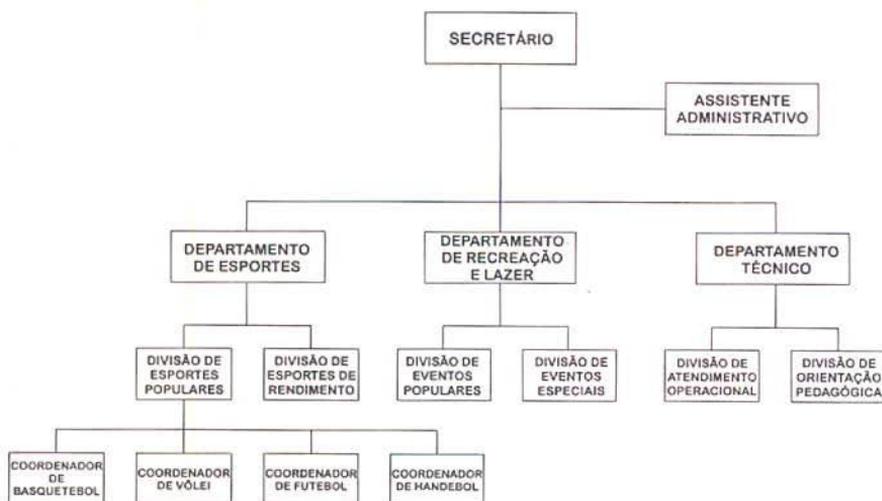
*Por fim, existe um estrato conhecido como proletária, que poderia ser identificada como a burocracia de macacão,*

*porque os trabalhos que realiza são quase sempre manuais. Esse é também o estrato mais passivo diante dos processos de gestão e no qual, nas administrações atrasadas, costuma-se praticar o maior grau de clientelismo empreguista, dado que as funções nele desempenhadas exigem pouca qualificação.*

Neste caso encontramos as cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais e Araucária, com propostas bem definidas e um alto grau de complexidade burocrática. Como podemos ver na figura nº. 1, o exemplo de São José dos Pinhais com o seu organograma é típico de uma estrutura burocrática bem consolidada.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

### ORGANOGRAMA



O segundo bloco pulveriza e/ou compartilha a estrutura de Esporte e Lazer com outras áreas de intervenção social. Observamos que nas cidades de Colombo, Piraquara, Campina Grande do Sul, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba não há Secretarias Municipais de Esporte e Lazer específicas. Os Departamentos de Esporte e Lazer estão inseridos nas mais diversas Secretarias Municipais, não obedecendo nenhuma lógica nesta organização. Verificamos que este grupo de cidades é o grupo com o PIB menos elevado, havendo provavelmente neste sentido alguma relação. Encontramos estes Departamentos nas Secretarias de Educação e Esporte; Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte; Secretaria de Esporte;

Secretaria de Indústria, Comércio e Esporte; e Secretaria de Cultura e Esporte. Desta maneira, das nove cidades pesquisadas, o Departamento de Esporte e/ou Departamento de Lazer estão inseridos em seis pastas diferentes.

Pode-se dizer que o Esporte e o Lazer são compreendidos tanto como fator educacional por estar incluso na Secretaria Municipal de Educação de Antonina, quanto um fator mercadológico ao estar ligado à Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de Guaraqueçaba. Esta falta de direção mostra a verdadeira lacuna existente entre a definição conceitual desta área de conhecimento e a estrutura administrativa das Prefeituras. As ações são atualmente justificadas prioritariamente pela vontade dos dirigentes.

Por fim, no terceiro bloco da estrutura burocrática encontramos o município de Londrina, que organiza sua estrutura a partir de uma Fundação de Esporte e Lazer. A Fundação se constitui numa Autarquia, possuindo autonomia frente à administração central da Prefeitura.

Além das estruturas burocráticas formais apresentadas aqui, compreendemos a importância de verificar a extensão dessas estruturas. O que vale dizer como são estabelecidas as descentralizações das ações frente aos anseios da sociedade. Estamos compreendendo descentralizações como Jacob (2000, p. 35):

*A questão da descentralização é hoje uma das principais precondições para formular uma efetiva democratização do Estado. Do ponto de vista conceitual, o termo define uma transferência ou delegação de autoridade legal e política aos poderes locais para planejar, tomar decisões e gerir funções públicas do governo central.*

Nesta direção, dos municípios pesquisados, somente Araucária com três núcleos esportivos (CAIC, NESPC e NCSFA) e Maringá com dez centros esportivos distribuídos nos bairros da cidade possuem estruturas formais descentralizadas. Isto, no entanto, não garante que haja transferência ou delegação aos locais citados para planejar, tomar decisões e gerir funções públicas do governo central. Percebemos aqui que independente do tamanho da cidade ou de seu desenvolvimento econômico, a descentralização das ações não se constitui um elemento chave na estrutura burocrática.

Ainda dentro do campo da estrutura burocrática, outra questão levantada na pesquisa foi em relação à distribuição do quadro funcional no interior das Secretarias. Os dados coletados sobre a questão do quadro funcional nos mostram uma direta relação entre o PIB dos municípios.

Em São José dos Pinhais, a secretaria possui um total de 102 servidores. Deste total, 32 se encontram em cargos de confiança, 5 em cargos administrativos, 40 são bolsistas, 10 exercem outras funções e 15 são professores que atuam ou como coordenadores na divisão de esportes populares ou ministram aulas em projetos.

Londrina possui um quadro de funcionários composto por 157 funcionários, dentre eles, 100 estagiários (sendo 20 trabalhando na área administrativa e burocrática e 80 com os projetos desenvolvidos), 54 professores de Educação Física e 3 cargos comissionados pela prefeitura.

Já em Maringá, os profissionais envolvidos com a estrutura da secretaria somam um total de 130, sendo que deste total, 3 estão em cargos de confiança, 6 em cargos administrativos, 52 são professores (40 em centros esportivos), 39 são bolsistas e 30 outros são funcionários.

Em Foz do Iguaçu os profissionais envolvidos são 225: 7 em cargos de confiança, 18 em cargos administrativos que são cedidos pela prefeitura, 80 são professores (em parceria com o terceiro setor), 120 são bolsistas (90 fazendo educação física e 30 realizando pós-graduação na área de Lazer).

Cascavel ao todo possui 127 funcionários envolvidos, dentre eles, 10 em cargos de confiança, 1 em cargo administrativo, 11 são professores (que são orientadores técnicos), 55 são estagiários de Educação Física e 50 outros são funcionários.

Por fim trataremos de Araucária. O fato que chama a atenção na estrutura administrativa deste Município é o grande número de profissionais envolvidos, cerca de 120 profissionais. Destes, 70 são professores de Educação Física formados.

Em realidades opostas encontramos os demais municípios. Em Campina Grande do Sul, o quadro de funcionários do Departamento de Esporte apresentou-se relativamente pequeno. Ele conta com apenas 13 profissionais, sendo que destes, apenas 5 são professores de Educação Física.

No município de Colombo o número de profissionais envolvidos na estrutura é um pouco maior, 26 pessoas, sendo que 8 desses são professores de Educação Física responsáveis pela coordenação e desenvolvimento das atividades.

Em Piraquara o quadro de funcionários se repete: conta com 20 empregados distribuídos em 1 cargo de confiança, 1 administrativo, 7 bolsistas, 2 professores e 9 auxiliares de serviço.

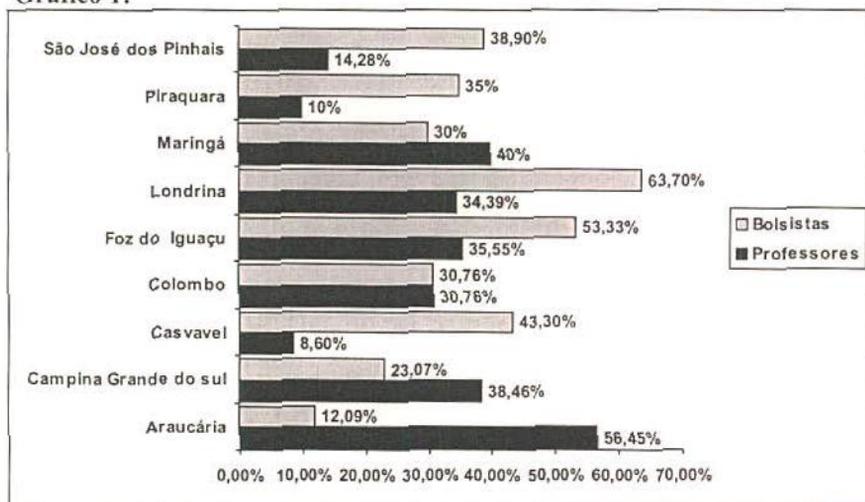
Em estágio ainda mais preocupante encontramos as cidades do litoral paranaense. Somando todas elas, encontramos somente 15 professores de Educação Física nos Departamentos de Esporte e Lazer em específico. Partindo destes dados, levantamos a hipótese da dificuldade em elaborar políticas públicas para o Esporte e Lazer. Com apenas 15 professores concursados nos seis municípios da região litorânea do Paraná, não há possibilidade de atender uma população de aproximadamente 200.000 habitantes com diferentes condições econômicas, culturais e educacionais de diferentes faixas etárias (crianças, adolescentes, idosos) e características (mulheres, trabalhadores, pessoas portadores de necessidades especiais). Estes números podem chegar a 2 milhões no período de verão.

Esses dados nos remetem ainda a uma análise sob duas óticas. A primeira delas trata de compararmos três variáveis: número de habitantes, renda per capita

e o quadro funcional. Piraquara e Araucária (municípios da Região Metropolitana de Curitiba) possuem o mesmo porte: aproximadamente 100.000 habitantes. No entanto, o PIB de Piraquara é de 223.006,87, um dos mais baixos do Estado e o de Araucária é de 4.550.411,10, o segundo maior do Estado, uma vez que é o pólo estadual de refinamento e distribuição de combustível. Enquanto Piraquara possui 20 profissionais envolvidos na secretaria, sendo que apenas 2 são professores de Educação Física, Araucária possui em seu quadro 120 pessoas, dos quais 70 são professores de Educação Física. Essa diferença é significativa e cada vez mais aprofunda as desigualdades e as possibilidades de intervenções sociais.

A outra questão de destaque a partir dos dados levantados é o grande número de bolsistas/estagiários encontrados nas secretarias. Neste caso, independente do tamanho do município e de seu PIB municipal, a quantidade de estagiários é significativa. Se analisarmos o Gráfico 1, encontraremos na maioria dos municípios mais bolsistas do que professores. Este quadro é extremamente preocupante se quisermos realmente ter políticas públicas que possam intervir qualitativamente no desenvolvimento da sociedade e garantir o Esporte e o Lazer como direito do cidadão.

Gráfico 1:



## GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS

A parte do protocolo referente à Gestão Pública dos Municípios contém doze questões e inicialmente indaga sobre a presença do Conselho Municipal de Esporte.

Constatamos que em Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais, Araucária, Colombo, Piraquara, Campina Grande do Sul, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba não existe Conselho

Municipal de Esporte e Lazer. Londrina é o único município que contém um Conselho, porém este é especificamente administrativo e ocorre junto a Fundação do Esporte (autarquia responsável pelo desenvolvimento pelo esporte e lazer no Município). Algumas cidades como Foz do Iguaçu e Maringá justificaram a falta de um Conselho Municipal para o Esporte. A primeira alegou que existia um Conselho, porém o prefeito o vetou, pois teria se tornado uma ferramenta política na cidade. Já Maringá justificou-se com base no argumento de que grande parte das suas ações voltadas ao esporte foram designadas pelas Associações Esportivas.

A criação dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer consolida a democracia direta, que segundo o pensamento de Bobbio (1990, p. 56),

*[...] se deve falar justamente de uma verdadeira reviravolta no desenvolvimento das instituições democráticas, reviravolta esta que pode ser sinteticamente resumida numa fórmula do seguinte tipo: da democratização do Estado à democratização da sociedade.*

A democracia direta vem auxiliar na efetiva democratização da sociedade. Contrapondo a atual situação a qual vivemos, a delegação das funções é denominada por Bobbio (1990, p. 56) de democracia representativa:

*A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade.*

Entendemos que a definição de democracia direta, nos evidencia ainda mais a necessidade de criarmos imediatamente os Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, sob o risco de perdermos cada vez mais a representatividade no interior da sociedade. Compreendemos também, que a democracia somente se fortalece com a participação dos cidadãos e com o controle dos mesmos sobre as ações políticas. Desta maneira, a incorporação do esporte e lazer com direito do cidadão depende da participação da sociedade nas ações públicas.

Outra questão pesquisada corresponde em nível de envolvimento da sociedade na elaboração das atividades de Esporte e Lazer. Neste sentido, questionamos a presença de um plano norteador da Secretaria ou Departamento responsável pelo esporte e lazer, pois este determina a intenção e os objetivos da gestão, no direcionamento de suas ações.

Tratando deste envolvimento da comunidade na elaboração das atividades de esporte e lazer, constatamos que apenas a cidade de Araucária realiza audiências públicas específicas para o Esporte e Lazer, seis audiências por ano. Nas demais cidades pesquisadas, a sociedade não participa da elaboração do Plano de Governo. A representação da sociedade junto as Secretarias Municipais de Esporte e lazer ocorre nos casos de Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, São José dos Pinhais,

Guaratuba e Maringá, através das Associações de Bairros. Fica explícito aqui o modelo de representatividade, que segundo Bobbio (1990), ocorre através da delegação de poderes dos cidadãos para o político ou os administradores dessas associações.

Para sustentar o planejamento nas instituições públicas, de forma eficiente e estruturada é indispensável a presença de um Plano de Governo Norteador, necessário para determinar e sustentar os objetivos e metas traçados para a gestão em vigor. Entretanto, apenas Londrina, São José dos Pinhais e Maringá constataram a presença de Plano de Governo especificamente para Esporte e Lazer, enquanto as cidades de Foz do Iguaçu, cidades do Litoral, Piraquara, Colombo, Campina Grande do Sul e Cascavel não souberam informar detalhes desta questão.

A gestão pública para o esporte e lazer nestes municípios, analisados sob a ótica do referencial teórico de Spink (1993), corresponde às gestões tradicionais.

*Trata-se de uma gestão constituída de forma autoritária, ou seja, a gestão aconteceu a partir da centralização do poder governado pelos burocratas, que interpretam as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da população. A representação dos cidadãos nas tomadas de decisões do governo não ocorre diretamente, pois há que se considerar que a sociedade nem sempre tem condições ou acesso ao confronto político de forma democrática com oportunidades iguais.*

Podemos indicar, então, que a elaboração das ações ocorre pela demanda e vontade dos próprios dirigentes, sem planejamento pré-determinado e sem a participação mais direta da sociedade na construção das políticas públicas.

A gestão tradicional hegemônica nas propostas das Secretarias Municipais, se contrapõe com a idéia da gestão participativa, defendida por muitos na atualidade. Spink (1993, p. 74) define como gestão participativa:

*[...] o terreno da gestão pelo público; da presença direta e não indireta do cidadão na esfera pública como alguém "presente", cidadão este que tem direitos e deveres para com os demais membros da sociedade. A gestão não é mais pública, mas sim coletiva, conhecimento é um bem social e não individual. O cidadão está dentro do Estado que o Estado enquanto construto social se confunde com a sociedade e simplesmente perde sua força simbólica assim desaparecendo.*

Outro fator pesquisado e muito importante para a compreensão da gestão esportiva e de lazer nos Municípios são as parcerias travadas entre os órgãos públicos competentes e demais instituições como clubes, escolas, associações de bairro, empresas, ONGs, partidos políticos, grupos religiosos, entre outras. Em todas as cidades analisadas existem formas diferenciadas de parceria. Normalmente

os clubes e escolas auxiliam disponibilizando seus espaços, como ginásios, piscinas, entre outros. Em alguns poucos casos, as empresas fornecem alimentação, premiação e materiais esportivos, além de patrocinarem equipes municipais em parceria com o poder público.

As atividades de esporte e lazer desenvolvidas pela sociedade, como eventos esportivos e recreativos, e festas em datas comemorativas, muitas vezes se concretiza com apoio exclusivo dos órgãos públicos. Na maioria das cidades analisadas constatamos que estes apoios ocorrem através do fornecimento de materiais esportivos e recreativos, premiações, espaços e auxílio na organização da parte técnica dos eventos.

As parcerias entre os órgãos públicos e as instituições privadas acima citadas também se efetivam através do financiamento das instituições privadas pelo poder público, de duas maneiras. A mais comum é o repasse de verba via pagamento de atletas, compra de medalhas e troféus para determinados grupos, pagamento de arbitragem em campeonatos, compra de materiais esportivos. Nestes casos, não há muitos critérios pré-estabelecidos pelo poder público. A segunda possibilidade de repasse de recurso se constitui em Leis Municipais de Incentivo ao Esporte. São Leis que normalmente tem como objetivo financiar várias situações como as acima colocadas, com critérios e acompanhamento dos recursos públicos.

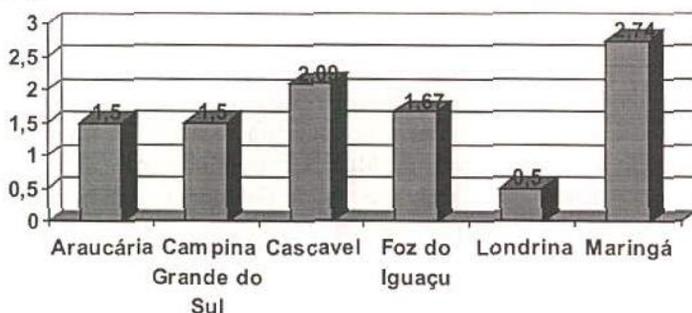
Verificamos então que Cascavel e Foz do Iguaçu confirmaram a existência deste tipo de lei. Contudo, por motivos financeiros, esta Lei não vigora em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em Londrina existe a Lei do Fundo de Incentivo a Projetos Esportivos, que apresenta diferente conformação em detrimento a Lei de Incentivo. Neste município, os recursos financeiros que advém desta lei são repassados diretamente da prefeitura para a Fundação de Esporte, sem intermediários, com o objetivo do desenvolvimento do esporte em todas as suas perspectivas, estabelecendo critérios e acompanhamento dos recursos repassados para a iniciativa privada.

Embora as Leis Municipais de Incentivo ao Esporte Lazer constituam-se como forma legítima de financiamento, elas fazem parte do orçamento global das secretarias municipais de Esporte e Lazer. Dentro desta direção, os dados da pesquisa nos indicam que os recursos financeiros voltados para os órgãos públicos responsáveis pelo esporte e lazer são essencialmente municipais. Porém o financiamento destinado ao esporte não corresponde à sua verdadeira importância para a formação do cidadão e para a sociedade, quando visualizamos a porcentagem dos orçamentos municipais. O maior registro encontrado foi em Maringá, onde cerca de 2,74% do total de recursos da cidade é destinado para o desenvolvimento de ações para o esporte e lazer. Contrapondo esta verificação, constatamos que Londrina reserva somente 0,5% para a instituição responsável.

Cabe à Secretaria ou Fundação designar em quais áreas os recursos serão aplicados. Nas cidades observadas, em geral todas destinam 70% ou mais para o esporte rendimento e educacional e 30% ou menos para o lazer. Ressaltamos que

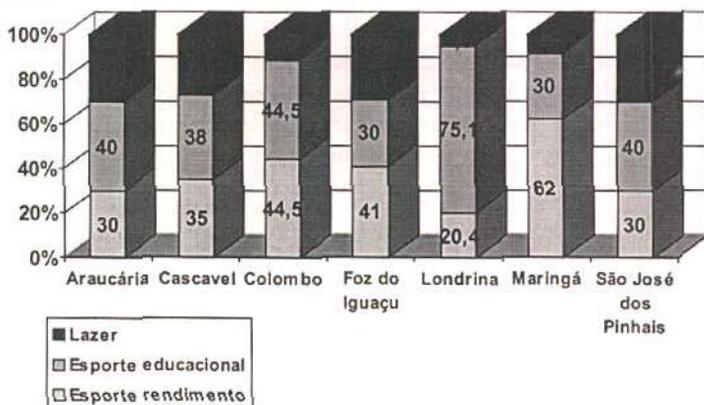
estes números não representam o montante destinado, pois este depende de outros fatores como o PIB para ser representado. Vejamos detalhadamente os dois gráficos sobre os orçamentos dos municípios destinados ao Esporte e Lazer e a distribuição interna.

Gráfico 2:



Porcentagem do orçamento municipal destinada ao esporte e lazer.

Gráfico 3:



Porcentagem do destinamento total do órgão responsável pelo esporte e lazer ao esporte rendimento, esporte educacional e lazer.

OBS: As cidades não inseridas nos gráficos 2 e 3 não disponibilizaram dados.

## PROJETOS DE ESPORTE E LAZER

Como última parte das entrevistas, as 10 questões norteadoras do protocolo estavam centradas nos temas dos programas, projetos e eventos em andamento nas secretarias. Entretanto, este foi o eixo da pesquisa com menos informações obtidas.

Novamente aqui diferenciamos os municípios em dois grupos: cidades com mais de 100.000 habitantes e os municípios do Litoral Paranaense.

No que se refere às cidades com mais de 100.000 habitantes, verificamos que todas elas tinham projetos em execução na área esportiva de rendimento. As diversidades das propostas estavam nas modalidades esportivas e não na amplitude das ofertas para as diferentes faixas etárias.

Quando questionamos sobre outros projetos em desenvolvimento, o destaque ficou por conta de atividades ofertadas para pessoas portadoras de necessidades especiais. As cidades de Campina Grande do Sul, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Colombo realizam algumas atividades para esse grupo específico. Referentes aos projetos para a terceira Idade, normalmente ocorrem ações em conjunto com as Secretarias Municipais de Assistência Social nos casos específicos de Araucária e Piraquara. Somente Colombo possui atividades tanto de terceira idade, quanto para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em contrapartida a esses projetos, quando questionados sobre projetos nas áreas de esportes da natureza, lazer e esporte urbanos, as respostas indicaram que não existe nenhum projeto sistematizado nesta direção. Ocorrem apenas alguns eventos pontuais organizados pelas Secretarias Municipais de Esporte e Lazer e/ou patrocinados pelas mesmas.

No outro grupo das cidades pesquisadas, o do litoral paranaense, verificamos a inexistência de projetos e programas nestas cidades. Ocorreram somente alguns relatos da existência de eventos. Não obstante a estes relatos, verificamos apenas a intenção de realizar projetos nas áreas da 3ª Idade, busca aos talentos esportivos, esporte de base, equipes de competições, esporte e lazer, esportes de praia entre outros projetos, mas sem haver ações concretas sendo realizadas.

Nitidamente a pesquisa mostra a falta de ações nestas cidades, não existindo projetos permanentes, que são a essência de qualquer política pública para o esporte e lazer. O que se pode analisar a partir de dois fatores: ou a gestão anterior não realizou projetos nestas áreas de intervenção, ou a ruptura entre um mandato e outro prejudicou sensivelmente o desenvolvimento do esporte, do lazer e conseqüentemente da própria sociedade. Há uma tendência de se confirmar a primeira hipótese, já que os municípios que tiveram novas administrações assumidas no início do ano de 2005, assim como os que tiveram seus prefeitos reeleitos, mostraram os mesmos traços de aparente falta de ações para o esporte e o lazer.

No conjunto de todos os projetos em desenvolvimento e mesmo nas cidades que não possuem uma proposta governamental pré-definida, ocorre uma prática comum: a participação nos Jogos Oficiais do Estado do Paraná. Com exceção de Piraquara e Guaraqueçaba, todas as demais cidades participam dos Jogos Oficiais compostos pelos Jogos Colegiais, Jogos Universitários, Jogos da Juventude e Jogos Abertos, que por sua vez acabam se tornando propulsores das políticas públicas municipais.

Com esta constatação, pode-se perceber que as ações tomadas pelas prefeituras, mesmo que de forma não intencional, reproduzem a direção do esporte

rendimento, modelo este que segundo Mezzadri (2000), está inserido em nossa sociedade desde a década de 50.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados levantados pela pesquisa nos levam a refletir sobre pelo menos cinco grandes pontos abordados nas entrevistas, a saber: definições burocráticas e o papel do Esporte e Lazer no desenvolvimento da sociedade; a quantidade de profissionais e estagiários nas Secretarias Municipais de Esporte e Lazer; a definição do plano de governo, da gestão e do financiamento; a relação entre o controle social e os conselhos municipais; e por fim os projetos em desenvolvimento nas cidades.

Ao analisarmos os dados, ficou evidente que se por um lado o fator do produto interno bruto (PIB) dos municípios interfere na complexidade da burocracia com a criação das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer e de suas divisões internas, por outro lado, não fica definido um conceito básico que permeie o esporte e o lazer em suas inserções nas demais Secretarias Municipais.

Constatamos o Departamento de Esporte e Lazer em diversas Secretarias Municipais como nas Secretarias de Educação e Esporte; Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte; Secretaria de Esporte; Secretaria de Indústria, Comércio e Esporte; e Secretaria de Cultura e Esporte. Essa fragilidade prejudica consideravelmente a inserção destas áreas no desenvolvimento da sociedade e conseqüentemente, na formação do cidadão.

Em paralelo à relação da estrutura burocrática, evidenciamos a quantidade de profissionais da área e de estagiários nas secretarias. Um dos principais pontos em questão é a necessidade de garantirmos uma intervenção mais qualificada do poder público no desenvolvimento da sociedade. Se observarmos os dados coletados, em muitas cidades o número de estagiários/bolsistas é maior do que o número de profissionais. Isto nos remete a concluir que, independente da situação econômica dos municípios, essa é uma prática comum na área de esporte e lazer.

Novamente afirmamos que, para incentivarmos a participação da sociedade nas práticas de esporte e lazer, é fundamental termos um aumento da quantidade e da qualidade dos profissionais que trabalham na área. A sua melhora qualitativa pode se dar, por exemplo, através de programas permanentes de capacitação. Como todos os dados são interligados direta ou indiretamente, podemos aproximar a falta de profissionais da área nas secretarias com a falta de planos de governos nos municípios. Constatamos que nem todas as Secretarias Municipais possuem um plano de governo de intervenção na sociedade. As intervenções têm ficado a cargo exclusivo de ações pontuais e desconectadas de um plano único das secretarias.

A falta de um plano de governo ainda gera problemas na gestão pública e no financiamento porque em muitos casos, como não há um planejamento, a gestão fica comprometida em sua interlocução com a sociedade. Nem sempre se busca

entender as necessidade e os problemas concretos da sociedade, e portanto, as ações são realizadas de maneira eventuais e aleatórias.

Como nem todas as cidades pesquisadas possuem um plano de governo para o esporte e lazer, existe a necessidade da existência dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer. Mas aqui ocorre um dos principais problemas levantados na pesquisa: nenhum dos municípios pesquisados possuem Conselhos nestas áreas. Portanto, o controle social que esses órgãos deveriam exercer sobre a gestão não ocorre.

Infelizmente no esporte e lazer os controles sociais das ações realizadas pelo poder público ficam muito vulneráveis. Os dados apontam para a necessidade das cidades construírem seus Conselhos, como existe na Saúde, Educação, Assistência Social, Idoso, entre outros.

Por fim, para fecharmos as discussões, gostaríamos de evidenciar as atividades práticas realizadas nas secretarias. Os projetos em desenvolvimento nos municípios estão basicamente direcionados para as práticas esportivas, com intuito de formarem atletas e/ou aperfeiçoá-los. Entretanto, devemos pensar em ampliar as ofertas de ações do poder público. Construir mais atividades para as pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos, mulheres, trabalhadores. Precisamos também promover mais atividades de lazer, esportes urbanos, atividades na natureza, etc.

Estes foram alguns pontos levantados para a análise, que ao nosso ver não termina aqui. Com a continuidade da pesquisa, poderemos aprofundar a análise dos dados coletados sob a luz de um referencial teórico consistente, tendo como meta principal qualificar as discussões e a intervenção na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 10ª ed. 2003.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: 10ª ed. Editora UNB, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política. A filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro:Elsevier, 2000 – 12 reimpressão. 2000.

\_\_\_\_\_. *Entre duas Repúblicas: às origens da democracia italiana*. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

BORGIANI . Elisabete y MONTAÑO Carlos. *La Política Social Hoy*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: 11ª Ed. Malheiros Editoras, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 150.
- CALHOUN, Donald W. *Sport, Culture, and Personality*. Champaign - Illinois: Human Kinetics Publishers, Second Edition, 1987.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política* 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- CARR, Edward Hallet. *Que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 1982.
- ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação* Lisboa: DIFEL,
- ELIAS, Norbert. *Introdução a sociologia*. São Paulo: Edições 70, 1970.
- \_\_\_\_\_, Norbert. *Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- \_\_\_\_\_, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes* vol. 1 - 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1994
- \_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Vol. 2, 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1994.
- FISCHER, Tânia. *Poder local: um tema em análise. Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard. *Norbert Elias : A política e a história*. S.P.: Ed. Perspectiva S.A., 2001.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSBAWN, Eric. & RANGER Terence. *Invenção das Tradições* Rio de Janeiro: Paz e Terra História, 1984
- \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalidade desde 1780: programa, mito e realidade; tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JACOBI, Pedro Roberto. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FVG,2000.
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *Esporte na cidade: aspectos do espaço civilizador brasileiro*. Campinas, Sp: Autores Associados,2001.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Esporte: política públicas*. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados,2001.

MEZZADRI, Fernando Marinho. *A estrutura do esporte paranaense: da formação dos clubes a situação atual*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000.

MORIN, Edgar, *Cultura de massas no século XX: neurose o espírito do tempo*. 3.ed. v.1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

NEIBURG, Frederico e WAIZBORT, Leopoldo. *Escritos & Ensaio 1: Estado, processos, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

OSBORNE, David. *Reiventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Trad. de Sergio Fernando Guarischí Baht e Ewandro Magalhães. 4 Ed. Brasília: MH Comunicações, 1994.

POULANTZAS, Nicos, *O Estado, o Poder, o Socialismo* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REES, Roger & MIRACLE, Andrew C. *Sport and Social Theory*. Champaign - Illinois: Human Kinetics Publishers, Second Edition, 1986.

REVISTA DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Campinas, v. 24, n. 3, p. 1-210, 2003.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPINK, Peter. Descentralização: luto ou luta? In: FISCHER, Tânia. *Poder local governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Ed. Edunicamp. 1996.

\_\_\_\_\_. *O Esporte na Educação e na Política Pública*. R. Educação & Sociedade. Ano XII abril. Campinas: Papirus, 1991.

## O ESTADO DO PARANÁ E SEUS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER: APROPRIAÇÃO, DESAPROPRIAÇÃO OU REAPROPRIAÇÃO?

Simone Rechia<sup>32</sup>  
Rodrigo de França<sup>33</sup>

Este artigo propõe-se a discutir os resultados iniciais do projeto, intitulado, "O Estado do Paraná: seus espaços e equipamentos de esporte e lazer<sup>34</sup>", no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

Tal estudo tem por finalidade investigar como são planejados e vivenciados os espaços e equipamentos destinados às vivências no âmbito do Lazer e do Esporte no Estado do Paraná. Também tem como meta pesquisar as práticas corporais experienciadas nesses espaços a partir de uma possível leitura do cotidiano, numa tentativa de perceber as operações dos usuários (crianças, jovens, adultos e idosos) as quais dão vida à estes ambientes nas cidades onde vivem. Portanto, trata-se de um projeto que visa tematizar a composição entre planejamentos dos espaços e suas relações com as experiências no âmbito do Lazer e do Esporte como forma de manifestação urbana nas praças, parques, centros culturais e esportivos de algumas cidades.

Os objetivos específicos que norteiam a presente pesquisa são: situar algumas cidades do Paraná, analisando os espaços destinados às práticas corporais e culturais, na tentativa de focalizar o modelo adotado relatando algumas de suas peculiaridades; desenvolver um protocolo de análise para categorizar os modelos de espaços e equipamentos propostos; compreender quais são as maneiras de pensar e propor os espaços destinados às vivências no âmbito do lazer, esporte e atividade física, verificando quais os paradigmas que sustentam tais planejamentos; caracterizar alguns espaços das cidades selecionadas para a pesquisa, verificando quais são as suas características, suas atividades, as contradições existentes no espaço, as redes mais amplas de relações e quais as suas formas de uso e apropriação ou *desapropriação*; analisar como se efetiva as vivências lúdicas no interior desses espaços; propor novas formas de intervenção de gestão pública no que se refere ao planejamento e projetos para espaços e equipamentos em ambientes públicos.

<sup>32</sup> Doutora em Educação Física. Professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

<sup>33</sup> Mestrando em Educação Física no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

<sup>34</sup> O qual é desenvolvido pela professora Simone Rechia, tendo um aluno bolsista, o mestrando em Educação Física, Rodrigo de França, e quatro alunos voluntários, os graduandos(as) Rosane Fátima Pikussa, Saulo Esteves de Camargo Prestes, Talita Marques Santos e Thiago de Oliveira, todos vinculados ao CEPELS (Centro de Estudos e Pesquisas em Esporte, Lazer e Sociedade).

Acreditamos que esse estudo poderá trazer subsídios para professores/pesquisadores e gestores públicos, assim como para graduandos e pós-graduandos do Curso de Educação Física, pois poderá possibilitar a compreensão mais aprofundada de algumas formas de comportamento do cidadão paranaense em relação aos espaços constituídos no meio urbano, os quais oportunizam experiências no âmbito do lazer, atividade física e esporte, como também de alguns conceitos complexos que permeiam o planejamento desses espaços. Diante deste contexto esse estudo visa gerar reflexões interessantes sobre a vida cotidiana de algumas cidades do Paraná, buscando contribuir de forma efetiva com o processo de formulação para políticas setoriais a essas áreas do conhecimento.

Assim, nosso interesse ao propor o projeto "O Estado do Paraná: seus espaços e equipamentos de lazer e esporte" é contribuir para o debate sobre a relação entre espaços urbanos e as práticas corporais e culturais apontando e desvelando como se dá esta realidade.

## CONSTRUINDO UM REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo surge a partir da idéia de que espaços diferenciados se inter-relacionam no ambiente das cidades. Entre eles está: o espaço do trabalho, da vida privada e da vida pública, onde visualiza-se os espaços e equipamentos destinados às experiências no âmbito do Lazer e do Esporte, ou seja, as quadras de esporte, as ruas, os bosques, os parques, as praças, os ambientes culturais, entre outros.

A partir desta constatação, delimitamos os espaços públicos de algumas cidades do Paraná para pesquisar, motivados pelo desejo de refletir sobre esses ambientes privilegiados para a observação das práticas corporais e culturais urbanas constituindo-se em cenários propícios para a investigação das relações que ali se estabelecem. Tais relações oportunizam entre outras coisas a sociabilidade, a prática esportiva, a atividade física, a brincadeira, o desenvolvimento cultural, assim como os confrontos, embates e tensões sociais que podem surgir na produção dessas experiências.

Buscando compreender as manifestações corporais como práticas culturais das cidades, as quais adquirem formas singulares nos mais variados tempos e espaços sociais do ambiente urbano, esse projeto tem por objetivo além de analisar o planejamento dos espaços constituídos e suas conexões com as práticas corporais e do conviver, também discutir como se efetiva o uso desses ambientes e como se dá a sua apropriação ou desapropriação, transformando-os em "lugares significativos" para o cidadão.

Recentemente, o conceito de "lugar" foi resgatado, principalmente pela geografia, como conceito fundamental, passando a ser analisado de forma mais abrangente porque se entende que "lugar" constitui a dimensão da existência que se manifesta por meio de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas e instituições.

O conceito de lugar, nesta perspectiva, foi amplamente discutido por Santos (1997). Para ele, a análise do lugar se refere a um tratamento do “mundo vivido”. Esse tratamento, dado a princípio pela geografia, vem assumindo diferentes dimensões. De um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento “topofilico” a que se refere Tuan (1975); de outro, o lugar pode ser lido por meio do conceito da “geograficidade”, termo que, segundo Relph (1979), “encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes nos quais vivemos, antes de analisarmos e atribuímos conceitos a essas experiências”.

Tuan (1983, p. 3), na introdução do seu trabalho sobre “espaço e lugar”, destaca que esses termos são familiares e indicam experiências comuns:

Espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação. O espaço fechado e humanizado é lugar. Os seres humanos necessitam de espaço e lugar, pois as suas vidas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade.

Espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.

Historicamente, a humanidade se relacionou com o espaço de diversas maneiras, à partir da *Conquista* (momento de expansionismo dos reinados à partir da acumulação de territórios, quase nunca sem derramamento de sangue); *Exploração* (no sentido da extração de riquezas naturais em geral, bem como em seu sentido mercadológico, imobiliário); *Harmonia* (relação simbiótica entre o homem e a natureza, muito bem ilustrada pelos indígenas, por exemplo); *Estética* (dada, por exemplo, com a peculiaridade de cada casa); *Luta* (dada, entre outros, à partir da desigualdade social, onde se destacam alguns atores sociais como os Trabalhadores Rurais Sem-Terra, por exemplo); *Descoberta* (no sentido de novos lugares, ainda desconhecidos. Ex.: fundo do mar); *Raridade* (como é o caso das densas metrópoles, onde o espaço é bastante disputado e cada metro quadrado é apropriado de um sem número de formas), entre outros.

Nos debates e reflexões gerados no campo científico, ao menos no que tange à vertente sociológica, a categoria espaço vem deixando o papel de coadjuvante para ser um importante instrumento analítico e ferramenta interpretativa. Mas nem sempre foi assim. Para retratar o caminho percorrido pela categoria em questão, corroboramos com Luchiari (1996), onde esta se reporta desde ao Iluminismo (onde a metáfora do *tempo* sempre ocupou grande foco de interesse), em uma sociedade que buscava o progresso, à luz da razão e da libertação dos ranços da superstição, do mistério e da intuição.

É com este espírito que, no século XIX, o 'progresso' passou a ser o carro-chefe do capitalismo em ascensão, e as sociedades tradicionais/primitivas foram vistas como retardatárias em uma escala de evolução onde a sociedade industrial européia se encontrava no estágio mais avançado. (LUCHIARI, 1996, p.194).

Em nome do desenvolvimento houve tentativas de colonização, cristianização, cientifização e civilização, ou em outras palavras, homogeneização quanto às diferenças culturais entre os povos. Estes, portanto, deveriam se curvar ao racionalismo, à “[...] razão que tudo ordena, da unidade que tudo controla – uniformidade lógica” (HORKHEIMER & ADORNO, *apud* LUCHIARI, 1996, p.194).

Já no século XX, a chamada “crise do progresso” desencantou a humanidade com acontecimentos como a Primeira Grande Guerra, a crise econômica da década de 30, o Nazismo, o Fascismo, entre outros. A partir da metade do século, o crescimento econômico passou a ser a solução para todos os males, afim dos países se desenvolverem. Embora para isso, tivessem que deixar de lado a preocupação com os impactos causados ao meio ambiente e o alastramento das seqüelas sociais.

Conforme já apontado *a priori*, a modernidade sempre deu preferência, ou melhor, suas idéias sempre estiveram associadas à temporalidade. O espaço fora relegado a segundo plano pelo historicismo e se restringira ao mero cenário dos acontecimentos do ser social, ou seja, não passava de palco para as relações sociais.

Luchiari (1996) destaca alguns autores que anteciparam a importância da análise espacial para a compreensão da sociedade contemporânea. Michel Foucault foi um destes pensadores – chamados de estruturalistas – que perceberam o espaço/lugar mais do que a materialidade de um cenário neutro, inerte. Ele “mostrou a espacialidade criada e vivida, concreta e abstratamente pelas práticas sociais” (*idem*, p. 197). Denunciou o controle social através das estruturas disciplinares – família, igreja, escola, prisões – e apontou a importância do espaço nas relações e no exercício do poder<sup>35</sup>.

Outro autor que pode ser destacado foi Friedrich Ratzel. Este (influenciado pelo positivismo evolucionista), com seu determinismo ambiental – onde todo meio físico exerce coerção sobre os seres, pois estes são obrigados, em certa medida, a se adaptarem a ele – e sua teoria do espaço vital concebeu o que foi chamado de Geopolítica (esta muito criticada, pois influenciou a Alemanha nazista), conceituando o Estado como um organismo, na sua relação intrínseca com ambiente. “Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre lutas pelo mesmo objeto [...], a recompensa sempre foi –

<sup>35</sup> A este respeito ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.

ou tem pretendido ser – um proveito territorial” (MORAES & FERNANDES, *apud* LUCHIARI, 1996, p.199). A partir disso, o “espaço” passou a configurar-se como um paradigma na Geografia Alemã.

Para se opor ao determinismo de Ratzel, nasce na França a “escola possibilista”, liderada por Paul Vidal de La Blache. Também baseado no positivismo, porém no viés funcionalista, este pensou o homem como um ser ativo que, embora sofra influência do meio, tem a capacidade de atuar sobre este, inclusive transformando-o e dominando-o. Portanto, na perspectiva Vidalina, a natureza passou a ser interpretada como possibilidades para a ação humana. La Blache estudou, entre outras coisas, as populações rurais, as quais dominavam a natureza através de três elementos principais: as Técnicas, a Tradição e os Processos Criativos, possibilitando uma relação de equilíbrio entre natureza e sociedade. Desenvolveu o método empírico-indutivo e o conceito de Região – objeto de pesquisa dotado de individualidade física e sociocultural – norteando os caminhos da Geografia.

Para os sociólogos, contudo, a influência do ambiente sobre as relações sociais ainda era desconsiderada. Émile Durkheim, por exemplo, reconheceu uma relação entre os sujeitos e as estruturas, porém – pelo menos em suas obras iniciais – demonstrou dúvidas quanto a importância das representações sociais contidas no espaço. Contudo, numa outra leitura de Durkheim podemos pensar no fato social como “toda maneira de agir, fixa ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção externa” (DURKHEIM *apud* LUCHIARI, 1996, p.206). A partir disso, pode-se pensar que o espaço no qual a sociedade se envolve é coisa exterior ao indivíduo e exerce influência coercitiva sobre o mesmo e a sociedade. Durkheim inovou e abriu mão de várias possibilidades de estudo do espaço como representação e coerção sociais, influenciando Maximilien Sorre, Paul-Henri Chombart, entre outros.

O campo da História também deu sua contribuição. Lucien Febvre e Marc Bloch (discípulos de La Blache) interessaram-se pela geografia histórica, mas segundo Luchiari (1996), foi através de Baudrel que a geografia histórica ficou consagrada. Esta atitude – escrever a história do homem com relação ao seu meio físico – ressalta a importância espacial na história, fazendo do tempo geográfico uma nova forma de se interpretar a história.

A busca constante por respostas para o paradigma espacial conduziu algumas Ciências, como a Geografia, a outros “tempos”. Tempos do desenvolvimento tecnológico e metodológico e dos processos de automação. Surgiram conceitos como os de Rede de Fluxos; Espaço Funcional, associado ao Planejamento Regional; Rede de Centros; Nodalidade, caracterizando uma “Revolução Quantitativa”. Mas o caráter tecnicista dessa nova Geografia desprezou a análise dos processos e do espaço como *lôcus* de contradições, transformação e/ou reprodução das relações sociais.

Somente a partir da década de setenta a perspectiva espacial foi trazida à tona pelas teorias marxistas, as quais se aproximariam mais das análises espaciais. Tal perspectiva possibilitou uma análise equilibrada da interpretação entre o tempo e o espaço na Teoria Social. Assim,

[...] uma nova teorização do tempo-espaço é reivindicada para a teoria social crítica. O espaço e o tempo deixam de ser considerados como mera representação ideológica das sociedades e passam a ser assimilados como a materialidade latente, o substrato da vida social que também é passível de uma leitura para investigar o comportamento e a estratificação sociais. (LUCHIARI, 1996, p.218).

Entra em cena então, evitando uma impressão de causa-efeito, a nova Geografia Marxista, através do aprofundamento da discussão acerca do “espaço social”, produzido como um instrumento de poder do Estado e da sociedade. Foi Henry Lefebvre quem encabeçou esta discussão e renovou a categoria espaço enquanto análise dialética, pondo o mesmo como detentor de um papel decisivo na estrutura da moderna sociedade capitalista.

Outro autor importante nesse processo foi David Harvey. Segundo a mesma autora, ele adota a perspectiva materialista na análise das concepções de tempo e espaço e defende que estas devem ser interpretadas à luz da ação social e que, de um lado é disciplinadora, mas que de outro, gera movimentos criativos e clandestinos que também são espacializados. Harvey propõe uma tríade a qual vem moldando a história do capitalismo: o domínio do espaço, o controle do tempo e a posse do capital.

O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço. (SANTOS *apud* LUCHIARI, 1996, p.217).

Assim sendo, atualmente, não há mais como falar da sociedade e sua complexa teia de relações sem considerar a espacialidade aí inscrita e suas marcas. Pelo contrário,

O espaço parece, pois, transformar-se no modo privilegiado de pensar e agir o fim do século. Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquiram cada vez mais importância e centralidade analíticas. Os nossos próprios tempos e temporalidades serão progressivamente mais espaciais. É comum identificar em nossas trajetórias

personais a sucessão do tempo da família, da escola, do trabalho. Foi em atenção a essa sucessão que se constituíram muitos dos ramos da sociologia e de outras ciências sociais [...]. Começamos a ver que cada um desses tempos é simultaneamente a convocação de um espaço específico que confere materialidade própria às relações sociais que nele tem lugar. A sucessão dos tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles. (SANTOS, 1991, p.63-64).

Nesse sentido, o que chama atenção no meio urbano é a estreita vinculação entre os lugares abertos e as práticas corporais lúdicas, em que o lazer vivenciado diferencia-se, de certa forma, da perspectiva consumista, circunstancial, funcional, em que o mero entretenimento satisfaz temporariamente as necessidades humanas gerando muitas outras, por meio do consumo de mercadorias. Nos parques, praças, centros esportivos e culturais percebe-se que o uso dos espaços e dos equipamentos torna-se uma prática cotidiana vivenciada em vários pontos da cidade e por diferentes grupos de pessoas. Essas experiências podem estar sustentadas em valores que contemplam de maneira especial a relação sujeito-ludicidade, gerando um estilo de práticas singulares no ambiente urbano.

Nesta perspectiva, consideramos interessante pensar que essas práticas sociais realizadas nos interstícios da vida urbana podem significar certa “linha de fuga” a formas sistemáticas de trabalho. Da mesma forma, essas práticas podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos os quais se diferenciam de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas. Elas envolvem, pelo menos aparentemente, a relação ética com o outro, o convívio um pouco mais harmonioso com a diferença, a autonomia e a vivência com a cultura local.

Para compreender a relação entre lugares abertos e o cotidiano das cidades partiremos da idéia de que esses espaços se originam da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre as pessoas, e que a partir deles se estabelece o estreito vínculo entre participação ativa e vida nas cidades. Portanto, consideramos que essa forma de ambiente é o próprio pulsar da vida urbana.

O essencial para esse pulsar é compreender que os espaços abertos das cidades ensaiam a “convivência com aquele que eu não conheço muito bem” (NEGT, 2002, p. 22), portanto, lugar onde as pessoas podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos, tornando-se espaço privilegiado para manutenção de formas de convívio, de civilidade e de cidadania.

Gostaríamos de ressaltar que a vida dos espaços planejados nas cidades para experiências no âmbito do lazer, do esporte e atividades físicas só se mantém e, portanto, depende do significado que a comunidade lhes atribui. Esse significado muitas vezes está relacionado com as formas de apropriação e o uso no plano da vida cotidiana, gerados ao longo do tempo, tornando-se referencial para o lugar. Nesta direção Certeau (1994, p. 41) alerta que

precisamos descobrir [...] que procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos institucionais e não se conformam com eles a não ser para alterá-los; enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica [...] essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.

Essas “maneiras de fazer” para Certeau (1994), alteram o funcionamento das estruturas tecnocráticas por meio de uma “multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano”, que por meio da criatividade dispersa, tática e bricoladora desenvolvem modos astuciosos de proceder no dia-a-dia, podendo conferir significado aos espaços constituídos.

Assim, torna-se importante perceber que o contexto urbano conflituoso tem uma riqueza: sua própria superação. Vislumbra-se, portanto, que através de experiências no âmbito do Lazer e do Esporte pode-se conquistar um novo tipo de relação entre espaço-tempo e cidade-cidadão, como resposta a esse processo, o qual pode produzir um novo modo de viver, ver e perceber a cidade.

Esse “modo de viver” pode ser compreendido como cambiante entre o formal e o lúdico, revelando uma possibilidade de articulação entre espaço e tempo, o que pode resultar na *(re) apropriação* dos espaços abertos das cidades, podendo gerar a reconstrução da vitalidade do meio urbano. Para De Decca (2002, p. 61),

tanto podemos ver nas atividades de lazer a manutenção das tradições e valores de sociedades anteriores ao capitalismo, como podemos apreendê-los em suas dimensões complementares ao trabalho disciplinado. Assim, o lazer pode ser percebido nos interstícios do sistema de fábrica, como espaços e parcelas de tempo não administrados pelo capitalismo, como pode também, ser visto sob o ângulo da administração do tempo livre complementar ao trabalho organizado oriundo da racionalização moderna do capital. O lazer então pode ser entendido tanto pela ótica da acomodação como pela da resistência à imposição dos modos de vida criados pelo sistema de fábrica. Nessa perspectiva é que se delineiam as estratégias dos sujeitos históricos.

Perceber o espaço/tempo do lazer como uma forma de resistência do indivíduo moderno é compreendê-lo no nível da subjetividade, considerando possível a autonomia dos sujeitos gerada a partir dos interstícios do tempo cronometrado do trabalho na vida cotidiana. Neste sentido, De Decca (2002), analisando as obras de E. P. Thompson e suas contribuições à discussão do lazer das classes trabalhadoras, argumenta o seguinte:

o autor (Thompson) defende a recuperação de costumes de uma sociedade e de uma cultura popular resistentes ao tempo dos relógios. Segundo o autor, essa retomada de antigos valores seria a única alternativa culturalmente estruturada dentro de nossas sociedades e Thompson dá uma ênfase ainda maior às sociedades que não se submeteram por completo à lógica da disciplina do tempo do trabalho. Thompson, ao valorizar o conflito de culturas para a análise do capitalismo, enxerga como alternativa ao tempo abstrato e produtivo dos relógios a retomada em um outro nível histórico dos padrões culturais soterrados pela ideologia da acumulação e do progresso material (DE DECCA, 2002, p. 79).

Neste caso, é possível considerar que experiências humanas vivenciadas no tempo-espaço de lazer e esporte em ambientes urbanos diferenciados, embora tensionadas pelo mundo do trabalho na sociedade contemporânea, podem significar um importante elo de ligação entre a vida cotidiana e a cultura local, não significando com isso um retrocesso, mas apenas a manutenção de algumas formas de convívio e sociabilidade no cotidiano.

Entender, portanto, algumas experiências do lazer como uma possibilidade de resistência significa compreender, segundo Lefebvre (1991), que no interior das práticas de lazer e por meio delas os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar — na extensão de suas possibilidades — a crítica de sua vida cotidiana.

Nosso ponto de partida para análise das questões apontadas serão as descrições dos cenários urbanos pesquisados, na tentativa de fornecer subsídios para que possamos conhecer com uma certa profundidade a realidade de algumas cidades do Estado do Paraná, relatando as características dos ambientes constituídos para a prática do lazer e do esporte.

## **OBSERVANDO OS CENÁRIOS DAS CIDADES: O CAMINHAR METODOLÓGICO**

Tratou-se de realizar uma análise da relação entre modelos de espaços urbanos destinados às práticas esportivas, atividades culturais e de lazer, seus processos de concepção e planejamento e a relação dos usuários com esses espaços. Para o presente estudo adotou-se como processo metodológico a etnografia, tendo como base a análise cultural proposta por Geertz (1989). Para tanto, na primeira fase do projeto, foi realizado um mapeamento dos espaços públicos de lazer e esporte das cidades a partir de uma busca em sites das prefeituras e sites turísticos, na tentativa de levantar o maior número de informações possíveis sobre estes. Tendo como referência tais informações e os nossos objetivos, elaboramos categorias de análise para a escolha dos espaços a serem pesquisados. Sendo assim os dividimos em: espaços culturais, esportivos, parques e praças.

Na fase seguinte, houve a necessidade de delimitar os espaços a serem visitados para dar maior profundidade à pesquisa de campo, em função do tempo reduzido de permanência nas cidades. Alguns critérios foram levados em consideração para uma escolha prévia dos espaços:

- A localização dos ambientes na cidade – preferencialmente espaços situados na região central.
- O tamanho e a capacidade dos mesmos – espaços maiores e/ou que atendessem o maior número de pessoas;
- Os equipamentos disponíveis – espaços com maior número e variedade de equipamentos;
- As possibilidades de apropriação – espaços que contemplem diferentes faixas etárias e possibilitem amplas experiências no âmbito do lazer, esporte e cultura.

Também adotou-se como estratégia metodológica o estabelecimento de um contato prévio com as Secretarias de Esporte e Lazer das cidades para obter maiores informações sobre suas realidades específicas e receber orientações sobre a relevância dos espaços para a população, e também para facilitar a localização e locomoção.

Na terceira fase realizou-se a visita técnica, que teve o intuito de se coletar dados através de registros fotográficos, filmagens, observações sistemáticas e entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pelos espaços e descrição densa no protocolo de observação. As imagens deram subsídios para a análise dos espaços físicos e das dinâmicas de apropriação destes. O protocolo de observação permitiu sistematizar informações sobre as características dos espaços, os objetivos para os quais foram construídos, o histórico dos espaços, a acessibilidade, a descrição dos equipamentos, as formas de apropriação, os projetos desenvolvidos pela gestão pública e demais informações que vieram a ser relevantes no momento da pesquisa de campo.

Depois de concluída a pesquisa de campo partiu-se para a quarta fase que corresponde à interpretação dos dados a partir das seguintes fontes: registros fotográficos, vídeos e protocolos. Esses procedimentos buscaram abordar alguns aspectos principais relacionados à criação, implementação e apropriação do modelo de espaços dessa natureza proposto pela gestão pública de algumas cidades do Estado do Paraná, as quais foram previamente selecionadas segundo critérios estabelecidos pela Rede Cedes do Paraná.

## O QUE FIZEMOS ATÉ O MOMENTO

*As praças: possibilidades efetivas de experiências no âmbito do lazer?*

Ao observarmos tanto as praças da cidade de Londrina como de Foz do Iguaçu, percebemos, a princípio, que estas não possuem infra-estruturas que possibilitem uma dinâmica mais intensa no âmbito do lazer e esporte. Isso se justifica

pela falta de disponibilidade de equipamentos que possam se tornar significativos para população. Desta maneira, nos parece que as praças são concebidas apenas como espaços livres que servem para a quebra de edificação na cidade.

As questões apontadas acima podem gerar a falta de hábito da população de se apropriar de espaços dessa natureza, a não ser pela sua função predominantemente viária. Essa forma de vínculo com as praças ocorre devido a ausência e escassez de equipamentos diversificados, muitas vezes reduzidos a bancos e monumentos. Vale ressaltar que esse modelo predomina na maioria das cidades, o que denuncia ausência de um melhor aproveitamento de espaços para potencializar as experiências de esporte, lazer e cultura nos centros urbanos.

Entretanto, em Maringá percebemos uma preocupação mais acentuada do poder público em possibilitar aos habitantes um espaço capaz de potencializar tais vivências. Além disso, observou-se que a população local reivindica melhorias nos espaços já existentes e sugere que mais espaços sejam criados. De certa forma, essa participação da comunidade pode ser reflexo de uma apropriação mais efetiva, por parte dos usuários.

Em Cascavel o que nos chamou atenção foi o fato das praças se concentrarem na região central da cidade. Também percebemos que são equipadas com canchas esportivas ou com anfiteatro ao ar livre e mesas de jogos, entre outros. Esta ênfase em equipar as praças possibilita variadas formas de apropriação pela população local. Talvez este seja um dos motivos pelo hábito da população em se apropriar destes ambientes, visto que as condições de limpeza, segurança, iluminação e manutenção não foram consideradas satisfatórias pela nossa equipe.

#### *Espaços culturais: ambientes significativos para a maioria da população?*

Quanto aos ambientes destinados a atividades culturais notamos que Londrina possui bons espaços e equipamentos, os quais considerou-se satisfatórios para a utilização da população. Apresentam horários amplos de atendimento e acesso a portadores de necessidades especiais em todos os ambientes visitados. Por este motivo a população tem mais facilidade em apropriar-se, no entanto salientamos que embora o lugar apresente excelentes condições (localização central, gratuidade, horário ampliado, etc.), não estava sendo utilizado de forma intensa.

Em Maringá o espaço cultural pesquisado oferece muitas possibilidades de experiências de lazer para a população (exposições, museu, peças teatrais, etc.). Porém, não contempla a grande maioria. Segundo entrevistas realizadas, grande parte da população não se identifica com espaços dessa natureza. Assim, entendemos que se faz necessário o fomento de políticas educacionais efetivas, no sentido de conscientizar, educar, formar e preparar a população para contemplar e experimentar a cultura de maneira ampliada incentivando um vínculo entre população e espaço, além de tornar esses espaços significativos para a comunidade.

Em Cascavel e Foz do Iguaçu os espaços culturais pesquisados, localizados centralmente, possuem várias possibilidades no âmbito do lazer, como biblioteca,

teatro e museu. No entanto, em relação a acessibilidade, notamos que estes espaços permanecem fechados aos finais de semana, o que restringe o acesso à grande parte da população que se vê ocupada pelo trabalho no horário de funcionamento dos mesmos (horário comercial). As condições dos espaços culturais, em geral, são satisfatórias, nos aspectos limpeza, manutenção e segurança.

Com relação a Foz do Iguaçu, vale mencionar que existe o desenvolvimento de projetos por parte do órgão responsável pela secretaria da cultura, no sentido de atrair a participação da população carente nesse ambiente. Tal fato representa um avanço nas políticas públicas locais.

#### *Centros esportivos: de quem para quem?*

Considerando os ambientes destinados as práticas esportivas, os espaços visitados em Londrina demonstram uma preocupação da gestão pública com o esporte de alto rendimento, sendo que estes espaços possuem equipamentos satisfatórios para o treinamento esportivo, mas não possibilitam a apropriação da população em geral a partir do modelo de esporte comunitário, nesse sentido, percebemos certa prioridade a equipes de atletas.

Em Maringá percebeu-se que o esporte é oferecido para população em duas perspectivas (alto rendimento e comunitário). Um dos espaços analisados é utilizado para grandes eventos e competições (eventuais shows e competições relacionadas a grandes federações, por exemplo), já o outro se localizava em um bairro da cidade onde vários projetos são desenvolvidos (escolinhas de esporte e atividades com os idosos, por exemplo). Se presenciou também uma efetiva apropriação do espaço pela população residente no entorno e um forte vínculo entre a mesma e o espaço já que os próprios moradores organizavam atividades no local.

Durante nossa observação em Cascavel localizamos um complexo esportivo na região central. Percebemos que este espaço oferece uma grande quantidade e variedade de equipamentos (playground, quadras, campo, pista de atletismo, pista de skate, ginásios, piscina, quadras de tênis e academia, entre outros), tecendo várias possibilidades de apropriação e vivência no âmbito do lazer e esporte comunitário. No entanto, a falta de manutenção de alguns destes equipamentos e a cobrança de uma taxa mensal de outros, acaba por restringir o acesso a este espaço. Mas as condições de limpeza e segurança foram consideradas satisfatórias.

Nos complexos esportivos analisados em Foz do Iguaçu averiguou-se que a utilização dos espaços construídos para finalidades esportivas se dá essencialmente pelas equipes de alto rendimento, ou seja, não se verificou uma preocupação com relação a apropriação deste espaço por parte da população. Ressaltamos que o espaço se mostrou satisfatório, pois o mesmo é amplo, com boa infra-estrutura, equipamentos em bom estado e razoavelmente diversificados. Um aspecto que mereceu destaque foi o fato de não se notar um só indivíduo usufruindo do espaço

esportivo, reforçando a afirmação de que sua utilização se dá basicamente para os treinamentos e competições, reduzindo sua relevância para a vivência no âmbito do lazer.

### *Os parques e as cidades: usos e formas de apropriação*

Os parques em Londrina encontram-se na região central, são espaços amplos, possuem vários equipamentos e são apropriados pela população. No entanto apresentam carência de manutenção, de acesso a portadores de necessidades especiais e segurança. Também, em Maringá observou-se que o espaço oferece várias possibilidades de vivências no âmbito do lazer (zoológico, parque infantil, espaço para exercícios ginásticos etc), porém nessa cidade o espaço é seguro, se encontra em boas condições de uso e desenvolve projeto relacionado à educação ambiental, com visitas orientadas das escolas da região. Apesar disso não se observou uma efetiva apropriação do espaço por parte da população como foi visto nas praças e nos espaços esportivos dessa cidade.

Em relação ao parque pesquisado em Cascavel, notamos que este espaço está localizado em um bairro relativamente próximo ao centro e, apesar de não ser um parque com grandes dimensões e tantos equipamentos quando comparado aos parques das outras cidades, sua estrutura possibilita diferentes formas de apropriação. O parque é utilizado principalmente nos fins de semana, tendo um público bem variado.

Na análise dos Parques notamos que na cidade de Foz do Iguaçu estes espaços possuem satisfatória estrutura com diferentes possibilidades de apropriação. Um aspecto que notamos na avaliação é o fato de os maiores parques estarem localizados distantes da região central limitando um pouco seu acesso. Talvez uma consequência disso seja a existência de períodos (“temporada”) onde se observa uma maior utilização dos espaços disponíveis. Neste sentido, não há relação direta com o espaço e sim com fatores externos. Vale ressaltar que mesmo com a escassa utilização, a manutenção dos espaços se mostrou adequada, como foi observado em nossa pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Como já discutido ao longo deste escrito, os espaços públicos das cidades parecem ser espaços em que lazer, esporte e cultura misturam-se ao cotidiano e à cultura local, num diálogo entre a natureza e a vida urbana sob estilos diversos. Lugares de movimentações intensas de pessoas, carros, bicicletas, animais, deixando, entretanto, perceber um tempo diferenciado com passeios demorados, encontros despreocupados, práticas corporais, lúdicas e culturais, contemplação, sensibilidade, educação, entre outras atitudes.

Nessa direção, gostaríamos de apontar que para além dos espaços físicos constituídos – os quais podem definir as possibilidades de apropriação – as vivências

no âmbito do lazer nesses ambientes públicos urbanos representam um “tempo da vida”. Tempo que pode ser diferenciado da velocidade das transformações produzidas no meio urbano, particularmente nas grandes metrópoles. Esses momentos podem ser percebidos como cambiantes entre o natural e o construído, entre velocidade e lentidão, entre produção e contemplação, nos interstícios da vida cotidiana, tendo como consequência primordial a (re) apropriação do espaço público, o que pode possibilitar a reconstrução da vitalidade das cidades.

As primeiras indicações desse estudo, ainda em desenvolvimento sobre os espaços e equipamentos em algumas cidades do Estado do Paraná são bastante férteis. Basta uma caminhada pelas cidades e logo se entra em contato com uma imensa diversidade de personagens, comportamentos, hábitos, crenças, demonstrando que o cidadão paranaense adotou esses espaços enquanto opção de lazer, conferindo-lhes vida por meio de experiências corporais e lúdicas extremamente ricas e interessantes. Mas vale ressaltar que tais experiências podem ser facilitadas se houver uma preocupação mais acentuada por parte do poder público no que tange a localização, equipamentos, infra-estrutura e acessibilidade nesses ambientes. Essas condições podem influenciar a aquisição de um novo estilo de vida urbano, no qual está contemplado uma relação mais próxima entre os sujeitos, lazer, o esporte e a cultura, conexão considerada hoje uma exceção nas grandes cidades.

## REFERÊNCIAS

- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. (1. Artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 1994.
- DE DECCA, E. S. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUNHS, H.T. (org). *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. LTC – Livros técnicos e científicos Editora S. A., 1989.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. A categoria Espaço na teoria social. In: *Temáticos*. Campinas v. 4, n. 7, p. 191-238, jan./jun. 1996.
- NEGT, O. Espaço Público e experiência In: Pallamin, V. M.; Ludemam, M (coord.), *Cidade e Cultura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da geografia. *Geografia*, São Paulo, v.4, n.7, 1979.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 5ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

## **UM ESTUDO DOS PROGRAMAS PÚBLICOS PARA IDOSOS DE ALGUNS MUNICÍPIOS PARANAENSES: A ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTIVA E DE LAZER EM FOCO**

**Rosecler Vendruscolo<sup>36</sup>  
Priscila Ellen Marconcin<sup>37</sup>**

A legislação vigente, principalmente, a Política Nacional do Idoso<sup>38</sup> e o Estatuto do Idoso<sup>39</sup> marcam um movimento crescente em prol do que passou a ser reconhecido como direito de cidadania e como necessidade social e não mais simplesmente como benefício<sup>40</sup>. Nesse contexto, são estabelecidas várias estratégias que abrangem atividades intelectuais, físicas e sociais. Entre essas ações, nosso olhar volta-se para o que consideramos um fenômeno social em expansão, os programas para idosos, sejam eles em universidades, associações, fundações, ruas, praias, praças, clubes, prefeituras. Refletir sobre estes programas tornou-se particularmente relevante, pelo fato de serem demandas nas áreas sociais, médicas e educacionais em que os próprios idosos<sup>41</sup> são os grandes responsáveis.

Faz-se importante salientar que programas para idosos são importantes e provavelmente são os únicos instrumentos facilitadores do estabelecimento de relações positivas entre os diversos aspectos da vida do indivíduo na sociedade brasileira (FENALTI E SCHWARTZ, 2003). Conforme reforça Cachioni (2003), para que realmente ocorram mudanças nas concepções negativas vigentes na sociedade sobre o envelhecimento e a velhice, associadas a perdas fisiológicas, psicológicas e sociais, programas educacionais de longo prazo se fazem necessários.

Preconizar programas de caráter educacional segundo a literatura corrente (MARQUES FILHO, 1998; OKUMA, 1998; CACHIONI, 2003; ALVES JÚNIOR, 2004) representa um desafio para especialistas das mais diferentes áreas do conhecimento. Porém, alguns pressupostos são consenso entre os teóricos e já estão confirmados por meio da prática, quais sejam: o de conceber a velhice como

<sup>36</sup> Mestre em Educação Física e professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná/Rede CEDES/CEPELS.

<sup>37</sup> Graduanda em Educação Física na UFPR e bolsista da Rede CEDES.

<sup>38</sup> Lei nº 8842 de 04 de janeiro de 1994, a qual define a Política Nacional do Idoso.

<sup>39</sup> Lei nº 10741 de 01 de outubro de 2003, a qual estabelece o Estatuto do Idoso.

<sup>40</sup> As discussões em relação as políticas sociais seguem estas prerrogativas de ampliar ações e espaços sociais significativos a melhoria da qualidade de vida dos idosos (Borges, 2003).

<sup>41</sup> No Brasil, o número de pessoas idosas na população em geral é de 8.3%. Estimativas evidenciam que em 2025, seremos a 6ª posição com aproximadamente 32 milhões de pessoas nesta faixa etária (60 anos ou mais). No Paraná, de acordo com o IBGE - Censo de 2002 a população é de 535.000 idosos, dos quais 5,65% tem mais de 65 anos, sendo a expectativa de vida é de 71,54 anos (Kunzel, 2003).

um tempo de possibilidades de desenvolvimento e aprendizagens significativas, por meio de uma pedagogia participativa e problematizadora<sup>42</sup>, que considera e valoriza a riqueza de experiências e conhecimentos acumulados no aluno adulto maduro ou idoso<sup>43</sup>; e o de compreender o docente com o papel fundamental de mediar, auxiliar o acesso dos alunos aos conteúdos e atividades, bem como o de proporcionar elementos de análise crítica, que permita ao idoso refletir sobre sua realidade, compreender e ter condições e autonomia para mudá-la.

Nos programas para idosos assim como no campo de produção do conhecimento, a autonomia é entendida como um conceito chave que demonstra as condições que o ser idoso tem para o exercício do autogoverno, tendo por base os conhecimentos de si mesmo, suas necessidades, os valores sociais e as responsabilidades com o mundo que o rodeia (MIRANDA, GERES e VELARDI, 2004). Perspectivar o desenvolvimento e a manutenção da autonomia torna-se imprescindível quando se visualiza as conseqüências da representação social mais tradicional da velhice como uma fase da vida caracterizada pela decadência física, ausência de papéis familiares e sociais, proximidade com a morte, improdutividade, doença, afastamento, pobreza, fragilidade, dependência da família ou do Estado e incompetência.

Na Educação Física, especialistas na área do envelhecimento e das atividades físicas, esportivas e de lazer revêem a perspectiva tradicional pautada nos aspectos biomédicos e voltam-se para as orientações que tomam o viés da educação permanente<sup>44</sup>. Nessa direção, por meio de um processo educacional voltado ao ensino da importância da atividade física na educação para a saúde, para o bem-estar geral, para a participação social, para a convivência grupal, para a atualização cultural, a educação física idealmente deve incentivar e preparar o indivíduo para a participação em atividades físicas e socioculturais, visando à autonomia e independência física e psicossocial para si e seus companheiros<sup>45</sup>. Estas análises nos levam a considerar que um programa de educação física para idosos, conforme vários autores (ALVES JÚNIOR, 2004; MIRANDA, GERES e VELARDI, 2004; OKUMA, 2004), também deve se contrapor à visão de que os programas devem ocupar o tempo com atividades divertidas, que na maioria das vezes, não levam a maiores reflexões por parte daqueles que se engajam.

<sup>42</sup> Para maiores explicações sobre esta proposta pedagógica ver Cachioni (2003).

<sup>43</sup> Os programas devem partir da necessidade dos idosos, caso contrário, pode ser pouco significativo para ele. Assim como é fundamental conhecer as características próprias de cada um, o que ajuda a melhorar as relações interpessoais, possibilita a compreensão de suas atitudes, permite explorar melhor seu potencial, favorece a integração e o crescimento.

<sup>44</sup> Sendo entendida aqui como a educação que abrange a educação de adultos e idosos, mas não se restringe a ela nem a outro período particular da vida e que tem por objetivo contribuir para a renovação cultural, a fim de coincidir a realização pessoal com a participação na vida em sociedade (Néri e Cachioni, 1999).

<sup>45</sup> No entanto, essa autonomia compreende a realização de prática corporais com consciência de aspectos importantes, dentre eles citamos alguns: como e quando se devem realizar as atividades corporais, quais as atividades mais indicadas e quais os cuidados.

<sup>46</sup> O conceito de política pública aqui é proposto conforme define Borges (2003).

No âmbito das políticas públicas<sup>46</sup>, mais especificamente, a partir dos anos 90, é que se percebe a acentuada intervenção do poder público, com o envolvimento das esferas federal, estadual e municipal, porém tendo o município um papel fundamental na implantação e execução de políticas sociais que possam dar qualidade de vida à população idosa. Reforçamos, conforme apontamos anteriormente, que um dos principais eixos condutores dessa nova realidade é a Política Nacional do Idoso, cujo objetivo principal é “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994). Esses direitos básicos devem ser concretizados a partir de políticas sociais em várias áreas, nesse sentido os projetos sociais têm adquirido relevância ao atender as necessidades imediatas da população idosa. As atividades físicas, esportivas e de lazer vinculadas a estas propostas sociais são apontadas como motivos de adesão e permanência de idosos nos programas, por intensificar os contatos sociais, o bem-estar físico e psicossocial, a troca de conhecimentos e experiência, o entretenimento e relaxamento, a melhoria da saúde, só para citar alguns aspectos, dentre tantos.

No entanto, embora se observe a proliferação dos programas sociais, verificamos, a partir das análises de alguns autores (CACHIONI, 2003; FARIA JÚNIOR, 2004), que as intervenções nesse sentido são recentes<sup>47</sup> e nem sempre possuem um aprofundamento teórico e metodológico específico na área do envelhecimento e da velhice, de modo que os programas desenvolvidos sejam entendidos como espaços significativos para a participação social dos idosos. Os autores indicam, ainda, que a reflexão das práticas vigentes nos programas está tomando os primeiros passos na direção de explorar, fundamentar (cientificamente) e sistematizar suas ações. Sustentadas nestas colocações é que formulamos algumas perguntas de ordem filosófica e técnica, mais particularmente, em relação aos programas públicos a nível municipal<sup>48</sup> no Paraná: o que está sendo ofertado aos idosos? Para que idoso e para que sociedade os programas estão voltados? Quais os objetivos que visam atingir? Qual é a estrutura dos programas? Que atividades estão sendo desenvolvidas? Quais os fundamentos e princípios metodológicos do trabalho com idosos?

Partindo destas problematizações, a intenção deste trabalho foi a de diagnosticar a orientação de programas e ou de projetos públicos de intervenção ofertados a esse segmento etário da população pelas prefeituras dos municípios de Araucária, Piraquara, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel. O enfoque do estudo é na educação física, mais especificamente, no que diz respeito à atividade física, esportiva e de lazer. Centramos a coleta de dados nas falas dos responsáveis pelos programas para idosos das prefeituras dos municípios e nos documentos provenientes dos mesmos.

<sup>47</sup> Peixoto (2000), expõe que no Brasil, as políticas sociais e o interesse do Estado nas questões da velhice caminham a passos lentos.

<sup>48</sup> Pois, ao revisar a literatura tivemos dificuldades em encontrar estudos que relatem o que são e como estão ocorrendo as ações a nível municipal.

Tendo em vista a sistematização do conjunto de dados que será aqui oferecido, esse trabalho poderá colaborar para o desenvolvimento de outras investigações científicas no meio acadêmico. Mesmo considerando que os contextos culturais são distintos, as análises podem ser sugestivas para outras pesquisas e abrir um leque de questões para o debate da problemática da velhice em várias áreas. Pretende-se sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de produção do conhecimento levando-se em consideração temas como administração pública, metodologias de trabalho, função dos educadores/professores, fundamentação teórica, valorização da memória e da história, dentre outros temas que se relacionam com a questão do idoso. Dessa forma, reforçamos que a possibilidade de avanço do conhecimento e sua difusão são condições fundamentais e indissociáveis para o desenvolvimento de novas políticas públicas em benefício do interesse da população idosa.

## METODOLOGIA

A pesquisa envolveu uma metodologia qualitativa descritiva (GIL, 2001). A investigação descritiva tem como objetivo primordial fornecer uma riqueza de informações empíricas sobre as características de determinada população ou fenômeno, no caso de nosso estudo, sobre os programas e projetos públicos para idosos.

A idéia inicial era que a fonte principal de estudo fosse os documentos provenientes das propostas de trabalho. A entrevista teria finalidade apenas de complementação dos dados. Devido à escassez de documentos obtidos nas cidades pesquisadas<sup>49</sup>, seja por estas não terem uma cópia do projeto disponível para nos fornecer, ou seja pela inexistência da proposta sistematizada sobre o trabalho que vinham desenvolvendo, a entrevista passou a ser o instrumento principal de coleta de dados.

Pela entrevista semi-estruturada, aplicada a cada um (a) dos (as) responsáveis dos programas, obtivemos dados de identificação de cada programa, sua história, propósitos, princípios, formas de organização e atividades oferecidas, além de informações sobre a sua infra-estrutura. Quando necessário, realizamos anotações sobre aspectos pertinentes e que não estavam incluídos na entrevista. Ao realizarmos as entrevistas esclarecemos as dúvidas que foram surgindo por parte dos participantes, tomando sempre o cuidado para não inibi-los. Registramos as respostas exatamente como foram pronunciadas e buscamos garantir que elas fossem completas e suficientes no sentido de prover todas as informações necessárias para futura análise (GIL, 2001).

<sup>49</sup> As cidades envolvidas na investigação estão entre as mais populosas do Estado do Paraná, sendo esse o critério para seleção das mesmas. Acredita-se que a demanda populacional é um dos principais motivos para a implantação de políticas públicas, na forma de programas e projetos, e mais especificamente, na área da atividade física, do esporte e lazer para idosos.

As cópias de alguns projetos, folders, cronogramas de atividades e outros documentos que foram disponibilizados serão considerados fontes de informação complementares as entrevistas para a análise das propostas. Porém, entendemos que uma fonte de coleta de dados complementa a outra. O material obtido junto às prefeituras será catalogado e guardado no Centro de Memória do Departamento de Educação Física. Nesse sentido, seu uso em situações diversas, como a de pesquisa, por exemplo, será facilitada.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 20 de julho de 2005 a 18 de junho de 2006 em oito programas públicos para idosos: o *Programa de Atenção a Pessoa Idosa do Município de Piraquara* – PAPI da cidade de Piraquara, o *Centro de Convivência Dr.º. Ulisses Guimarães*, o *Grupo de Idosos do Boqueirão*, o *Grupo Renascer Terceira Idade*, todos em Araucária, o *Projeto Harmonia* em Londrina, a *Academia para Terceira Idade* – ATI no município de Maringá, o *Programa da Terceira Idade* na cidade de Cascavel e por fim o *Programa de Apoio a Pessoa Idosa*, em Foz do Iguaçu.

A análise dos dados obtidos foi organizada em categorias segundo as próprias perguntas do roteiro da entrevista. Num primeiro momento realizamos a descrição de cada proposta, tomando por base a fala dos (as) responsáveis. Após este processo, e em articulação com os documentos adquiridos, estabelecemos algumas interpretações sobre aspectos convergentes e divergentes (semelhanças e diferenças) encontradas em cada proposta, sustentadas em um quadro teórico pautado em conhecimentos da área do envelhecimento, da velhice e das atividades físicas, esportivas e de lazer. Pela articulação com os resultados de outros estudos e teorizações, desenvolvidos por diversos autores, foi possível formar um todo coerente e sustentável.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Os Programas Estudados

Neste ponto do trabalho temos a preocupação de inserir os leitores nos contextos investigados e, assim, oferecer subsídios para a compreensão das características dos respectivos programas.

A primeira visita de estudo foi realizada na cidade de Piraquara, no dia 20 de julho de 2005. O Programa de Atenção a Pessoa Idosa do Município de Piraquara – PAPI, criado em 1997, era mantido pela Prefeitura do Município, pelo vínculo a Secretaria de Ação Social. Os profissionais envolvidos eram das áreas de: assistência social, fisioterapia, terapia ocupacional, técnica em enfermagem e dois idosos voluntários, um senhor que dava aulas de italiano e uma senhora que ensinava pintura em tela<sup>50</sup>. O programa estava dividido em quatro (4) grupos: dois no Bairro Guarituba, denominados “Amor” e “Alegria”, desenvolvidos nas dependências de

<sup>50</sup> Vale ressaltar que o programa não tem profissional de Educação Física.

uma igreja e com apoio da Pastoral do Idoso; um no Jardim Primavera que também acontecia em uma igreja e chamava-se “Primavera”; e ainda mais um no centro do município<sup>51</sup>, chamado de “Amizade”. O público alvo eram “pré-envelhecidos e aposentados”<sup>52</sup>, com idade de 50 anos ou mais. O cronograma de atividade variava de grupo para grupo, devendo os indivíduos se inscrever nas atividades que desejavam participar.

No município de Araucária a visita foi no dia 08 de novembro de 2005. As atividades aconteciam em três lugares distintos da cidade, assim intitulados: Centro de Convivência Drº. Ulisses Guimarães<sup>53</sup>, Grupo de Idosos do Boqueirão e Grupo Renascer Terceira idade. Apesar de cada um dos grupos possuir características próprias, com coordenadoras diferentes, os programas desenvolviam algumas atividades em conjunto tais como palestras com profissionais da saúde, bailes e passeios. Na época, atendiam pessoas com idade acima de 50 anos de todo o município, sendo a maioria mulheres. Os programas estavam vinculados a Secretaria Municipal de Promoção Social e tinham como fonte principal de recursos a prefeitura, e como fonte secundária, a APMI (Associação de Proteção à Maternidade e Infância).

No Centro de Convivência Drº. Ulisses Guimarães, fundado em 1994, os profissionais envolvidos eram das áreas de educação física, de serviço social, de pedagogia, de nutrição, de enfermagem e de psicologia. O Grupo de Idosos do Boqueirão, depois de vários anos desativado, foi retomado em 2001. A coordenadora que era assistente social contava com o apoio de uma estagiária de assistência social e da equipe de profissionais do Posto de Saúde do Boqueirão e da Clínica do Idoso. No Grupo Renascer Terceira Idade, a profissional responsável era assistente social e tinha o apoio da Unidade de Saúde Local. O grupo foi fundado em 2001 pela iniciativa das áreas da ação social, da saúde e de um grupo de idosos. As atividades eram desenvolvidas no anfiteatro do Bairro Califórnia, nas terça e quintas-feiras, das 8h30min às 9h30min. Nas segundas-feiras do mês os integrantes tinham a opção de participar de palestras que ocorriam no Centro de Convivência Drº. Ulisses Guimarães.

No município de Londrina a visita foi no dia 15 de maio de 2006. Entrevistamos a coordenadora do Projeto Harmonia. O órgão responsável pelo projeto é a Secretaria do Idoso, criado no ano 2000, para unir as ações da Secretaria da Assistência Social e da Secretaria do Esporte e Lazer, porém hoje a maior parte do recurso advém da Secretaria de Assistência Social. O projeto foi idealizado por uma equipe de técnicos das áreas descritas que integravam a gestão municipal desse período, em função da grande demanda de idosos, ou seja, 10% da população de Londrina e da necessidade de um atendimento de maior qualidade a esse

<sup>51</sup> Local de referência ao atendimento do idoso, localizado na rua Getúlio Vargas, nº 39 no centro de Piraquara.

<sup>52</sup> Designação dada pela responsável pelo programa.

<sup>53</sup> Local de referência de atenção ao idoso, localizado no centro do município.

segmento etário. Os profissionais envolvidos são das áreas de assistência social, educação física e pedagogia. O projeto conta com a participação de seis estagiários de Educação Física e sete da assistência social. São 35 grupos de convivência espalhados nas regiões da cidade. Os espaços físicos utilizados para execução das atividades são sempre em centros comunitários ou salões paroquiais e por isso não oferecem estrutura adequada para o trabalho com idoso. Eles não possuem, por exemplo, espaço para realizar atividades esportivas e nem uma sala de ginástica adequada e com espelhos. Os materiais são todos fornecidos pela Secretaria do Idoso e necessitam ser transportados de um local a outro pelas profissionais que os utilizam. Essas dificuldades de deslocamento juntamente com o número de profissionais envolvidos no trabalho, são fatores decisivos para que as atividades ocorram somente uma vez por semana em cada centro, por duas horas. Porém, de acordo com a fala da coordenadora “eles fazem atividades fora daqui também”. Também segundo ela, eles aprendem o que devem fazer em relação à atividade física e aplicam seus conhecimentos em casa.

Em Maringá a pesquisa foi realizada no dia 16 de maio de 2006. Como havíamos determinado que a entrevista devesse ocorrer somente com o responsável pelas atividades referentes à Secretaria de Esporte e Lazer<sup>54</sup>, pesquisamos apenas o programa executado por essa Secretaria, chamado “Academias para Terceira Idade” - ATI’s, fundado em 2006. A principal instituição que financia este projeto é uma empresa privada: a UNIMED que trabalha em parceria com a Prefeitura local. A idéia da implantação das ATI’s foi idealizada por funcionários da prefeitura local a partir de uma reportagem no jornal sobre um programa que ocorre na China e que atende a população idosa. Após pesquisas sobre essa proposta, ela foi implantada na cidade com algumas adaptações, pois as características das populações são diferentes. Inicialmente existem poucas academias em funcionamento, mas o programa pretende abranger todos os bairros da cidade. Os profissionais envolvidos são da área de Educação Física.

Na cidade de Foz do Iguaçu a entrevista foi realizada no dia 12 de junho de 2006 no Centro de Apoio a Pessoa Idosa onde ocorre o *Programa de Apoio a Pessoa Idosa*. O programa está vinculado a Secretaria de Ação Social, recebendo a maior parte da verba dessa Secretaria, porém com a parceria da Secretaria de Esporte e Lazer, que fornece os profissionais para execução das atividades. O Centro funciona desde 2003. Anteriormente as atividades aconteciam somente nas associações de moradores. O programa abrange 25 grupos espalhados nos bairros da cidade além do grupo do Centro, onde ocorrem atividades com maior regularidade. Ele atende idosos acima de 60 anos através do trabalho de diferentes tipos de profissionais: professor de educação física, maestro, professor de dança, músicos, alfabetizadores, profissional de informática e técnico em enfermagem.

<sup>54</sup> A entrevista foi agendada com as seguintes Secretarias: de Esporte e Lazer, de Promoção Social e da Saúde, porém no dia conseguimos somente conversar com o Secretário de Esporte e Lazer.

No dia 13 de junho de 2006 realizamos a visita ao município de Cascavel. Estavam presentes os responsáveis pela Secretaria da Ação Social e da Secretaria de Esporte e Lazer, o que nos permitiu coletar informações sobre as atividades desenvolvidas pelas duas secretarias. Na Secretaria de Esporte e Lazer, a responsável pelas ações de lazer do município relatou não existir um programa que atenda especificamente os idosos, porém em muitas atividades, como a hidroginástica e a ginástica comunitária, os idosos são a maioria. Desde 2001, as atividades ocorrem no Centro Esportivo Ciro Neto e em 30 bairros da cidade, nos espaços dos salões comunitários. Atualmente são dez professores de educação física e dez estagiários envolvidos.

Vinculado à Secretaria de Ação Social acontece o “Programa da Terceira Idade”. Esta Secretaria é responsável pela maior parte dos recursos destinados ao programa, mas conta também com parcerias nas Universidades e com a Secretaria de Esporte e Lazer que fornece os profissionais da educação física. O programa foi fundado em 1994. Anteriormente a essa data, existiam grupos nos postos de saúde e as ações eram propostas pelas duas Secretarias, de Esporte e Lazer e de Ação Social, porém com o desmembramento das ações a Secretaria de Ação social criou o Centro de Convivência e as ações nos bairros. O público alvo é idoso acima de 60 anos, atendendo, hoje, aproximadamente mil pessoas, que recebem assistência no centro e em 31 bairros, nos salões comunitários. As atividades acontecem uma vez por semana em cada grupo e todos os dias no centro. Esta Secretaria também é responsável pela proposta de atendimento a idosos semidependentes no Centro Dia, os quais permanecem durante todo o dia na instituição, recebem alimentação, cuidados de enfermagem e acompanhamento Social, esta última área tem por objetivo averiguar denúncias de maus-tratos a idosos.

## HISTÓRIA DOS PROGRAMAS

Os programas descritos foram implantados entre os anos 90 e 2000. Segundo Lovisolo (1997, p. 10), “a década dos noventa talvez signifique a constatação de que um novo poder, o dos velhos, esta marcando sua presença no mundo...”. Esse período conheceu seu apogeu com grande expansão de programa e projetos voltados para adultos maduros e idosos. Se resgatarmos um pouco a história, veremos que é recente a oferta de atividades socioeducativas aos idosos. As primeiras iniciativas nesse sentido são remetidas ao SESC, Serviço Social do Comércio, nos anos 60 com os grupos de convivência e na década de 70, pelas Escolas Abertas para a Terceira Idade<sup>55</sup>, visando informar ao idoso sobre o processo do envelhecimento nos diversos âmbitos, cursos de preparação para a aposentadoria e atualização cultural. Somando-se a oferta de atividades físicas variadas, passeios

<sup>55</sup> As Escolas Abertas para a Terceira Idade seguem os modelos da experiência Francesa. Os Estados Unidos e a França são os pioneiros em Universidades para Terceira Idade, inclusive o termo terceira idade é Francês, para maiores explicações ver Cachioni (2003).

e festas de confraternização, sendo predominante a orientação para o lazer (Cachioni, 1999). Quase no mesmo período, nos anos 70 mais especificamente, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) organizou alguns grupos de convivência em contraposição às propostas asilares.

Na década de 80 podemos observar a abertura das portas das universidades, para programas de ensino, saúde e lazer, cujos eixos norteadores principais são a sociabilidade e educação permanente (Cachioni, 1999). O modelo de Universidade da Terceira Idade, criado por Pierre Vellas<sup>56</sup>, na França em 1973, caracterizado como propostas de educação permanente, é o que predomina no Brasil. As estimativas, no Brasil, demonstram que existem 160 universidades da ou para terceira idade, que nasceram, principalmente, na década de 90 (Cachioni, 2003).

A própria aprovação da Lei nº 8.842, em 04 de janeiro de 1994, a qual define a Política Nacional do Idoso, vem contemplar as demandas crescentes do maior número de idosos e do aumento da longevidade, incentivando as instituições e órgãos públicos a criarem centros de convivência e programas sociais e, mais especificamente, de lazer, de esporte e de atividade física que proporcionem a melhoria da qualidade de vida e a participação na comunidade. Pela fala das responsáveis, podemos dizer que o peso maior na decisão da implantação dos programas estudados foi esse incentivo legal. Soma-se, em alguns casos, o interesse pessoal dos profissionais envolvidos e a demanda dos idosos.

## **TERMOS DE TRATAMENTO E REPRESENTAÇÃO: VELHO, IDOSO, TERCEIRA IDADE E VELHICE**

No contexto dessas novas políticas sociais, avanços conceituais e metodológicos consideráveis favorecem a mudança de compreensão e de explicação da velhice. Assim, são observadas mudanças tanto em relação aos termos<sup>57</sup> de tratamento quanto na imagem das pessoas envelhecidas. Como por exemplo, a substituição da nomenclatura velho que é fortemente associada a desgastado, decadente, fora de circulação, para a noção “idoso”, menos estereotipada e que representa maior respeito. A partir de então, nas palavras de Peixoto (2000, p. 74) “[...] os problemas dos velhos passaram a constituir necessidades dos idosos”. Da mesma forma, a invenção do termo “terceira idade”, classifica uma nova fase da vida que se interpõe entre a idade adulta e a velhice, sendo que quem esta na terceira idade é aquele ativo independente e que tem saúde, em contraposição àqueles que são incapazes de fazerem alguma coisa, dependentes e que não têm saúde<sup>58</sup>.

<sup>56</sup> Para maiores informações sobre este assunto ver Cachioni (2003).

<sup>57</sup> No Brasil as preocupações em relação aos vocábulos, são muito recentes, datam dos anos 60 (Peixoto, 2003).

<sup>58</sup> Segundo Alves Júnior (2004), essa situação remete a uma nova imposição a da atividade, a qual afasta o significado do ser velho.

A Nova visão gratificante da velhice, isto é, ativa, saudável, produtiva, integrada socialmente tem permitido a revisão de crenças e estereótipos negativos tradicionais sobre esta fase da vida<sup>59</sup>. Todavia, tem gerado, sob outro lado, efeitos inesperados, como a dissolução dos problemas da velhice avançada, o que Debert (2002), chama de “reprivatização da velhice”. Desse ponto de vista, problemas comuns como a perda de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais que estigmatizam o velho e que são fundamentais, na nossa sociedade, para que o idoso seja visto como ser autônomo, capaz de um exercício pleno de seus direitos de cidadania, são entendidos como de responsabilidade individual. Culpar os velhos pelo seu estado de saúde, grau de atividade ou de inserção social, tende a ser visto “[...] como um problema de consumidores falhos que não soube se envolver em atividades motivadoras adotando formas de consumo e estilos de vida capazes de retardar o envelhecimento.” (Debert, 2002, p. 55). Alves Júnior (2004), corrobora com estas colocações quando nos diz que o campo das políticas sociais para a velhice, adotou os programas sociais com ofertas de atividades físicas, esportivas e de lazer, como uma importante medida para compensação de gastos públicos, pelo modelo de vida ativa e, nesse sentido, a responsabilidade pelo bom ou mau envelhecimento é repassada a família e ao indivíduo.

Nos programas estudados, as denominações adotadas “amor”, “alegria”, “primavera”, “amizade”, “renascer”, “harmonia”, “terceira idade”, “idoso” nos parece que seguem a necessidade de amenizar as conotações negativas do termo velho e velhice. Entretanto, ao adotar eufemismos, super valorização, estereótipos positivos e termos errôneos, os programas podem denotar preconceitos, que acabam se manifestando na elaboração dos objetivos, na escolha dos conteúdos e atividades e nos meios de desenvolvê-los (Marques Filho, 1998).

A fim de evitar generalizações, eufemismos em relação à velhice, é fundamental considerá-la a partir das singularidades de seu curso de vida – seja tanto biológicas como socioculturais. Em outras palavras, mostrar que a velhice é uma realidade muito mais heterogênea<sup>60</sup> do que se supunha, na qual as necessidades evolutivas dos idosos demandam um foco não apenas sobre o declínio e mudança, como também sobre a manutenção do controle de sua vida.

## OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

Percebemos no que concerne aos objetivos principais dos programas incluídos no estudo, que acompanham as orientações da literatura atual (Okuma, 1998; Cachioni, 2003; Alves Jr. 2004). Eles visam oportunizar novas experiências

<sup>59</sup> Debert (2002, pág. 54), considera que a representação negativa da velhice carrega um lado positivo, o de legitimar “... um conjunto de direitos sociais que levaram, por exemplo, à universalização da aposentadoria”.

<sup>60</sup> A compreensão da velhice como uma realidade heterogênea, pressupõe que as experiências de envelhecimento e da velhice variam de acordo com a cultura, o período histórico, estilos de vida, gênero, profissão, classes sociais, raça e etnia, dentre tantos outros marcadores.

e melhorar a qualidade de vida e a saúde dos idosos. Segundo Néri e Cachioni (1999), o sucesso dos programas educacionais junto aos mais velhos deve estar vinculado a uma tentativa de desenvolver novos papéis para o idoso, de forma com que este possa preservar sua dignidade e seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos seus direitos de cidadania. Os programas devem também promover participação do idoso em atividades sociais, propiciando-lhe melhor qualidade de vida, além de auto-realização sob o ângulo psicológico e espiritual. Vejamos a seguir alguns objetivos relatados pelas responsáveis dos programas pesquisados

“Evitar o isolamento social e melhorar qualidade de vida”  
(PAPI).

“Fortalecimento de práticas associativas e promocionais visando à melhoria da qualidade de vida” (Grupo de Idosos do Boqueirão).

“Desenvolver atividades sócio-educativas, recreativas, lazer, terapêuticas e esportivas, com o intuito de promover humana e socialmente o idoso dando-lhe condição para o exercício pleno de cidadania, favorecendo assim, o convívio familiar e social”. (Centro de Convivência Drº Ulisses Guimarães).

“Promover atividades que permitam a integração e socialização dos idosos” (Programa da Terceira Idade).

Nos projetos “Caminhada e Saúde” do Centro de Convivência Drº Ulisses Guimarães e “Academia para Terceira Idade”, específicos da área da Educação Física, Esporte e Lazer, notamos a grande ênfase dos objetivos fundamentados na perspectiva biomédica. Esta perspectiva, também conhecida como higiênica ou biologizante, caracteriza as primeiras orientações sobre as atividades físicas para idosos. Baseia-se nos conhecimentos das ciências biomédicas, com ênfase nos aspectos biológicos funcionais. A prescrição da exercitação física considera o corpo objeto para o desenvolvimento, principalmente, das capacidades físicas, com objetivos voltados a prevenção e aquisição de saúde, sendo entendida em contraposição a doença. (Marques Filho, 1998). Retiramos os exemplos:

“Melhorar em nossos idosos a circulação sanguínea e a atividade do coração, diminuindo o risco de problemas cardíacos.” (Caminhada e saúde)

“Manter a saúde dos idosos”. (ATI).

Nestes casos particulares, percebemos uma tendência em conceber a saúde como um investimento individual com objetivos meramente biológicos, no qual a prática de atividade física possibilita benefícios que não ultrapassam uma visão de saúde que se restringe à prevenção e reabilitação de doenças físicas. Olhando a partir de um diferente viés, acreditamos que os programas de atividade física devem envolver objetivos que vão além dos aspectos biológicos. Eles devem também voltar-se para a satisfação dos indivíduos, para a sua convivência e suporte social,

para o descobrimento de coisas novas e interessantes, tudo isto somado à interações com um ambiente acolhedor e conhecimento de uma situação. Desta forma, a atividade física pode se repercutir sobre o bem estar geral e sobre o desempenho motor, funcional e orgânico dos sujeitos, o que pode favorecer também a sua autonomia corporal, psicológica e social (Okuma, 1998).

Os objetivos refletem as visões do processo de envelhecimento e da velhice, de saúde e de doença, de atividade e de sociedade que se quer efetivar. Isso significa que a sistematização de objetivos bem definidos fundamenta e auxilia na determinação dos encaminhamentos metodológicos capazes de nortear de forma mais apropriada toda a intervenção técnica.

## **FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADES OFERECIDAS PELOS PROGRAMAS**

As cidades estudadas organizam seus programas a partir de um centro de referência e grupos de convivência. As atividades acontecem por meio de cursos pequenos, atividades físicas regulares, reuniões de grupo, atividades socioculturais e de lazer, assistência médica e psicológica. Nos locais de referência são onde ocorre uma maior variação das atividades e de horários. Em Maringá, talvez pelo fato de partirmos somente da Proposta da Secretaria de Esporte e Lazer, as ações estão centralizadas nas Academias para Terceira Idade - "ATI's".

Em Piraquara, os cursos e as atividades desenvolvidas no PIPA são os seguintes: artesanato, fisioterapia preventiva, atendimento na enfermagem, reuniões sociais, terapia corporal e relaxamento, terapia ocupacional, dança sênior, curso de italiano, jogos de mesa, bingo, comemorações de aniversário e passeios.

Em Araucária, no Centro de Convivência Dr. Ulisses Guimarães, são proporcionadas atividades socioculturais e de lazer como baile, coral, bocha, jogos intelectuais, passeios, gincanas, artesanato e palestra sobre saúde e uma gama de atividades físicas e esportivas que se desdobram em alongamento, ginástica, caminhada, treinos esportivos (voleibol e basquetebol), dança sênior e folclórica. Na proposta deste programa, um dado que chamou nossa atenção é a grande oferta de horários de atividades físicas, principalmente da ginástica e do treinamento de voleibol e basquetebol feminino e masculino. As responsáveis relatam a importância que estas atividades assumem tanto para a adesão como para a permanência dos idosos no programa. Para o Grupo de Idosos do Boqueirão, as atividades são: dinâmica de grupo com objetivo de troca de vivências e reflexões sobre temas voltados a terceira idade, estimulação da memória e criatividade, jogos (dominó e bingo), palestra e passeios mensais. No Grupo Renascer Terceira Idade as atividades se reduzem a: alongamento, ginástica, gincana e palestras mensais.

No município de Londrina, o fato que nos chamou atenção foi que as turmas de atividades referentes à educação física, como ginástica, alongamento, esportes adaptados e recreação, são divididas de acordo com a capacidade física.

Assim o aluno interage com pessoas que possuem capacidade física parecida. Essa avaliação é subjetiva e feita pelas professoras responsáveis. Além das atividades físicas descritas o projeto oferece: dança, coral, artesanato, feiras para geração de renda, bailes e comemorações em forma de festas temáticas como o carnaval.

Na cidade de Maringá existe uma proposta diferenciada, que são as Academia da Terceira Idade - "ATI's" - essas academias foram implantadas ao lado dos postos de saúde nos principais bairros da cidade, a idéia é manter o idoso ativo e diminuir o atendimento nos postos, conforme percebemos na fala do entrevistado "o nosso slogan já diz tudo: quem vai para ATI não vai para UTI". Nessa fala, a perspectiva biomédica, na qual a atividade física favorece a conservação da saúde em contraposição a doença esta bastante presente.

As academias ficam ao ar livre, ou seja, sem nenhuma proteção física, todos que desejarem tem o acesso, a qualquer hora. A presença de profissionais acontece em dois horários das 6h30min às 8:00 horas e das 17h30min às 19:00horas. Isto nos faz refletir se os objetivos podem realmente ser alcançados em uma atividade sem o acompanhamento de uma profissional capacitado.

Em Foz do Iguaçu, Centro de Apoio a Pessoa Idosa, ocorrem atividades como tardes de lazer (palestras e bailes), ginástica, dança, coral, passeios, aulas de informática, serviço de enfermagem, assistência psicológica e social. Nos bairros as atividades não têm dias fixos, seguindo um calendário semanal.

Em Cascavel, na proposta da Secretaria de Esporte e Lazer, as atividades seguem um calendário semanal e os interessados devem se matricular nas que desejam participar, sendo elas: musculação, hidroginástica, natação e ginástica comunitária (aeróbica e localizada). Além destas atividades no Centro esportivo Ciro Neto, ocorrem ações em 30 bairros, nos salões das comunidades, nesses locais as atividades consistem basicamente em ginástica aeróbica e localizada. A Secretaria da Ação Social desenvolve o "Programa da Terceira Idade", em grupos de convivência que possuem as seguintes atividades: artesanato, atividade física, ginástica laboral, musculação, recreação, dança folclórica, dança de salão, teatro, ioga e assistência social, psicológica e de enfermagem.

Salientamos que as atividades físicas e a procura do bem-estar geral são apontadas por alguns (mas) responsáveis como determinantes da participação no programa. Fenalti e Schwartz (2003), ao estudarem um programa de Universidade Aberta para Terceira Idade, também fazem essa análise e reforçam que as mudanças sugeridas pelos idosos para melhorar o programa referem-se à ampliação da oferta de atividades físicas, entre elas a natação, hidroginástica, dança e formação de equipes esportivas. As autoras acreditam que a motivação dos idosos em participar da prática de atividades físicas represente a manifestação simbólica da possibilidade de vencer obstáculos impostos pelo envelhecimento, através das experiências vividas no corpo.

## PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DOS PROGRAMAS

Percebemos que os programas pesquisados seguem as diretrizes propostas pelas Leis voltadas para o idoso, como a Política Nacional do Idoso, e mais recentemente, o Estatuto do Idoso. Porém, a maioria deles não possui uma proposta teórica e metodológica fundamentada cientificamente<sup>61</sup>. Parece-nos que este fato tem um peso menor que outros aspectos como ampliação do grupo de idosos atendidos, diversificação e maior número de atividades ofertadas. No entanto, nas breves falas dos coordenadores, foi comum a afirmação que os trabalhos estão pautados em temas dominantes na área como viver com qualidade, melhorar a saúde, situar e incluir o idoso no contexto social, trazer o bem estar, sair da ociosidade e proporcionar autonomia.

Especificamente em relação aos procedimentos metodológicos, alguns relatos expõem a preocupação das coordenadoras/professoras<sup>62</sup> com a participação de todos os integrantes nas atividades propostas, sendo assim evidenciado o princípio da inclusão<sup>63</sup>. Outros relatos de grupo de coordenadores (as) expõem como eixos da atuação metodológica: o caráter recreativo, a troca intragerações (dinâmica de grupo, brincadeiras e textos), a relação de igualdade e o respeito entre todos. Ainda, em Foz do Iguaçu as coordenadoras acrescentam a paciência e o carinho no trato com os idosos. Especificamente no Projeto Harmonia da cidade de Londrina surge um princípio bastante referenciado como suporte para a intervenção que é a autonomia, nas palavras da própria responsável “mostrar que eles são capazes”. Na cidade de Cascavel, segundo a coordenadora, as ações metodológicas estão fundamentadas no Código de Ética da Ação Social, a partir de aspectos como emancipação e inserção social.

No que concerne à proposta de avaliação, os (as) coordenadores (as) dos programas de Piraquara e Araucária declaram que não existe uma avaliação sistematizada. Normalmente, as conversas e as falas espontâneas é que servem de avaliação, tanto em relação aos idosos como junto aos profissionais envolvidos. Caso semelhante ocorre em Maringá, onde o coordenador reforça “o público reclama diariamente, é essa a nossa avaliação”. Em Londrina a avaliação também é subjetiva, no entanto, é feita pelas coordenadoras/professoras (res) com o objetivo de classificar os indivíduos, ao final de cada mês, segundo a capacidade física, para assim, formar grupos para a prática de atividades físicas de acordo com capacidades físicas semelhantes. Mais especificamente em Foz do Iguaçu, a avaliação ocorre toda primeira segunda do mês quando são realizadas reuniões

<sup>61</sup> Essa questão é reforçada pelo fato de que a maioria dos profissionais não era especialista na área do envelhecimento e da velhice.

<sup>62</sup> Deve-se ressaltar a dupla função de muitas coordenadoras, ou seja, a de atuar em sua área de formação e no papel de responsável pelo programa.

<sup>63</sup> Como exemplo, citamos a coordenadora do PIPA que relata que a metodológica do trabalho é baseado na inclusão.

com os coordenadores de cada bairro. Esses coordenadores são idosos participantes dos grupos e eleitos pelos demais integrantes dos grupos de idosos. A fala de uma coordenadora explicita melhor esta questão: “desta forma o idoso aprende a buscar mais os seus direitos”. Em Cascavel, no programa vinculado à área da Ação Social, a avaliação é anual com os idosos trazendo propostas e respondendo a um questionário. No programa da Secretaria de Esporte e Lazer, as avaliações são subjetivas feitas pelos professores responsáveis por cada atividade.

É interessante registrar que apesar de não existir na maioria das cidades estudadas uma sistematização dos trabalhos, percebeu-se pelas falas, que existe a preocupação de muitos (as) coordenadores (as) de que o trabalho esteja adequado às capacidades e necessidades do grupo com o qual trabalham. Estes (as) demonstraram interesse em fazer um bom trabalho que tenha relevância para o grupo de idosos.

A própria literatura corrente reforça que os aspectos pedagógicos para o ensino das atividades físicas, esportivas e de lazer para idosos são recentes e refletem a emergência da área do envelhecimento e da velhice. Cachioni (2003) demonstra a inexistência de uma pedagogia específica para esse segmento da população e a dificuldades de lidar com as diferenças entre eles. Segundo Alves Júnior (2004), há necessidade de se discutir sistematicamente os fundamentos e as práticas apropriadas para os idosos, pois os praticantes podem ser submetidos a atividades que não condizem com suas expectativas, necessidades e problemas, devendo destacar-se do modelo de escolarização dos conteúdos, ao não infantilizar as atividades.

Urge a necessidade de conscientização e de união de esforços de pessoas leigas, dos políticos, dos familiares, de todos os especialistas que trabalham com os idosos para mudar o olhar sobre ele. Um olhar de crenças nas possibilidades de inserção social, profissional, de ser útil e não de compaixão e rejeição por não acreditar que o idoso possa ter uma velhice participativa, atuante e feliz.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo levantamos as características de oito (8) programas para idosos vinculados às prefeituras dos municípios de Piraquara, Araucária, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel. Os resultados nos indicam que os objetivos dos programas são comuns e de ordem múltipla, como melhorar a qualidade de vida, proporcionar a integração social e conservar ou recuperar a saúde, porém com denominações, formas de organização e atividades diversas. A organização das atividades demonstra que há um leque de opção de caráter de assistência psicológica e médica, atividades físicas, esportivas e sócio-educativas. Especificamente, no que remete a educação física ocorre uma variação de propósitos que se justificam pelos aspectos biomédicos, técnicos e sociais. As atividades físicas, esportivas e de lazer, em virtude de suas diferentes características, são consideradas de fundamental importância no desenvolvimento e manutenção dos programas.

Nas questões que levantamos sobre os programas das cidades que envolvem este estudo, o aspecto que nos preocupou refere-se à necessidade de maior fundamentação teórica e metodológica na área do envelhecimento e da velhice. Esse é um desafio, no entanto, que se aplica às mais diferentes instituições que atuam com idoso. Queremos dizer com isso que se as propostas assumem um caráter sócio-educativo, precisam ser sistematizadas com consistência teórica e metodológica para alcançar tal finalidade. Nesse sentido, reforçamos a importância dos profissionais envolvidos terem um conhecimento não somente sobre o envelhecimento, a velhice, as atividades socioculturais, físicas, esportivas e de lazer, mas também sobre os aspectos pedagógicos para o trabalho com os idosos. Cabe ao profissional de educação física possibilitar o acesso a uma educação permanente, que contribua para a atualização e inserção social do idoso, para que este tenha as condições necessárias para que acompanhe as transformações da sociedade e adapte-se a elas, de modo a conviver bem com o próprio envelhecimento. (OKUMA, 2002).

Outra consideração que fazemos, refere-se à importância da unidade entre as Secretarias de Esporte e Lazer, de Assistência social e de Saúde na construção e execução das propostas de trabalho. Por exemplo, a Secretaria de Esporte e Lazer oferta um ampla gama de atividade física, mas não tem um acompanhamento psicológico e social do indivíduo idoso. O mesmo ocorre em alguns programas das Secretarias de Assistência Social, que desenvolve uma diversidade de atividades como: música, reuniões de grupos, artesanato, serviços de enfermagem entre outras, mas a atividade física, amplamente difundida pelos benefícios que proporciona ao idoso, fica para um segundo plano. A integração das secretarias, com a criação de uma proposta pedagógica clara, poderá possibilitar ações mais concretas no sentido de envolver o indivíduo em todos os aspectos e conforme as suas demandas, facilitando o desenvolvimento de sua autonomia física, psicológica e social.

## REFERÊNCIAS

- ALVES JUNIOR, E. A. *A pastoral do envelhecimento ativo*. (tese de Doutorado). Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2004.
- ANDREOTTI, M. C. e OKUMA, S.S. Perfil sócio-demográfico e de adesão inicial de idosos ingressantes em um programa de educação física. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, v. 17, n. 2, jul./dez., 2003.
- BARBOSA, R. M. dos S. P. (Org.) *Educação física gerontologica: construção sistematicamente vivenciada e desenvolvida*. Manaus: EDUA, 2003.
- BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: Simson, O. R. de M. V., Néri, A L. e Cachioni, M. (Orgs.). *As múltiplas fases da velhice no Brasil*. Campinas, Alínea, 2003.

BRASIL. Lei n. 8.842 de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e da outras providências. Secretaria Nacional dos direitos Humanos, Brasília, *Programa Nacional dos Direitos Humanos*, p. 9-27.

CACHIONI, M. Universidade da terceira idade: das origens a experiência brasileira. In: Néri, A. L. e Debert, G. G. (Orgs). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_. *Quem educa os idosos?: Um estudo sobre professores de Universidades da terceira Idade*. Campinas: Alinea, 2003.

COSTA, M. M. da. Significado e importância de um guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira. In: Nunes, C. *Gruía preliminar de fontes para a história da educação brasileira*. Brasília, INEP, 1992.

DEBERT, G. G. Políticas públicas e a constituição do idoso como ator político. In.: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE, 5., 2002. *Anais...* São Paulo Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esportes, 2002.

FARIA JÚNIOR, A. Disseminação do conhecimento sobre atividade física e envelhecimento no Braswíl: origem e desenvolvimento. In. Safons, M. P e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004

FENALTI, R. de C. de S. e SCHWARTZ, G. M. Universidade Aberta à Terceira Idade e a Perspectiva de Ressignificação do Lazer. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, v. 17, n. 2, jul./dez., 2003.

GIL, A C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 2001.

KÜNZEL, P. Curitiba é campeão na expectativa de vida. *Jornal Gazeta do Povo*. Curitiba, 26 de outubro de 2003, p.7.

LOVISOLO, H. R. *Educação física. A arte da mediação*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

\_\_\_\_\_. Problematizando a questão da terceira idade no contexto atual da sociedade. *Motus Corporis: Revista de Divulgação Científica do Mestrado e Doutorado em Educação Física*. v.4, n.2, Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1997.

\_\_\_\_\_. *Atividade física, educação e saúde*. Rio de Janeiro, Sprint, 2000.

MARQUES FILHO, E. *Atividade física no processo de envelhecimento*. Campinas, SESC, 1998.

MAZO, G. Z. et al. *Atividade física e o idoso: concepção Gerontológica*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MIRANDA, M. L. DE J., GEREZ, A. G. e VELARDI, M. A prática pedagógica em educação física para idosos no projeto sênior para a vida ativa da USJT: uma experiência rumo à autonomia. In. Safons, M. P e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004.

NÉRI, A L. e CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In. Néri, A L e Debert, G. G. (Orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papyrus, 1999.

OKUMA, S. S. *O idoso e a atividade física*. Campinas: Papyrus, 1998.

\_\_\_\_\_. Um modelo pedagógico de ensino da educação física para pessoas com mais de 60 anos. In.: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE, 5., 2002. *Anais...* São Paulo Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esportes, 2002.

\_\_\_\_\_. Um modelo pedagógico de educação física para idosos. In. Safons, M. P e Pereira, M. de M. (Orgs.). *Educação física para idosos: por uma prática fundamentada*. Brasília, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2004.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...In. Barros, M. L. de (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. C. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

## **JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Fernando Renato Cavichioli<sup>64</sup>**

**Elizabeth Ferreira de Souza<sup>65</sup>**

**Vitor do Nascimento Augusto<sup>66</sup>**

**Aline Barato Cheluchinhak<sup>67</sup>**

Nos últimos anos nossos estudos estiveram voltados à análise da produção do conhecimento do lazer por meio de autores que têm proximidade com a Educação Física, área na qual tramitamos profissionalmente.<sup>68</sup> Todavia, o que tem nos instigado no atual momento é a investigação sobre a dinâmica da ocupação do tempo livre dos brasileiros. Neste texto, mais especificamente, gostaríamos de apresentar alguns resultados sobre a juventude. Dessa forma, o primeiro passo foi compreender os diferentes olhares sobre o que vem a ser juventude.

Posteriormente, buscamos leituras efetuadas anteriormente sobre o tema esporte e lazer, no intuito de instigar o leitor a conjecturar sobre a utilização de determinadas atitudes que os jovens executam durante o seu tempo livre. Na seqüência nos deparamos com uma dúvida: poderíamos partir para a investigação qualitativa, observando os processos na aquisição de determinados hábitos, ou, por meio da investigação quantitativa (para a qual não fomos treinados). A decisão foi pela pesquisa quantitativa, isto é, nos colocamos numa posição de querer apreender os procedimentos e inevitavelmente correr os riscos inerentes a essa nova tarefa.

O intuito é de fornecer dados aos gestores públicos sobre os principais hábitos de esporte e lazer dos jovens paranaenses. Consideramos um erro

---

<sup>64</sup> Doutor em Educação, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/CEPELS e pesquisador da Rede CEDES.

<sup>65</sup> Mestranda em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/CEPELS, e bolsista da CAPES.

<sup>66</sup> Graduando em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/CEPELS, e bolsista do PIBIC/CNPq.

<sup>67</sup> Graduanda em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/CEPELS, e bolsista da Rede CEDES.

<sup>68</sup> Cf. CAVICHIOLLI, Fernando Renato. *Abordagens do lazer no Brasil: um olhar processual*. Piracicaba, UNIMEP, 2004 (Tese de Doutorado). Diferentes abordagens do lazer concorrem entre si, rivalizando e disputando o espaço de construção do conhecimento. O objetivo da tese foi evidenciar o conhecimento produzido por algumas das abordagens nessa área. Dessa forma, o trabalho de doutorado versa sobre as abordagens do lazer e detectou algumas das idéias à luz das quais e sob cuja inspiração se desenvolveram os diferentes posicionamentos teóricos. Autores considerados clássicos nas ciências sociais, como Marx, Dumazedier, Parker, Foucault, autores da escola de Frankfurt, entre outros, são investigados a partir da leitura configuracionista.

compreender que as propostas de ações políticas nesta área possam ocorrer a partir do entendimento que as realidades são homogêneas com relação ao tempo livre e ao lazer.

Dessa forma, iniciamos a coleta de dados por meio de duas cidades que empiricamente apresentam realidades bem distintas. Procuramos expressar algumas diferenças por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Durante a coleta de dados, “as pequenas diferenças” apresentadas na comparação dos índices se tornam muito visíveis e o abismo que separa as duas cidades ficaram bem explícitas para os pesquisadores.

Essas variáveis acabam estimulando este grupo de pesquisadores no sentido de como se processa a aquisição de hábitos de esporte e lazer: será que a cidade que apresenta maior quantidade de equipamentos, apresenta maior quantidade de jovens praticando esporte e lazer? A cidade que apresenta maior investimento na população, apresenta também um índice maior de jovens envolvidos com atividades lúdico-esportivas? Quais são as atividades e locais mais citados para a prática das atividades? Quais são os desejos de atividades no tempo livre? Estas e outras questões compõem algumas das dúvidas que acreditamos não ser exclusivamente nossas, mas também de muitos gestores públicos.

## JUVENTUDE

No presente estudo, apresentaremos algumas características desta fase da vida evidenciadas pela literatura e por pesquisas nela focadas. É importante conhecer algumas nuances da população que compõe nosso estudo, a fim de realizar uma análise mais embasada dos dados obtidos através da aplicação dos questionários.

Mas, afinal, o que é a juventude?

Existem posicionamentos diversos em relação à faixa etária que corresponderia à juventude, embora haja concordância em vários pontos, como veremos a seguir.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a juventude corresponde a um processo essencialmente biológico de transformações e vivências orgânicas, durante o qual o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade também progredem de maneira mais rápida. Abrange o período da pré-adolescência – que corresponde à faixa etária de 10 a 14 anos – e a adolescência propriamente dita – dos 15 aos 19 anos. Mas cabe aqui uma diferenciação entre puberdade e adolescência: a primeira se refere às modificações biológicas, enquanto a segunda se refere às transformações biopsicossociais.<sup>69</sup>

<sup>69</sup> Cf. HEIDEMANN, Miriam. *Adolescência e saúde: uma visão preventiva para profissionais de saúde e educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Tanto o desenvolvimento físico quanto os desenvolvimentos cerebrais, endócrinos, emocionais, sociais e sexuais ocorrem de maneira conjugada, modificando as estruturas físicas, mentais, emocionais, e dando origem a comportamentos e emoções não experimentados anteriormente pelo adolescente ou pelas pessoas que convivem com ele.

Esse período de transformações costuma variar muito de um adolescente para outro, de cultura para cultura e do contexto histórico analisado, sendo praticamente impossível determinar com exatidão quando começa e quando termina a juventude. Há algumas décadas, os especialistas consideravam que a juventude tinha início aos 13 anos e terminava aos 19 anos. Inclusive, foi com base nesse posicionamento que durante muito tempo convencionou-se adotar o termo *teenager* para se referir aos jovens, numa alusão aos numerais cardinais em inglês correspondentes aos anos compreendidos nesta faixa etária. Atualmente, alguns autores consideram como mais próximo da realidade o período de 11 aos 20 anos – considerando que a juventude começa com a puberdade, com as primeiras alterações corporais e comportamentais, e só finaliza quando o indivíduo assume sua identidade pessoal e profissional. Portanto, no atual momento histórico, poderíamos dizer que aos 11 anos aconteceria o início da juventude, e por volta dos 20 ou 22 anos, quando usualmente terminam as etapas iniciais da formação profissional, como um efetivo ingresso no mercado de trabalho, que propicia a independência econômica dos pais, seria o final dela.<sup>70</sup>

Abordagens consideradas mais desenvolvimentistas costumam analisar a juventude como um longo período de transição entre a infância e a idade adulta, que envolve grandes e interligadas mudanças físicas, cognitivas e psicossociais. Esse período duraria aproximadamente dos 12 ou 13 anos até o início dos 20. Estas abordagens, no entanto, reconhecem a dificuldade de estabelecer uma definição clara tanto para o início como para o fim desta fase. Esta dificuldade mostra-se cada vez mais presente, uma vez que atualmente o ingresso na idade adulta leva mais tempo e não está tão definido. A puberdade tem ocorrido antes do que costumava ocorrer, e o ingresso numa profissão tende a ocorrer mais tardiamente.

Todas as mudanças relacionadas a esse período costumam gerar ansiedades nos adolescentes que parecem adotar como um de seus mecanismos de defesa a escolha de “modelos”, de “ídolos” – que normalmente são pessoas com mais idade, e que representariam a estabilidade e o equilíbrio que o adolescente procura: um ídolo da televisão, ou um professor, alguém que desperte sua admiração e respeito. Mais tarde, à medida em que amadurece, a figura do modelo vai perdendo força e o adolescente encontra sua própria forma de ajustamento.

No trabalho desenvolvido por Heidemann, a família aparece como um modelo a ser imitado de forma consciente ou inconsciente. Esta responsabilidade

---

<sup>70</sup> Id., *ibid.*, p.17

deveria ser assumida com afinco, pois mesmo vivendo num mundo globalizado, sendo que cada dia mais a televisão tem o poder de “divulgar modelos, normas e padrões de comportamento que podem influenciar profundamente a criança e/ou o adolescente, criando hábitos, atitudes e pensamentos que poderão guiar sua vida adulta”. A família é a maior responsável pelo posicionamento e visão de mundo do adolescente.<sup>71</sup>

Heidemann acredita que existe um grupo de adolescentes que não apresenta nenhuma tendência em descobrir, questionar ou buscar sua existência. São aqueles que, segundo a autora, se acomodam no modelo capitalista da *geração ter*, que preconiza o *aparentar* e o *ter* como superiores ao *ser*. Esses adolescentes são mais nítidos em classes economicamente mais favorecidas, nas quais o poder de compra supre as necessidades do *ter*. O *ter* minimiza o *ser*, encobre o *ser* e o equilíbrio só é atingido à medida que o *ter* é saciado. Mas a autora ressalta que em classes economicamente menos favorecidas também é possível encontrar representantes da *geração ter*. A necessidade do *ter* procura se saciar dentro das condições econômicas reais, através de extravagâncias e endividamentos, ou através da fantasia e da imaginação e, quando não possível, provoca nos adolescentes alterações de comportamento como o fatalismo, o conformismo e a não expectativa de futuro, por não haver possibilidade de sustentar as necessidades do *ter*.<sup>72</sup>

Esses jovens da *geração ter* são os alvos preferidos das estratégias de mídia e seus objetivos de vendas de produtos. A maior parte costuma trocar de celular todo ano, têm computadores sempre atualizados, estão sempre à frente das novas tecnologias que serão lançadas no mercado e aí por diante. Parecem não ter tempo para crises existenciais, afinal, o tempo deles parece curto para tantas coisas a fazer.<sup>73</sup>

Tais valores socioculturais observáveis na sociedade moderna tiveram seu início a partir do processo de industrialização dos anos 50-60, que ocasionou mudanças profundas no modo de vida das pessoas. Preocupações com a estética e a auto-imagem passaram a movimentar as academias de ginástica e os suplementos alimentares. De acordo com a autora, todo esse “culto ao corpo” pode melhorar a saúde do adolescente, por um lado, ao motivá-lo para a prática de exercícios, ou criar sérios problemas de saúde com a utilização de dietas específicas inadequadas ou ainda o uso de drogas como anabolizantes, por exemplo.<sup>74</sup>

Papalia e Olds relatam os variados indicadores considerados pela sociedade americana contemporânea como efetivação do ingresso na idade adulta. Segundo elas, existem as definições legais tal como a maioridade penal; as definições sociológicas que considera o fato de se tornar auto-suficientes, ter uma carreira ou

---

<sup>71</sup> Id., *ibid.*, p.23

<sup>72</sup> Id., *ibid.*, p.28.

<sup>73</sup> Id., *ibid.*, p.29

<sup>74</sup> Id., *ibid.*, p.93

se casar; definições psicológicas relacionadas à maturidade emocional, que dependem de independência dos pais, desenvolvimento de um sistema de valores e de identidade, e capacidade de formação de relacionamentos.<sup>75</sup> A questão central da juventude parece ser a busca de identidade, que vai estabelecer as bases necessárias para enfrentar as crises da vida adulta. A identidade é formada à medida que os indivíduos conseguem resolver três questões importantes: “a escolha da ocupação, a adoção de valores nos quais acreditar e segundo os quais viver, e o desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória”.<sup>76</sup>

Durante a adolescência, a idade realmente tem se mostrado um poderoso “agente de vinculação”, mais poderoso do que a raça, a religião, a comunidade ou o gênero. Isso talvez explique o fato de que os adolescentes acabam passando a maior parte de seu tempo livre com os amigos, com os quais se identificam e se sentem à vontade. Papalia e Olds tiveram a oportunidade de observar que os valores fundamentais da maioria dos adolescentes permanecem mais próximos dos valores de seus pais do que geralmente se supõe. Suas impressões se juntam às pesquisas mais recentes, que constataram que a maioria dos jovens se sente próxima de seus pais e tem uma imagem positiva deles, além de mostrarem opiniões semelhantes em questões importantes e valorizarem sua aprovação.<sup>77</sup>

Os adolescentes tendem a escolher amigos que sejam como eles, que tenham os mesmos valores, as mesmas crenças, e os amigos costumam influenciar uns aos outros para se tornarem ainda mais parecidos. Durante a adolescência, fazer parte de um grupo é fundamental, pois é o grupo de amigos que representará uma importante fonte de apoio emocional, de afeto, solidariedade e compreensão. Além disso, é um lugar de experimentação em variados aspectos, um ambiente que propicia a conquista de autonomia e independência emocional dos pais, e os relacionamentos íntimos que nele possam surgir também servem como “ensaio” para os relacionamentos íntimos na idade adulta.

De acordo com as autoras, novas pesquisas realizadas em diferentes regiões do mundo captaram a existência de diferenças culturais no papel desempenhado pelo grupo de amigos: adolescentes afro-americanos mantêm relacionamentos familiares mais íntimos e relações com amigos menos intensas do que os adolescentes brancos. Os estudantes americanos eram mais inclinados a ir a festas, sair para dançar, ir ao cinema, freqüentar concertos ou eventos esportivos, participar de atletismo ou assistir televisão juntos; já os chineses e japoneses passavam mais tempo estudando com os amigos ou simplesmente não fazendo nada.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally W. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre; Artmed, 8ª ed., 2006.

<sup>76</sup> Id., *ibid.*, p. 343.

<sup>77</sup> Id., *ibid.*, p. 356.

<sup>78</sup> Id., *ibid.*, p. 361.

Em pesquisas realizadas pela UNESCO foi adotado o termo *juventude* em lugar de *adolescência* para se referir ao período de transição e passagem da infância à condição de adultos. Apesar dos diferentes termos, também o descreveram como período de importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, sendo que tais mudanças podem variar de acordo com as diferentes sociedades, culturas, etnias, classes sociais e gênero. Esclarecem que no caso de pesquisas científicas, que tenham por objetivo comparar a situação dos jovens em diferentes contextos, convencionou-se estabelecer “*ciclos de idade*”. Do ponto de vista demográfico, os jovens corresponderiam a “uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos”. Essa faixa etária adotada em estudos realizados pela UNESCO em todo o mundo foi definida em 1985, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, no Ano Internacional da Juventude.<sup>79</sup>

Também fazem questão de ressaltar que, apesar da diversidade de abordagens, o debate não é muito intenso em relação ao limite de idade inferior do período de juventude ou adolescência – pois há consenso sobre considerar como início o surgimento de caracteres sexuais secundários na puberdade. Mas, no estabelecimento do limite superior de idade, surgem dúvidas, pois as fronteiras da juventude em relação à fase adulta “são de fato difusas”.<sup>80</sup>

Os pesquisadores envolvidos na pesquisa da UNESCO concordam que, a partir dos enfoques biológico e psicológico, a juventude estaria simplificada definida como o período que comporta desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social. Mas, uma vez que nem todos os indivíduos de uma mesma idade passam por esse período agindo e reagindo da mesma maneira, surge a necessidade de adotar outras dimensões de análise, a partir da sociologia e da ciência política: “juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias”.<sup>81</sup> Este seria um dos motivos para a utilização do termo “juventudes” no plural, tendência observada em outros trabalhos realizados por institutos de pesquisa do Brasil e que focam o tema.<sup>82</sup> Numa perspectiva de psicologia social, a adolescência costuma ser entendida como um estágio intermediário entre a infância e a idade adulta – uma espécie de “fase de preparação” para ser adulto – e como período transitório durante o qual as responsabilidades são menores.

<sup>79</sup> Cf. Políticas Públicas de/ para/ com Juventudes. Brasília: UNESCO, 2004. p. 25.

<sup>80</sup> Id., *ibid.*, p.23

<sup>81</sup> Id., *ibid.*, p.25

<sup>82</sup> Cf. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2004, e ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2005.

O jovem se caracteriza por uma indefinição de seu papel social, que lhe confere um “*status* intermediário e provisório”, e que tem como consequência uma forma ambivalente de tratamento: hora encarado como criança, hora como adulto. Segundo Ferreira Salles, o conceito de adolescência e adolescente “é invenção própria da sociedade industrial, considerando-se que não é um conceito universal, mas ligado à sociedade industrial, às leis trabalhistas e ao sistema educacional, que torna o jovem dependente dos pais”.<sup>83</sup> A autora reforça o fato de que o período da adolescência tende a se prolongar, principalmente na chamada “classe média”, devido à progressiva extensão da atividade acadêmica e conseqüente adiamento da independência econômica dos filhos em relação aos pais.

Considera que o desenvolvimento satisfatório do adolescente depende de diversos fatores, tanto de ordem individual, como histórica e social, que são específicos da cultura na qual o adolescente está inserido, e que determinam suas diferentes formas de ser. Consideramos a forma como o esporte e o lazer se manifesta culturalmente, como fator importante para compreender os sentidos próprios da juventude. Antes de analisarmos os questionários, instrumento utilizado para a coleta de dados, vamos abordar algumas correntes teóricas relevantes para o esporte e o lazer, que possam nos auxiliar na compreensão das diferentes formas de ser na juventude.

## **O LAZER E O ESPORTE COMO DISTINÇÃO SOCIAL**

Com o livro intitulado “A teoria da classe ociosa”,<sup>84</sup> Veblen tornou-se um clássico na literatura das Ciências Sociais. Nesta obra, o interesse central concentra-se nos temas ligados à estratificação e mobilidade sociais e ao surgimento da classe ociosa. A classe ociosa surgiu no interior das classes altas, marcadamente por pessoas que não exerciam as atividades industriais. O que nos interessa aqui em primeiro lugar, é a discriminação de ocupações, traço marcante para o surgimento da classe ociosa. A ocupação dessa classe apóia-se em quatro elementos: atividades governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas. Em segundo, o que nos interessa é que a acumulação de riqueza e propriedades é um fator importante de diferenciação social, todavia ela não é suficiente para alcançar prestígio.

Os componentes da classe superior têm que patentear, aos olhos da sociedade, seu distanciamento com relação às atividades produtivas. Esta manobra ocorre justamente nas atividades consideradas lazer: ocupações não-industriais (ligadas a proeza), a política, o espetáculo, a guerra, o domínio das boas maneiras, o domínio de línguas, e outros hábitos que possam atestar que o indivíduo dispensa

<sup>83</sup> FERREIRA SALLES, Leila Maria. *Adolescência, escola e cotidiano*: contradições entre o genérico e o particular. Piracicaba, São Paulo: Editora Unimep, 1998. p.46

<sup>84</sup> VEBLEN, Thorstein B. *A teoria da classe ociosa*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

tempo e dinheiro, aprimorando suas habilidades em ocupações que são consideradas dignas, na medida em que resulta em utilidade para o agente, o aumento do conforto físico, que o consumo de bens proporciona.<sup>85</sup>

Portanto, o consumo para Veblen apresenta duas hipóteses: a) atendimento tanto das necessidades físicas do consumidor (conforto material) como das suas necessidades espirituais, estéticas e intelectuais; b) ocorre devido a emulação. A posse da riqueza (propriedade) confere honra. Na sociedade industrial os hábitos dos seres humanos convergem para a acumulação de bens (sinônimo de sucesso). Isso modifica o hábito de pensar, ou seja, no lugar das façanhas predatórias entra o ato de acumular. Assim como, a propriedade se torna a base convencional da estima social, isto é, nenhuma posição honrosa na comunidade é possível sem ela. Em síntese: a posição social se estabelece pela riqueza e um certo padrão de proeza.

Ter lazer é um sinal de riqueza. Por meio dele (consumo conspícuo), é possível obter respeito e demonstrar força pecuniária e força superior. Mostra que a classe ociosa pode despendar tempo para tal atividade, e esta não se constituir em trabalho. Isso se torna um hábito mental associado a honra e nobreza. O consumo conspícuo, significa que o consumo de qualquer bem serve basicamente para manter o prestígio social, o *status*. Dessa forma, para Veblen as pessoas efetivamente se ocupam e se preocupam com a exibição conspícuo de lazer.

Veblen nos mostrou por meio de um estudo da economia a importância dos esportes e do lazer na sociedade moderna. O interessante é que o autor não conviveu com os grandes espetáculos esportivos do século XX: as olimpíadas modernas, as olimpíadas de inverno, os campeonatos mundiais de voleibol, basquetebol, natação e, sobretudo com “as copas do mundo do futebol”. Também, não conhecia os grandes parques temáticos, os esportes de aventura e o tempo livre sendo abarcado pela indústria cultural e nem mesmo o poder da mídia televisiva.

Nossa hipótese é que Veblen, por não conhecer todo esse desenrolar do século das mudanças, pode nos mostrar o significado, a difusão, a formação dos hábitos de consumo e a importância do ócio. Isso sem esquecer que as críticas ao autor têm suas limitações com relação ao tempo-espço e à área de formação. Veblen apresenta a idéia de que algumas mudanças psicológicas ocorreram gradativamente durante muitos séculos. A sociedade moderna está alicerçada no princípio da propriedade por si só, não confere honra. Há necessidade de demonstrar tal riqueza perante os demais. Se em fases anteriores a proeza era o componente que dava honra, agora temos a rivalização por meio do consumo, sendo completado

<sup>85</sup> Em comparação com as atividades industriais, consideradas rotineiras, o trabalho na indústria, o esforço para criar e transformar a matéria passiva e bruta, isto é, todo ato que não envolva proeza, é considerado indigno. Cabe ressaltar que Veblen tal discriminação entre proeza e trabalho rotineiro é ofensiva e injusta. Entretanto, cabe a ele entender a sociedade como ela é, e não como ele deseja que esta venha ser.

pela proeza e façanha (no tempo livre). Veblen aponta a falsa individualidade e indica que muito daquilo que é constituído como hábitos de lazer é decorrente das relações de poder construídas no interior de processos culturais.

Concentrando-se na teoria configuracionista, e como são definidas a maneiras como as pessoas se comportam com relação ao consumo, optamos em utilizar os estudos de Mike Featherstone.<sup>86</sup> Ele assinala que as pesquisas dirigidas aos deslocamentos e à transformação da noção de cultura não deveriam estar atentas à escassez, mas sim ao excesso de produtos e mercadorias. Basicamente essa vertente convida os pesquisadores a pensar em contraposição às teorias inspiradas nas noções de racionalização, mercantilização e modernização da cultura. No interior desse convite, Featherstone coloca em evidência um novo ângulo de entendimento, que está centralizado no desfrutar desse excedente, espaço tradicionalmente caracterizado pela possibilidade de ocorrer transgressões e protestos:

A tradição popular dos carnavais, feiras e festivais proporcionava inversões e transgressões simbólicas da cultura "civilizada" oficial e estimulava a agitação, as emoções descontroladas e os prazeres físicos grotescos, diretos e vulgares da comida farta, da bebida embriagante e da promiscuidade sexual. Esses eram espaços "liminares", onde o mundo era posto de cabeça para baixo, os tabus e as fantasias eram permitidos, sonhos impossíveis poderiam se realizar.<sup>87</sup>

Vários locais podem ser tomados como lugares que proporcionaram um duplo papel: lugar de expor a mercadoria e a diversão. As feiras livres, as lojas de departamento ou os parques temáticos, se constituíram em espaços de desordem ordenada, que reelaboraram os controles emocionais frente à nova forma de viver. É preciso disciplina e controle para transitar nos lugares que expõe as mercadorias, contemplar, olhar e não agarrar, aproximar-se das pessoas sem se sentir ameaçado. As mercadorias e as imagens podem evocar perturbações, desejos e prazeres, mas é necessário manter o autocontrole. Assim, os seres humanos aprenderam a controlar mais facilmente as oscilações entre a ordem e a desordem, a consciência do real e a fantasia. Em suma, a forma de se movimentar nestes locais requer um alto grau de controle das emoções.

Para Featherstone, a cultura de consumo da atualidade parece estar ampliando as situações e os contextos em que os comportamentos são aceitáveis, pois as pessoas cada vez mais adotam uma postura aberta às formas de expressão emocional:

<sup>86</sup> FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Trad. Júlio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 222p. (Coleção cidade aberta. Série Megalópolis)

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, p. 42-43.

A cultura de consumo da atualidade não representa nem um lapso do controle, nem a instituição de controles mais rígidos; mas, antes, a corroboração dos controles por uma estrutura gerativa subjacente flexível, capaz de lidar ao mesmo tempo com o controle formal e o descontrole, bem como facilitar uma troca de marchas confortável entre ambos.<sup>88</sup>

Portanto, na sociedade contemporânea, existe menos interesse em construir um estilo coerente do que em expandir a série de estilos já conhecidos, como alta cultura e cultura popular, e na verdade jogar com essas possibilidades.

Por meio destes autores, podemos indagar até que ponto o consumo pode ser decisivo na questão da aquisição de hábitos. “Não somos mais uma sociedade capitalista que se explica apenas pela produção e circulação de mercadorias; Veblen já no século passado indicava a natureza desta problemática. O consumo, neste século, é central para a compreensão de inúmeros fenômenos, especialmente relativo aos espetáculos esportivos e aos estilos de vida”.<sup>89</sup>

Portanto, se por um lado a sociologia na sociedade contemporânea está associada contra o pano de fundo da ascensão do racionalismo, que compreendeu a cultura principalmente como um reflexo do capitalismo ou da indústria, por outro lado, há tentativas de compreender a dimensão cultural cotidiana, ao investigar como se dá o relacionamento entre a produção e circulação das teorias e a produção e circulação mais ampla das experiências culturais cotidianas. Em suma, temos que explicar dois aspectos: o teórico e o cotidiano, abrangendo as mudanças na produção, consumo e circulação de bens e práticas culturais. A sugestão é que a sociedade deveria ser compreendida em termos de processos em curso no âmbito da dinâmica das relações entre grupos de pessoas. Isso requer uma pergunta: Quem são os produtores e os transmissores dos bens simbólicos da atualidade? Ao optar pela pesquisa quantitativa, acreditamos que estamos analisando somente parte deste processo, tão importante quanto a observação *in loco*, a pesquisa participativa ou a pesquisa ação.<sup>90</sup>

Algumas abordagens indicam que o capitalismo do século XIX é muito mais uniforme que no atual momento. Isso é uma falsa dicotomia que implicitamente considera a cultura das sociedades tradicionais como integra e uniforme, e trás conseqüências para análises atuais, porque considera a cultura popular relativamente ingênua. Alguns pesquisadores ressaltam essa tentativa de pensar para trás, para um ponto fictício de estabilidade e unidade orgânica pré-industrial, entretanto

<sup>88</sup> Id., *ibid.*, p. 48.

<sup>89</sup> GEBARA, Ademir. Veblen, Adorno e as Bicicletas. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Lazer e Dança. *Coletânea*. Ponta Grossa: Departamento de Educação Física, Departamento de História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, nov. 2002.

<sup>90</sup> Cf. THILLOTT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1992.

deixam de analisar a natureza complexa e estratificada da cultura popular, como os carnavais, as feiras e os festivais. Assim, é um equívoco, procurar no mundo pré-industrial as bases para aplicar no mundo contemporâneo.

Em vez de sucumbirmos às abordagens que enaltecem essa visão nostálgica, deveríamos reconhecer como a cultura é transmitida e manipulada por vários grupos, numa disputa de como os signos são apropriados e usados de acordo com os interesses particulares. Dessa forma, na seqüência deste texto, vamos procurar detalhar como ocorre a experiência cotidiana da juventude com relação a um campo específico da vida cotidiana: o esporte e o lazer.

## **METODOLOGIA**

Na elaboração deste projeto, procuramos construir um instrumento que fosse além daqueles já sistematizados e adequadamente aferidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais como renda, escolarização ou acesso ao mercado de trabalho. Assim, sem deixar de entender que existem inúmeros fatores que modificam o quadro geral de como vivem os jovens e os adultos brasileiros, buscamos centrar a investigação no esporte e no lazer. Nessa perspectiva, o questionário abrange quatro blocos temáticos (descritos logo abaixo). O desenho amostral foi elaborado para representar jovens de ambos os sexos, de 14 a 19 anos e freqüentadores do Ensino Médio das Escolas da Rede Pública de Ensino dos municípios com mais de 100.000 habitantes no Paraná.

As Escolas avaliadas foram escolhidas de acordo com a sua dimensão e localização. As entidades que apresentaram maior número de alunos de acordo com os arquivos da Prefeitura Municipal e do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná, das regiões central e periférica de cada cidade com mais de 100.000 habitantes foram incluídas na pesquisa.

O número de indivíduos da amostra foi estabelecido pela equação na qual a população pesquisada não ultrapassa 100.000 elementos. A seguinte fórmula possibilitou uma amostra (**n**) fiel às características do universo em questão:

$$n = C^2 \cdot p \cdot q \cdot N / E^2 \cdot (N-1) + C^2 \cdot p \cdot q$$

Todas as variáveis foram determinadas com fundamentação nas Leis Estatísticas<sup>91</sup>. O Grau de Confiança Estabelecido (**C**<sup>2</sup>) foi 2, ou seja, foram considerados dois desvios padrão na “Curva de Gauss” em relação à média da população, indicando que 95,5% da seleção são confiáveis.

<sup>91</sup> Cf. GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 107.

A percentagem com que o fenômeno se verifica ( $p$ ) foi de 27, estimando-se que, após esse percentual de população avaliada, o restante ou percentagem complementar ( $q=73\%$ ), inicia um processo de repetição de resultados.

A variável  $N$  representa a população geral estudada, ou seja, o número total de alunos com idades entre 14 e 19 anos que freqüentam Escolas da Rede Pública de Ensino.

O Erro Máximo Permitido ( $E^2$ ) – normalmente calculado entre 3 e 5% em pesquisas sociais – utilizado no estudo foi de 5%, possibilitando, assim, uma margem de erro condizente com a referida população.

Utilizamos a técnica de investigação por meio do questionário porque apresenta uma série de características que corroboram com a viabilidade da pesquisa:

- ✓ possibilita atingir um grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas em diferentes segmentos de uma ampla área geográfica;
- ✓ garante o anonimato das pessoas;
- ✓ não expõe os entrevistados à influência do pesquisador

Os alunos que responderam os questionários foram definidos aleatoriamente. As turmas visitadas foram indicadas pelo diretor ou responsável de cada instituição de ensino seguindo os critérios de heterogeneidade de nível econômico e maior número de alunos disponíveis por sala de aula.

Para trabalhar nesta pesquisa, os acadêmicos escolhidos receberam instruções específicas sobre a temática abordada. Participaram de um pré-teste em escolas da região metropolitana de Curitiba, o que, além de contribuir para seu treinamento, possibilitou ajustes no questionário.

O questionário estruturado – apropriado a estudos quantitativos desta natureza – totaliza cerca de oito questões, organizadas em quatro grupos: o primeiro, sobre os dados pessoais; o segundo, acerca de atividades rotineiras e outras que normalmente se distanciam das ordinárias (lazer); o terceiro, a respeito dos locais mais freqüentados e o quarto, com referência ao desejo dos personagens no que tange às práticas de esporte e lazer, quanto àquilo que realmente praticam e, por fim, sobre quem normalmente promove tais práticas. Os blocos não seguem a ordem das questões. Foram evitadas questões abertas (tendo somente duas), objetivando efetivar um processo de tabulação mais eficiente. Para tanto, também foi desenvolvido um programa através do qual – após a digitalização dos dados – se obtém a tabulação dos mesmos e os gráficos. Tem-se assim, um relatório completo dos dados coletados, os quais poderão ser analisados pelos leitores.

## CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Propositamente buscamos na região de Curitiba duas cidades que são importantes para a região metropolitana, mas que têm suas especificidades e

contradições bem aparentes. A primeira cidade pesquisada foi Piraquara. O município foi formado no ano de 1885, todavia sua dependência em relação a capital do Estado do Paraná é muito marcante no seu dia a dia.

A cidade é reconhecida pela sua importância no fornecimento de água para região metropolitana de Curitiba. Dessa forma, as restrições para o desenvolvimento sempre fizeram parte da história de Piraquara, isto é, como grande fornecedora de água, sua missão é de prevenir qualquer ação que envolva a degradação ambiental. Quando o distrito de Pinhais (que fazia parte de Piraquara tornou-se o maior centro populacional do município) e foi desmembrado em 1992, foi criado o município de Pinhais Esta região—a região de Pinhais—era o único lugar onde havia a possibilidade de instalação de indústrias e conseqüentemente, era responsável por boa parte dos recursos financeiros de Piraquara. Com o desmembramento, a arrecadação de Piraquara caiu vertiginosamente e as dificuldades aumentaram consideravelmente.

Hoje, próximo dos 100 mil habitantes, Piraquara vem assumindo características ímpares, não só por ser o maior fornecedor de água dos municípios próximos, como pelo crescimento populacional de famílias que lá se instalam pelo baixo custo de vida. Muitos moradores locomovem-se diariamente para trabalhar em Curitiba e outras cidades da região metropolitana.

O segundo município pesquisado foi Araucária. Esta cidade data de 1890, e desde 1972, com a instalação da refinaria Presidente Getúlio Vargas, ocorreu um crescimento bastante acelerado, invertendo a tendência do município que até então apresentava características rurais. A partir de então, este município se tornou um grande pólo industrial, sendo criado assim, o Centro Industrial de Araucária (CIAR). A população se aproxima dos 115 mil habitantes.

Para melhor ilustrar as diferenças sociais entre as cidades, adotamos como parâmetro o índice de desenvolvimento humano (IDH), que significa a medida comparativa de pobreza, alfabetização, educação, esperança de vida e natalidade e outros fatores para diversos países do mundo.<sup>92</sup> Para se ter uma idéia, o IDH médio do Brasil é de 0,792, o que significa que ocupa a posição de número 63 no ranking mundial. Isso é considerado como um índice mediano. (o índice mediano varia de 0,5 a 0,799). No caso de Piraquara o IDH médio é de 0,744 ocupando a posição de número 183, entre os 399 municípios do Estado do Paraná. No índice de desenvolvimento educacional aponta 0,859. Para termos de comparação o IDH educacional do Paraná é de 0,879 e isso reflete uma taxa de analfabetismo igual a 1,6% da população paranaense. A cidade de Piraquara apresenta um ponto percentual acima para a taxa de analfabetismo, isto é, 2,6% na faixa etária de interesse dessa pesquisa (de 14 a 19 anos).

<sup>92</sup> Cf. o site <http://pt.wikipedia.org/wiki/idh>

No *ranking* regional, Araucária ocupa várias posições acima se comparada a Piraquara, isto é, está na posição de número 23, com IDH médio de 0,801. No índice de desenvolvimento educacional é um dos maiores do Paraná, apresentando o índice de 0,901. A taxa de analfabetismo entre 14 e 19 anos é de 1,1%.

A renda *per capita* do Estado do Paraná é de R\$ 321,39. Como era esperado, empiricamente o município de Piraquara apresenta uma renda *per capita* bem abaixo dos valores estaduais, isto é, de R\$ 208,82, ocupando a posição de número 151. A arrecadação municipal fica perto dos 41 milhões de reais. Isso possibilitou um investimento em esporte e lazer de 2,5% da arrecadação.<sup>93</sup>

Já a cidade industrializada de Araucária, obtém a posição de número 81, o que significa uma renda *per capita* de R\$ 242,06. A arrecadação do município é por volta de 240 milhões de reais. O investimento em esporte e lazer é de 1,5%, sendo 2/3 desse valor destinado ao esporte de rendimento e 1/3 destinado ao lazer.<sup>94</sup>

O índice de desenvolvimento humano médio de renda no Paraná é de 0,736. Esse parâmetro mostra uma diferença considerável, pois o índice de Piraquara é de 0,664. Se compararmos o valor apresentado do Estado do Paraná com o município de Araucária não há grande diferença, pois o índice é de 0,689.

Durante a coleta de dados, notamos a discrepância existente entre os índices citados acima. O IDHM – Educacional na prática reflete um abismo muito mais distante do que os 0,042 pontos percentuais podem suscitar. As condições estruturais dos estabelecimentos de ensino visitados despertaram as atenções. O material didático e as condições das salas de aula e mesmo a motivação dos profissionais contrastava entre as duas cidades, pendendo favoravelmente para o município de Araucária.

Também é visível o investimento com relação aos equipamentos de esporte e lazer. Em Araucária tivemos a oportunidade de constatar diferentes espaços de esporte, lazer e cultura. Por sua vez, Piraquara apresentava pouquíssimos espaços para atividades esportivas e recreativas, quando existentes é de qualidade duvidosa. Isso será verificado na análise dos dados, onde os adolescentes da cidade de Piraquara demonstram seu desejo por espaços públicos estruturados para a prática de esporte e lazer.

A discussão que gostaríamos de promover mais adiante no texto é: quais são os hábitos referentes a esporte e lazer para jovens de 14 a 19 anos, em condições contrastantes e específicas nestes dois municípios paranaenses? Empiricamente podemos supor que a falta de condições para a prática esportiva com relação aos

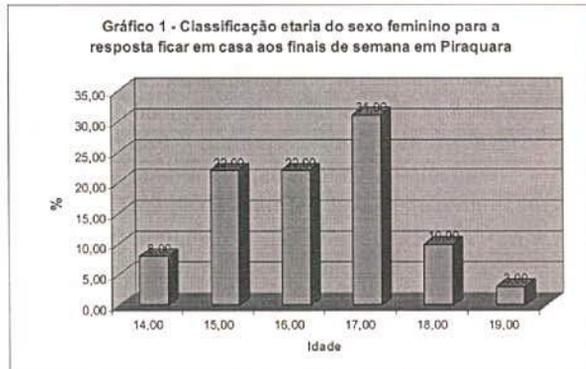
<sup>93</sup> Cf. BASSO, Daniel; GUIMARAES, Louisiana; PRIVADO; Robson Reis. Araucária e Piraquara: uma análise comparativa de gestão pública para o esporte e lazer. In: *Anais/ X Congresso História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança; II Congresso Latinoamericano de Historia de la Educación Física*, Curitiba: Unicenp, 2006.

<sup>94</sup> Id., *ibid.*

equipamentos públicos de Piraquara pode limitar decisivamente as realizações destas práticas. Também há discrepância em termos de investimento por habitante: Piraquara investe cerca de R\$ 53,00 por habitante e Araucária chega ao total de R\$ 230,00 por habitante, lembrando que estamos comparando o investimento global e não o investimento destinado ao esporte e lazer. Isto certamente pode influenciar nas possibilidades de formulação e operacionalização de programas públicos na área em questão. Com estas questões em evidência, passamos à análise da pesquisa quantitativa sobre estes dois municípios.

## ANÁLISE DOS DADOS

A primeira questão abordada pela pesquisa se refere às atividades realizadas aos finais de semana, as quais hipoteticamente há maiores unidades de tempo livre se comparados com as atividades rotineiras que ocorrem durante a semana. Dos jovens que responderam na cidade de Piraquara, contabilizamos que 52,54% passam os finais de semana ficando em casa.



Destacamos que há uma diferença aparente entre os gêneros: o número de adolescentes que realizam esta atividade aos finais de semana do sexo feminino é na proporção de dois para um se comparado aos adolescentes do sexo masculino.



Interessante destacar as ambigüidades que esta questão nos revela. As meninas de Piraquara na faixa etária de 14 anos e de 18 e 19 são as que menos passam os finais de semana no espaço casa. Foi detectado de uma forma geral que em ambas as cidades as meninas de 17 anos são as que mais procuram este espaço para passar os finais de semana e em Araucária destacamos o contraste com Piraquara, pois as meninas de 14 anos são as que mais passam os finais de semana em casa.

As meninas de 17 anos apontaram para outras atividades que contemplam o praticar esportes, visitar parentes (que na verdade recai sobre o espaço casa) e atividades ao ar livre. Em uma questão posterior apresentamos uma serie de atividades de esporte e lazer. Destas, há várias atividades que podem ser executadas no espaço casa. Destacamos que ouvir música (mais de 57%), televisão (mais de 55%) e *video game* (mais de 50%) foram mais citados pelos respondentes do sexo feminino.

Para os adolescentes do sexo masculino, a principal atividade destacada foi com relação aos esportes. Há uma grande diferença entre os gêneros: 84,75% dos respondentes eram do sexo masculino. Portanto há uma delimitação muito específica entre os gêneros. Os meninos realizam as atividades esportivas e as meninas as atividades que podem ser realizadas na própria casa. Na faixa etária pesquisada, os adolescentes de 17 anos são os que mais realizam tal atividade. Diferente do que ocorre com as meninas, os meninos que passam os finais de semana em casa são proporcionalmente menores, ou seja, 20% dos respondentes. A atividade menos citada nesta questão para ambos os sexos foi viajar.

Araucária apresenta os seguintes dados. Assim como na cidade anterior, o espaço casa foi o mais citado, com 45,02% dos respondentes. Há outra semelhança: as adolescentes do sexo feminino são as que mais freqüentam este espaço, mantendo a proporção da cidade de Piraquara, que foi de 2/3. Em Araucária as meninas de 14 anos são as que mais freqüentam este espaço aos finais de semana. Novamente os esportes são as atividades mais citadas em segundo lugar, seguido de visitar os parentes, viajar ou fazer atividades ao ar livre.

Para os adolescentes do sexo masculino, as principais atividades estão ligadas aos esportes. Os garotos de 14, 15 e 16 anos apresentam o maior índice na procura por atividades esportivas. Podemos presumir que conforme se aproxima da próxima faixa etária (adultos), há menor quantidade de tempo livre se aproximando ao mundo do adulto. Na seqüência: visitar parentes, atividades ao ar livre, viajar, são atividades que não se configuram como habituais.

A segunda questão se refere aos espaços mais freqüentados pela juventude. Espera-se que o acesso a esses espaços faça parte de uma política pública democrática. Os espaços públicos são os mais freqüentados nas duas cidades, atingindo o índice de 57,23%. O espaço privado tem acesso limitado, apenas 17,18% dos respondentes assinalaram esta possibilidade. As praças esportivas são as mais procuradas pelos meninos principalmente entre 16 e 17 anos em Piraquara e 15

anos em Araucária. Talvez uma justificativa cabível é que as praças esportivas apresentam equipamentos voltados aos esportes, atividades mais citadas pelo gênero masculino.

Tabela 1 - Prática de Atividades Recreativas e os locais prioritários

		Publicos	Privados	Outros
	Total	280	84	125
	Meninos	121	49	56
	14,00	15	4	6
	15,00	28	11	14
	16,00	30	8	15
	17,00	32	15	12
	18,00	12	8	6
	19,00	4	3	3
	Meninas	159	35	69
	14,00	41	7	21
	15,00	25	10	14
	16,00	27	8	18
	17,00	45	7	11
	18,00	15	1	4
	19,00	6	1	1

Para as meninas, o foco principal de utilização de espaços públicos são os parques (não necessariamente apresentam espaço para atividades esportivas). Tanto em Piraquara como em Araucária, a faixa etária que mais utiliza o espaço público é a de 17 anos.

A próxima questão abordada pela pesquisa se refere à prioridade de interesses no lazer. Dividimos a abordagem do tema em cinco grandes questões: a) físico esportiva, que envolve o hábito de práticas esportivas; b) sociais, tais como grupo escoteiro, comunidade religiosa, casas noturnas, encontros entre amigos; c) artísticos, que se referem ao teatro, dança, música, fotografia, entre outros; d) manuais, ligado à pintura, bordados, bricolagem; e) intelectuais, como exemplo leitura, cursos profissionalizantes, cursos de línguas. O resultado foi basicamente aquilo que empiricamente poderíamos esperar: os meninos apresentaram interesses muito superiores para as atividades esportivas (63,87%) e as meninas apresentaram um interesse maior justamente para as atividades sociais (38,14%). Se somada com a resposta anterior, podemos vislumbrar que os meninos utilizam as praças esportivas públicas para a prática de esportes nestas duas cidades. Pode parecer redundante, mas os espaços esportivos muitas vezes são de múltiplo uso e não se destinam somente para as práticas esportivas. Com relação à frequência nas atividades esportivas, para ambos os sexos notamos que a participação decai conforme o aumento de idade.

As atividades manuais foram citadas em menor número pelos jovens do sexo masculino na cidade de Piraquara. Já os jovens do sexo masculino de Araucária demonstraram menor interesse nas atividades artísticas. Nas duas cidades os demais interesses foram citados equilibradamente, com destaque para atividades sociais. Gostaríamos de destacar, no entanto, uma inversão nas faixas etárias com relação aos interesses intelectuais: enquanto em Piraquara há uma propensão na faixa etária de 16 e 17 anos, em Araucária destaca-se a faixa de menor idade 14 anos.

As meninas não apresentam um gosto uniforme nos interesses de lazer. Em Piraquara, as meninas citam as atividades artísticas em segundo lugar de importância. Na cidade de Araucária, os esportes têm a segunda preferência. Para as meninas, os trabalhos manuais foram os menos citados em ambas as cidades. Isso se repete para o gênero masculino.

Três espaços foram citados para teorizar sobre as atividades rotineiras, semi-rotineiras e de quebra da rotina<sup>95</sup>. Escolhemos para esta faixa etária a escola representando o primeiro grupo. Durante o transcorrer da semana, os jovens permanecem na escola por um período de 4 a 6 horas diárias. Esta seria a atividade de maior rotina para a maioria dos jovens de Piraquara e Araucária. Aos finais de semana as escolas têm uma realidade inversa. Em Piraquara há uma frequência considerável de respondentes que freqüentam as escolas, pois aproximadamente cerca de 50% dos jovens utilizam este espaço, principalmente entre 15 e 17 anos. Aqueles que freqüentam, permanecem por mais de 6 horas e a distribuição entre os gêneros é harmônica na participação aos finais de semana. Por outro lado, em Araucária quase 90% dos jovens não utilizam o espaço da escola.

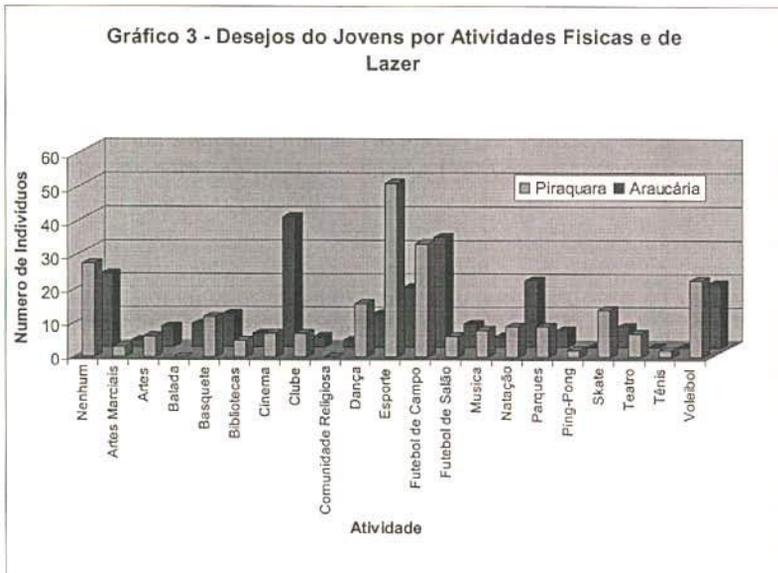
O segundo grupo de questões se refere às atividades semi-rotineiras. Durante o transcorrer da semana, os jovens de ambas as cidades não costumam freqüentar as atividades religiosas. Houve um aumento progressivo aos sábados, chegando próximo a 30%. Aos domingos, a presença em atividade religiosa aumenta para cerca de 50%. Os jovens que realizam tal atividade permanecem por cerca de 2 horas.

O terceiro grupo é das atividades de quebra da rotina, sendo que os indivíduos têm mais poder de escolha – não que estas não sejam limitadas – se comparada com as atividades rotineiras. Durante a semana não é costume para a grande maioria dos jovens de Piraquara e Araucária realizar as atividades de quebra de rotina. Elas parecem confinadas principalmente aos finais de semana. Em Piraquara próximo de 50% dos jovens praticam atividades recreativas. Há um acréscimo para os jovens de Araucária, mais de 60% deles participam de alguma atividade recreativa.

<sup>95</sup> Cf. ELIAS, Norbert. *A busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992. Principalmente os capítulos 1 e 2.

Destacamos que em Piraquara os jovens praticam as atividades recreativas por volta de seis horas no final de semana. Em Araucária há uma característica bastante peculiar: há um grupo de jovens que usufrui as atividades de lazer por volta de até três horas ou um outro grupo de jovens que prolonga suas atividades recreativas, por volta de oito horas. As horas dedicadas as atividades recreativas é visivelmente maior entre os meninos, atingindo o índice de 70%. Dos jovens que praticam as atividades recreativas, menos de 30% são meninas. As idades que se destacam na prática de atividades de quebra de rotina entre os jovens foram de 15 a 17 anos.

Pedimos aos jovens para assinalar quais eram os seus desejos caso o poder público viesse a oferecer algum tipo de atividade lúdico-esportiva. A pergunta serve justamente para iniciar um diálogo com os gestores públicos. Daquilo que ofertar, em comparação ao que realmente é dedicado nos programas de esporte.



As solicitações dos jovens não são uniformes nas duas cidades. Piraquara apresentou uma tendência à práticas esportivas na seguinte ordem de importância: futebol de campo, voleibol, basquetebol, futebol de salão, natação. A próxima preferência manifestada foi a atividade de dança. Na seqüência, apareceu a vontade de ir ao cinema, formar grupos musicais e teatro.

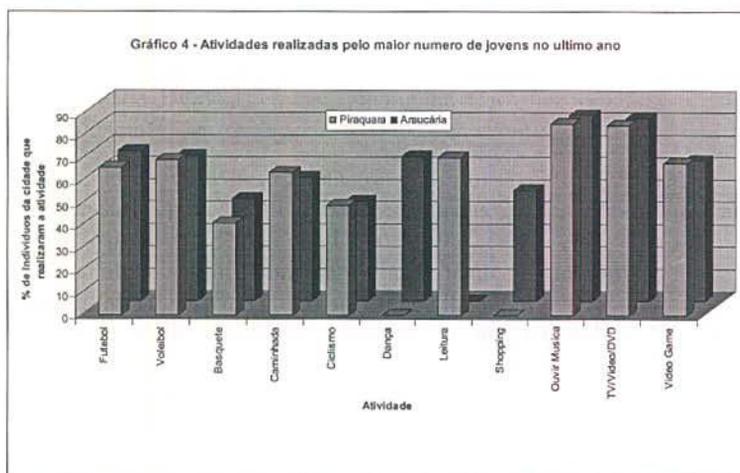
Em Araucária os jovens também citaram as atividades esportivas como sendo as principais. Os desejos recaem sobre o futebol de campo, seguido de natação, voleibol, basquetebol, *skate* e futebol de salão. A atividade de ir ao cinema, entretanto, foi a segunda mais citada. A dança foi citada num número menor.

Os meninos de Piraquara que desejam jogar futebol concentram-se nas idades de 14 ou 17 anos. As meninas que também assinalaram essa opção concentram-se na faixa etária de 14 anos. Já em Araucária, os meninos que preferem futebol de campo têm a idade de 16 anos e as meninas de 14 anos. O desejo de ir ao cinema é destacadamente maior para as meninas, isto é, cerca de 70%. Para as meninas esta preferência se manifesta na idade dos 17 anos e para os meninos, na idade de 18 anos.

Outras atividades foram citadas tais como: Academia de Ginástica, Acampar, Atletismo, Automobilismo, Basebol, Canto, Ciclismo, Festas, Fotografia, *Handebol*, *Mountain-Bike*, Xadrez. Porém essas atividades não tiveram grande representatividade devido à pequena quantidade de jovens que as apontaram como de sua preferência.

Constatamos que houve uma grande confusão entre o que é atividade e os espaços necessários para a prática. Isso ocorreu nas duas cidades, porém, notamos que em Araucária a incidência desse conflito foi menor. Os jovens de Piraquara associaram a falta de espaço com a própria atividade por determinadas atividades, vinculando a falta de espaço como um empecilho à prática

Na última questão lançamos um quadro com várias informações sobre diferentes atividades esportivas e atividades lúdico-recreativas. Também procuramos destacar se essas atividades eram executadas sozinhas, em pequenos grupos (como família e amigos), ou em grupos que requerem uma certa organização. Julgamos importante destacar que individualmente, as atividades esportivas não foram maiores que as práticas de lazer.



Com relação aos tipos de atividades praticadas, o voleibol apresentou maior número de praticantes em Piraquara, seguido pelo futebol de campo. Na seqüência as atividades mais citadas foram: caminhada, ciclismo e a prática do basquetebol. Essa seqüência pode ser confirmada porque na mesma questão pedíamos para o respondente reafirmar quais as atividades realizadas primeiras nos últimos doze meses e depois nos últimos trinta dias. A única inversão foi que nos últimos trinta dias a atividade de caminhada e o futebol de campo foram as mais procuradas e a atividade de voleibol sofreu um pequeno decréscimo.

Atividades como ouvir música, ver televisão, leitura e jogar *video game* são destaques entre os jovens em Piraquara. O núcleo familiar é coeso na realização destas atividades.

Em Araucária com relação às atividades esportivas, a ordem de atividades executadas foi: futebol de campo e voleibol. A caminhada e dança também apareceram com destaque. As práticas da atividade esportiva de basquetebol e ciclismo apareceram na seqüência.

Outras atividades lúdico-recreativas apareceram com maior destaque como ouvir música, assistir televisão, ir ao *shopping* e o jogo de *vide-game*. A família está presente na maioria dos casos, com menor índice no basquetebol e ciclismo. Parece que assistir televisão é um hábito bem familiar, pois o índice é superior a 55%. Nas duas cidades atividades como trabalhos manuais, pesca, jogos de mesa, colecionismo, acampamentos, tênis, natação, artes marciais e atletismo não atingiram 20% das repostas. Quando indagamos aos jovens quais são os grupos organizados que mais têm participação nas atividades lúdica esportivas, as respostas convergiram para igrejas, clubes e escolas.

## CONCLUSÃO

Não há um consenso sobre qual faixa etária compreende a juventude. Desta forma, optamos por pesquisar uma fatia do que pode ser considerada juventude. Foi uma decisão operacional, visto que as escolas do ensino médio foram escolhidas para a coleta de dados, as quais apresentam predominantemente jovens entre 14 e 19 anos.

Na revisão de literatura sobre juventude pudemos observar: a) momento de transformações biopsicossociais que se materializam por meio de novos comportamentos; b) período de acomodação no modelo capitalista do *ter* superiores ao *ser*; c) a busca por identidade e adoção de valores (amigos x família). Sobre os autores envolvendo a discussão do esporte e lazer, destacamos que ter lazer é um sinal de riqueza; momento de rivalização, façanha e proeza; excesso de mercadoria e as implicações na relação do *ter* e *ser* e o controle das emoções.

Para o gestor público os dados levam a múltiplas interpretações, abrindo amplas possibilidades de intervenção. Os esportes fazem parte do cotidiano masculino, sendo o futebol o mais praticado. Quais medidas seriam mais coerentes:

ampliar a participação nesta modalidade, ou possibilitar a prática de outros? No caso do gênero feminino, ouvir música é um hábito corriqueiro, como o gestor público pode trabalhar com esse dado no sentido potencializar as práticas corporais e qualidade de vida da população jovem feminina? Como fica o gênero feminino com relação a menor participação em práticas esportivas?

Algumas questões são complexas, como exemplo, o espaço casa – a própria casa do jovem ou a casa de parentes – é um espaço muito utilizado aos finais de semana. Que tipo de intervenção governamental pode ocorrer a partir deste espaço? Nesse ambiente familiar a televisão, ouvir música e os *vídeos games* são potencialmente desenvolvidos. De certa forma as conversas cotidianas no espaço familiar concorrem com as inovações tecnológicas e a indústria do consumo. No transcorrer da semana as práticas de lazer e de esporte são bem menos expressivas, e talvez as inovações tecnológicas sejam mais utilizadas, como o gestor público pode reverter este quadro, no sentido de propiciar qualidade de vida aos jovens? O conceito de consumo conspícuo de Veblen talvez possa ser ampliado, na rivalização que os jovens em jogos eletrônicos ou na disputa de quem sabe mais detalhes dos assuntos televisivos ou musicais. Ter conhecimento nestas áreas, talvez possa estar conferindo honra aos jovens.

A pergunta que se refere aos desejos pode ser um caminho interessante para experimentações. Como o poder público pode tratar dos desejos dos jovens pelos esportes? Como deve ser esta oferta para atrair os gêneros? O poder público trabalha com questões amplas: primeiro, o número de atividades esportivas é muito variado, e com os esportes de ação tende a aumentar. As possibilidades culturais são extremamente ricas. Dessa forma, o leque de escolhas contrasta com a possibilidade de se atingir o consenso entre os jovens. Como o gestor público pode trabalhar e operacionalizar questões tão complexas?

Os dados obtidos nos remetem as questões levantadas até o momento, todavia a operacionalização da participação democrática nos esportes e no lazer, perpassa a plano político, a estrutura administrativa, a visão do grupo que está no poder, os equipamentos, entre outros pontos que fazem parte do processo.

Dessa forma, os dados quantitativos não podem isoladamente responder na construção das políticas públicas de esporte e lazer – no caso específico da juventude paranaense – mas são dados que somados aos demais elementos que compõe o processo se revelam instigantes e importantes na formulação e operacionalização das políticas para a juventude. Portanto, sugerimos que os dados quantitativos aqui apresentados façam parte no processo de contribuição de formulação das políticas para o esporte e o lazer.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2005.

BASSO, Daniel; GUIMARAES, Louisiana; PRIVADO; Robson Reis. Araucária e Piraquara: uma análise comparativa de gestão pública para o esporte e lazer. In: *Anais/ X Congresso História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança; II Congresso Latinoamericano de Historia de la Educación Física*, Curitiba: Unicenp, 2006. CAVICHIOLLI, Fernando Renato Cavichioli. *Abordagens do lazer no Brasil: um olhar processual*. Piracicaba, UNIMEP, 2004. (Tese de Doutorado)

ELIAS, Norbert. *A busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992. Principalmente os capítulos 1 e 2.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Trad. Júlio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 222p. (Coleção cidade aberta. Série Megalópolis)

FERREIRA SALLES, Leila Maria. *Adolescência, escola e cotidiano: contradições entre o genérico e o particular*. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1998.

GEBARA, Ademir. Veblen, Adorno e as Bicicletas. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Lazer e Dança. *Coletânea*. Ponta Grossa: Departamento de Educação Física, Departamento de História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, nov. 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEIDEMANN, Miriam. *Adolescência e saúde: uma visão preventiva para profissionais de saúde e educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2004.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally W. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre; Artmed, 8ª ed., 2006.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1992.

VEBLLEN, Thorstein B. *A teoria da classe ociosa*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

### Site pesquisado

<http://pt.wikipedia.org/wiki/idh>

## **CENTROS DE MEMÓRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE**

*Vera Luiza Moro<sup>96</sup>*

*Leticia Godoy<sup>97</sup>*

Parte desse texto foi apresentado originariamente no X Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança e II Congresso Latino Americano de História de la Educación Física. Essa versão visa apresentar os avanços obtidos desde então no processo de constituição do Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR, tendo como objetivo contribuir com o debate acerca da construção de mecanismos de preservação de fontes documentais.

Vários encontros, seminários, publicações, tanto em história da educação, como na história da educação física, têm discutido o problema da falta de políticas institucionais no que tange à preservação e organização documental, conforme apontado por Vidal (2004, p.179) quando afirma que:

a ausência de políticas institucionais de preservação e organização de fontes documentais é responsável por uma das mais sérias dificuldades com que se defrontam os pesquisadores brasileiros de História da Educação, principalmente se considerarmos a pluralidade de fontes documentais solicitadas pelas novas linhas investigativas desenvolvidas nesse campo.

Dentro desse contexto de ausência de políticas institucionais para preservação de fontes, faz-se necessário ressaltar a contribuição e apoio financeiro que vêm sendo oferecido pelo Ministério do Esporte, mais especificamente da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer, através da REDE CEDES, que tem fomentado a pesquisa em História da Educação Física, Esporte e Lazer em vários Estados brasileiros.

<sup>96</sup> Mestre em Educação e professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná/Rede CEDES/CEPELS.

<sup>97</sup> Mestre em Educação Física e professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná/Rede CEDES/CEPELS.

## A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA: SEUS OBJETIVOS, ESTRUTURA E AS POSSIBILIDADES DE ESTUDO A PARTIR DOS DOCUMENTOS IDENTIFICADOS

Finalmente os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p.422).

Nosso objetivo aqui, é apresentar o projeto de criação do Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, bem como o desenvolvimento de um banco de dados digital, para divulgação e disponibilização para pesquisa do acervo da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, apresentando para debate as soluções adotadas nesse processo de constituição tanto do Centro de Memória quanto do banco de dados.

Antes de tudo, cabe ressaltar que essa discussão vem marcada pela experiência vivida, durante quase três anos, nos Projetos de Pesquisa denominados "*Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo histórico das práticas corporais escolares e da constituição da Educação Física escolar no Estado do Paraná (1846-1939)*" e "*Civilização, racionalidade, escolarização: educando corpos conformados e vontades submissas?*", ambos coordenados pelo Professor Marcus Aurélio Tabora de Oliveira, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná. Embora a criação de um Centro de Memória já existisse no horizonte dos objetivos, a participação no referido grupo nos colocou em contato com um universo novo e múltiplos desafios, como por exemplo: o trabalho com as fontes documentais, a partir da constante preocupação com o levantamento, organização, catalogação e disponibilização das fontes encontradas, bem como o rigoroso cuidado que deve existir entre o pesquisador, nesse caso historiador, e suas fontes, evidenciado sempre pela necessidade da crítica das fontes.

Portanto é dentro dessa perspectiva de abertura para novos temas, objetos, e para a diversidade das fontes, que o Centro de Memória, bem como o instrumento criado para sistematizar e organizar as fontes encontradas, vem sendo constituídos.

A sociedade contemporânea nos oferece cada vez mais uma quantidade infinita de informações para que possamos nos posicionar frente aos desafios e

decisões enfrentadas no cotidiano. Nessa sociedade da novidade a experiência e sabedoria acumuladas sucumbem com o triunfo da informação, e é a partir dessa constatação que Von Simson (2000, p.64), ao nos apresentar uma reflexão sobre o Centro de Memória da Unicamp em um texto denominado “Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento”, afirma que:

Tais fatos criam para o homem contemporâneo quase a obrigação de consumir a informação de forma acrítica, sem maior cuidado seletivo, perdendo-se, portanto uma das mais importantes funções da memória humana – a capacidade seletiva que é o PODER de escolher aquilo que deve ser preservado como lembrança importante e aqueles fatos e vivências que podem ser descartados. A perda do exercício desse poder de seleção nas sociedades atuais constitui o fator fundamental para a formação do que os profissionais da informação chamam de sociedade do esquecimento.

Em sociedades que existiram no passado, cabia aos indivíduos mais velhos a função de transmissão, aos membros mais jovens, dos fatos e vivências que eram retidos como fundamentais para a sobrevivência do grupo:

nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. (HALBWACHS, citado por BOSI, 1994).

Nas sociedades atuais, a função social que era exercida pelos mais velhos nas sociedades do passado foi substituída por instituições e pelo trabalho especializado de bibliotecários, arquivistas, historiadores, museólogos, em centros de memória, arquivos, bibliotecas, para a construção daquilo que vêm a ser a “memória coletiva”, através de um trabalho de seleção, coleta, organização e guarda da memória de um grupo ou sociedade. Para Pereira (2003), documento e memória social apresentam estreita relação e a criação de tais instituições só têm sentido quando a idéia da preservação da memória é requisito básico para a consolidação da identidade de um povo. Assim:

torna-se indispensável não nos voltarmos para simples vestígios ou documentos isolados, mas elaborarmos conjuntos documentais que nos permitam captar a intencionalidade e o simbolismo do corpo social ao registrar seu passado (...). Só dessa forma se pode contribuir para a construção da identidade de um corpo social, pois é fornecendo a ele conjuntos documentais racional e tecnicamente tratados e realizando uma boa divulgação desse material que tais instituições poderão bem realizar seu papel de guardiãs da memória. (VON SIMSON, 2000, p.68)

Com esse entendimento é que políticas de preservação da memória vêm sendo priorizadas em diferentes instituições como: o *Museu da Escola de Minas Gerais*, que faz parte do Centro de Referência do Professor, o *Centro de Memória da UNICAMP*, o *Projeto de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES)*, para citar alguns, e mais especificamente vamos ter na Educação Física: o *Centro de Memória da Escola de Educação Física de Minas Gerais (CEMEEF)*, o *Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME)* e o *Centro de Memória da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. E é reforçando a prevalência do caráter público e a participação das Universidades nessas experiências, que o *Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR)* se insere, buscando desempenhar um papel integrador entre o mundo acadêmico e a sociedade.

O Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná foi criado em novembro de 2004, com o principal objetivo de recuperar, preservar e divulgar a memória da antiga Escola de Educação Física do Paraná. Como Mogarro (2005, p.107), entendemos que “os documentos de arquivo refletem a vida da instituição que os produziu”, e através de um trabalho de coleta, tratamento e recuperação desses documentos, podemos colocar à disposição da sociedade a memória de um grupo social retida em suportes materiais diversos (VON SIMSON, 2000). Assim, torna-se imperativo a socialização da documentação já identificada no acervo da antiga Escola de Educação Física e o estabelecimento de relações entre as informações contidas nesses documentos e os temas e problemas que podemos investigar a partir deles, bem como o cruzamento dessa documentação com outras fontes e estudos já realizados, com o objetivo de trilhar novos caminhos, enriquecendo assim a produção de conhecimento em História da Educação Física.

Os trabalhos foram iniciados com a ajuda de três bolsistas voluntários<sup>98</sup>. A primeira ação realizada pelo grupo foi a de organizar a documentação fazendo a separação por tipo e cronologia dos documentos, para um diagnóstico do acervo. Aqui se faz necessário ressaltar que, embora os documentos ainda apresentassem um bom estado de conservação, as condições de abrigo desses documentos era bastante precárias, contribuindo assim para uma deterioração mais rápida desses.

<sup>98</sup> A equipe inicial foi composta pelos seguintes acadêmicos: Karyn Phaolla Lopes Moreira, Thiago Silva e Nayane Tixiliski Iancóski

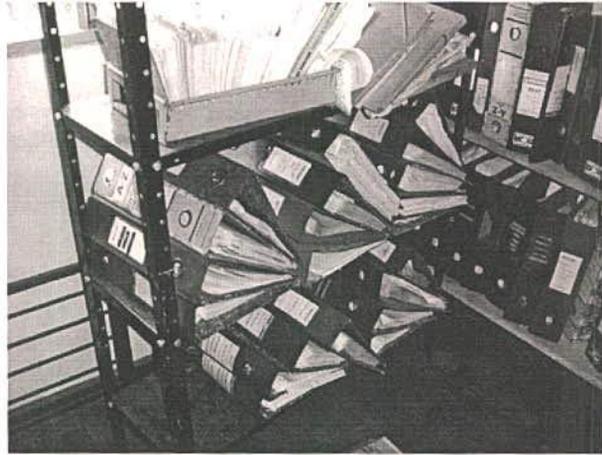


Figura 1 - Local e condições em que se encontravam os documentos pertencentes ao acervo da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná.

Na seqüência, procurou-se o Arquivo Público do Paraná, com o intuito de buscar subsídios para proceder ao processamento técnico da documentação. Esse procedimento previa a inventariação, higienização e armazenamento dos documentos. Com essa inventariação, buscava-se definir o período compreendido pelo acervo da Escola, e também conhecer seu conteúdo, para apreender, ainda que de forma aproximativa, o potencial desse *corpus* documental, qual seja: a identificação dos sujeitos envolvidos no cotidiano da instituição (professores, alunos, técnicos, secretários e outros), as tensões e conflitos existentes entre esses sujeitos, as opções pedagógicas e curriculares, a apreensão das normas e regras que orientavam o cotidiano da escola, a aplicação dos recursos, entre outros.

No levantamento preliminar dos documentos pertencentes à Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, foram encontrados: relatórios, regimentos, atas, fichas de cadastro de alunos, fichas e documentos de professores (*Curriculum Vitae*), documentos relativos à contabilidade da Escola, documentação relativa aos Cursos de Técnicas Desportivas, coleção de correspondências expedidas e recebidas, livros de registro de diplomas, relatórios de concurso de habilitação para professor, relatórios de concurso vestibular, *folders* e convites, letra do hino da Escola, coleção de ofícios correspondidos e recebidos, atestados e certidões, relatórios do diretório acadêmico, entre outros.



Figura 2 - Início dos trabalhos de organização, identificação e separação da documentação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná

Para proceder à higienização dos suportes documentais, participamos de um curso realizado no Arquivo Público do Paraná, onde foram desenvolvidos conceitos básicos de preservação, conservação e restauro de documentação gráfica, e de conservação preventiva de coleções fotográficas. A partir dessas informações, foram adquiridos materiais de proteção (luvas, máscaras e óculos), para os participantes do Projeto CEMEDEF, dando-se início ao processo de desinfestação e higienização dos documentos, os quais, após esse processo, eram colocados em invólucros protetores e realocados em outra sala, com maiores condições de se evitar a degradação do suporte material.

Nesse momento já estávamos vinculado ao CEPELS (Centro de Pesquisa em Esporte Lazer e Sociedade), e fomos convidados a participar da REDE CEDES, que é uma ação programática do Ministério do Esporte através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, que objetiva a produção e difusão de conhecimentos com vistas ao desenvolvimento e gestão de políticas públicas de esporte e lazer. A vinculação do Centro à REDE CEDES foi fundamental no sentido de possibilitar o desenvolvimento de um banco de dados (SiCedes) que permitisse catalogar a documentação relacionada à Escola de Educação Física e Desportos, e também à Educação Física, Esporte e Lazer no Estado do Paraná, através das pesquisas realizadas nos Municípios pelos diferentes projetos desenvolvidos na Rede CEDES. O arquivamento tanto do Centro de Memória quanto a do SiCedes está sendo feito a partir de padrões internacionais seguindo as normas do ISAAD(G)—Norma Geral Internacional de Descrição

Arquivística (2000) e ISAAR (CPF) (1998)—Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias.

Após a descrição dos aspectos técnicos adotados para o desenvolvimento do SiCedes, será apresentado o trabalho de descrição das fontes, a partir das normas arquivísticas citadas acima.

## **SICEDES: ASPECTOS TÉCNICOS E A EXPERIÊNCIA DE APROXIMAÇÃO COM A ÁREA DA INFORMÁTICA**

O objetivo com o desenvolvimento do SiCedes era criar um sistema de *software* ou aplicativo que possibilitasse catalogar e armazenar informações relacionadas ao esporte, de modo seguro e confiável, permitindo busca e consulta de forma rápida e eficiente.

Cabe aqui uma breve consideração sobre o que pode ser considerado banco de dados. No senso comum, um banco de dados, como o próprio nome sugere é um local onde são guardadas informações. Falando na linguagem do “analista de sistemas” um banco de dados é um conjunto de *softwares* que interagem entre si de modo a fornecer guarda física e capacidade de gerenciamento de um volume de informações de qualquer tipo, em formato digital e fornecer um canal de acesso entre outros *softwares* e estes dados. O grau de proteção e modo de armazenamento é específico da implementação de cada banco de dados. Entenda-se aqui, guarda física como manutenção e proteção dos dados em um determinado local em determinada mídia, normalmente regravável, podendo ser fita DAT, DVDROM, CDROM, HD, etc.

Diversos sistemas de *software* foram lançados no meio acadêmico e são chamados banco de dados pelo senso comum. Na verdade não o são, no conceito técnico previamente descrito, pois poderemos melhor descrevê-los como um conjunto de ferramentas não interligadas que facilitam a organização e a busca de informações. São normalmente soluções que envolvem um “*browser*” de Internet, e fazem uso da capacidade deste “*browser*” de visualização de hipertexto e linguagem HTML. Embora o hipertexto seja uma solução legítima para a questão, no projeto da rede Cedes queríamos ir um passo adiante no sentido de utilizar as potencialidades de um banco de dados em unir as informações, facilitar o gerenciamento, seja do ponto de vista de quem alimenta o banco de dados, através da segurança, facilidade e consistência dos dados, como do ponto de vista do usuário, de quem apenas consulta os dados, através da facilidade e rapidez de busca das informações. O SiCedes, na visão do analista de sistemas, não é um banco de dados, mas sim um *software* com funções especializadas para armazenamento, consulta e gerenciamento que disponibiliza uma interface amigável entre o ser humano e o banco de dados.

Convém salientar que além das questões estritamente técnicas existia ainda um objetivo de custo a ser atingido, diminuindo o impacto causado por dificuldades

em obtenção de verbas e burocracias com licenças de uso de *software*. Necessariamente deveria apresentar um baixo custo de desenvolvimento, incluindo a linguagem utilizada na codificação e seu respectivo compilador, biblioteca gráfica e banco de dados. Estes objetivos puderam ser atingidos através do uso de ferramentas de *software* livre. Os produtos classificados como “software livre” obedecem a diferentes modalidades de licença de uso, onde normalmente se referem ao uso livre e não ao custo do software. Software livre, portanto, não significa necessariamente gratuito, nem livre de direitos autorais, embora na grande maioria das vezes signifique de baixo custo. O software livre se caracteriza sim, pelo fornecimento público do código-fonte pelo detentor dos direitos autorais ou criador do *software*. Deste modo o usuário desenvolvedor tem a possibilidade de alterar o software original, acrescentar alguma especificidade e poder distribuir a nova versão gerada do modo que desejar ao custo que desejar, respeitados os direitos autorais e licenças específicas. No caso do SiCedes optou-se por ferramentas que além da questão de *software* livre também autorizassem o uso gratuito, uma vez que o resultado deste trabalho não objetiva lucro financeiro através de competição no mercado.

O *software* livre, quando de inegável utilidade, passa a ter um grupo de seguidores a nível mundial, entre usuários e desenvolvedores, cuja participação em termos de validação do software e busca de melhorias em suas características básicas normalmente elevam a qualidade, de modo que muitas vezes se torna superior à de *softwares* proprietários. Como exemplo mais conhecido podemos citar o sistema operacional Linux e suas diversas *distributions*, que com a participação da comunidade de desenvolvedores a nível mundial, se tornou um sistema operacional com inegável qualidade do ponto de vista técnico que sobrepuja, e em muito, uma variedade de sistemas operacionais proprietários bem conhecidos e difundidos.

Atualmente quando falamos de um banco de dados com facilidade de uso e compatibilidade, estamos falando de banco de dados com linguagem SQL, e portanto por especificação, deveríamos utilizar um banco de dados que aceitasse os comandos mais importantes do padrão SQL92. Uma das características importantes para a definição do projeto foi que o banco de dados deveria ser cliente/servidor. Nesta configuração, o banco de dados propriamente dito com as informações está concentrado em um único espaço e diversos módulos consultivos possam acessar este banco de dados via rede LAN ou WAN.

O banco de dados escolhido foi o *MySQL* por satisfazer as necessidades estabelecidas, aliadas a um ótimo desempenho e facilidade de integração com a linguagem utilizada no desenvolvimento. Para a linguagem de programação optou-se pelo C++, por ser uma linguagem portátil, existente em qualquer sistema operacional moderno, além de permitir uma interface simples com o banco de dados *MySQL*.

Como o objetivo seria facilitar o uso, obrigatoriamente o SiCedes deveria rodar em um sistema operacional gráfico. Para facilitar o desenvolvimento optou-se pelo uso de bibliotecas gráficas GUI, ou Graphics User Interface que também atendessem as necessidades em termos de custo, bem como tornasse possível a criação de versões para diversos sistemas operacionais. Neste caso optou-se por uma biblioteca de *software* livre denominada *wxWidgets*. Existem versões desta biblioteca para diferentes sistemas operacionais e portanto, permite versões do SiCedes para sistemas operacionais diferentes, tais como *Windows*, *Unix*, *Linux* e *Mac*, sem alterações no código fonte.

O acesso ao SiCedes é controlado através de senhas com três tipos de usuários: Administrador, Operador e Usuário. O tipo Operador tem capacidade de inserção, apagamento e mudança nos dados, o Administrador possui além destas, as funções de gerenciamento, cadastro de senhas de operadores e usuários e geração de relatórios. O tipo Usuário pode apenas efetuar consultas e impressão dos resultados no banco de fontes.

O uso de banco de dados Cliente/Servidor tem a vantagem de tornar possível o acesso e atualização remota de dados através de um meio de comunicação, seja via *Internet*, *Intranet*, rede de pacotes ou conexão discada direta.

Em versões futuras está previsto a armazenagem e catalogação de imagens em formatos conhecidos como GIF, JPG ou .BMP, bem como informações adicionais, tais como arquivos sonoros em formato MP3, WAV ou outro. É possível ainda a importação de dados contidos em equipamentos portáteis, por exemplo, *notebooks* ou *palmtops*, que possuam capacidade de envio de informações via interface serial comum, interface infravermelho, USB ou de rede LAN. Assim o cadastramento de fontes pode ser feita diretamente em formato digital no local de pesquisa, transferindo as informações para o banco de dados, sem necessidade de mídia de transferência, seja papel, seja mídia digital (disquete, CDROM, etc.).

Além dos objetivos técnicos que foram satisfatoriamente atingidos, buscou-se também um objetivo de padronização na guarda das informações. Através de uma parceria com o Arquivo Público Estadual, verificamos a existência de padrões internacionais a que muitos organismos responsáveis por guarda de documentos estão obedecendo. São elas as normas ISAAD(G), Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (2000) e ISAAR(CPF) (1998), Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias.

Devido ao crescimento de uso do sistema operacional *Linux*, principalmente no meio acadêmico, é possível criar uma versão *Linux* do SiCedes, tornando o acesso às informações mais universal e liberando usuários de custos com sistemas operacionais proprietários. O *software* livre é uma revolução que permite a libertação do jugo de propriedade que teve início com o advento da informática e a caracterizou até a pouco tempo. A inegável propriedade intelectual continua sendo protegida, porém com abertura de diálogo entre o proprietário e o

usuário, mudando o foco de “adaptação do usuário com o *software*” para “adaptação do software para com o usuário”. A participação da comunidade a nível mundial permite a circulação de informações sem interesses financeiros envolvidos, o que viabiliza a continuidade do software por tempo indeterminado. O mesmo não acontece com *softwares* proprietários onde a disponibilidade e licença de uso obedece a regras rígidas e definidas pelo proprietário. Quando falamos da guarda de documentos históricos, temos que levar em consideração que a continuidade de existência e disponibilidade destas informações não possa depender apenas dos interesses de determinado empreendimento empresarial, uma vez que no moderno mundo tecnológico o poder está na informação. A informação, por sua vez, busca ser dominada a todo custo por grandes empresas do setor de informática que em sua grande maioria não estão sensibilizadas pela guarda e manutenção da informação, mas apenas pelo lucro advindo dessa. No caso de estancamento de lucros, estas empresas perdem interesse pela informação a qual pode vir a ser total ou parcialmente destruída. A existência do *software* livre permite que a comunidade se liberte desta perspectiva, uma vez que ao cessar o interesse do detentor de propriedade intelectual, o mesmo pode ser alterado e continuar a existir de forma autônoma.

Com essa discussão esperamos ter trazido informações que nos permitam avançar no desenvolvimento de futuras aplicações e soluções que sirvam de encaminhamento ou continuidade de um diálogo entre as necessidades das diferentes áreas do conhecimento com a informática.

## **O PROCESSO DE DESCRIÇÃO DAS FONTES A PARTIR DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE DESCRIÇÃO, E DE REGISTRO DE AUTORIDADE ARQUIVÍSTICAS.**

O trabalho de descrição das fontes em um banco de dados se mostra imprescindível na medida em que permite “identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, p. 11, 2000). Isto pode agilizar a produção de pesquisas que possam contribuir, nesse caso, para a construção e preservação da história em educação física, esporte e lazer. Para o SiCedes foi desenvolvida uma ficha de catalogação dos documentos da Escola de Educação Física e Desportos, procurando respeitar as Normas Internacionais de Descrição Arquivística ISAD(G), composta por sete áreas assim descritas: 1) Área de Identificação, 2) Área de Contextualização, 3) Área de Conteúdo e estrutura, 4) Área de Condições de Acesso e Uso, 5) Área de Fontes Relacionadas, 6) Área de Notas, 7) Área de Controle da Descrição.

A seguir podemos visualizar a tela da ficha catalográfica desenvolvida para o Banco de Dados SiCedes:

The image shows a screenshot of a web-based form for archival description, organized into several distinct sections:

- Área de Identificação:** Contains fields for 'Código de Referência' and 'Título'.
- Indicação de Responsabilidade:** A table with columns for 'Nome', 'Resp', and 'Cargo ou Função'.
- Dimensão e Suporte:** Includes fields for 'Data-limite', 'Local', and 'Nível de Descrição'. It also features radio buttons for 'Folhas', 'Páginas', 'Manuscrito', 'Datilografado', 'Avulso', 'Impresso', and 'Encadernado'.
- Área de Contextualização:** Contains a 'Produtor' field.
- Área de Conteúdo e Estrutura:** Contains an 'Âmbito e conteúdo' field.
- Área de Condições de Acesso e Uso:** Includes 'Estado de Conservação' (with radio buttons for 'Bom', 'Regular', 'Péssimo'), 'Idioma', 'Microfilme' (with 'Flash' and 'Rolo' options), and 'Digitalizado' (with 'Sim' and 'Não' radio buttons).
- Área de Fontes Relacionadas:** Contains 'Índice de assunto' and 'Instrumento de pesquisa' fields.
- Área de Notas:** Includes 'Notação Atual', 'Vol.', 'Ano', and 'Página(s)' fields.
- Área de Controle da Descrição:** Contains 'Responsável Técnico' and 'Data da Descrição' fields.

Figura 3 – Tela da planilha de descrição arquivística desenvolvida para o SiCedes.

Cada área é composta ainda pelos seguintes campos:

- Área de Identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição): código de referência, título, indicação de responsabilidade, datas-limite, nível de descrição, dimensão e suporte.
- Área de Contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição): produtor.
- Área de Conteúdo e Estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição): âmbito e conteúdo.
- Área de Condições de Acesso e Uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição): estado de conservação, idioma(s), microfilme (flash ou rolo), digitalizado (sim ou não).
- Área de Fontes Relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição): índice de assunto, instrumento de pesquisa.

- Área de Notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas): notação atual, volume, ano e página(s).
- Área de Controle da Descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada): responsável técnico, data da descrição.

Segundo o Conselho Internacional de Arquivos (p.13, 2000):

apenas alguns elementos são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva:

- a) código de referência;
- b) título;
- c) produtor;
- d) data(s);
- e) dimensão da unidade de descrição;
- f) nível da descrição.

Na ilustração abaixo, teremos a tela de pesquisa do acervo, a qual será disponibilizada pela REDE CEDES, da Universidade Federal do Paraná, para consulta pública.

Pesquisa de Acervo

Código de Referência

Título

Texto

Datas Limite

No ano de: 2004

Pesquisa por Área ISAD/ISAR

Identificação

Contextualização

Conteúdo e Estrutura

Condições de Acesso e Uso

Fontes Relacionadas

Notas

Controle da Descrição

Pesquisa Geral

Com todas as palavras

Com qualquer das palavras

ISAD/ISAR

Figura 4 – Tela de Pesquisa de acervo, onde são selecionadas os campos que o usuário quer definir para sua pesquisa.

É preciso ressaltar que esse instrumento de descrição e catalogação de fontes continua sendo discutido de forma a aprimorá-lo continuamente, sempre de acordo com o que vêm sendo discutido em termos de descrição de fontes, e ainda de forma que venha responder cada vez mais às necessidades e especificidades da educação física.

## **CONCLUSÃO**

Essa experiência de construção do CEMEDEF/UFPR, bem como de um banco de dados para catalogação dos documentos pertencentes ao Centro, além de objetivar o fomento de pesquisas, principalmente em história da educação física, esporte e lazer, pretende abrir um diálogo necessário com outras áreas que possam prestar sua contribuição trazendo como resposta, subsídios para se pensar uma política arquivística para os Centros de Memória em Educação Física e outros Centros de Documentação, que nos ofereçam condições de superar as dificuldades que vêm sendo enfrentadas quanto ao tratamento, descrição, disponibilização e condições de acesso das fontes para os pesquisadores.

Nesse caso específico procuramos mostrar o resultado de um interessante e fraterno diálogo com a arquivística e a informática, trazendo para discussão as soluções adotadas com o intuito de possibilitar a diminuição de dependência tecnológica e financeira, e ainda apontar para caminhos que nos levem a avançar ainda mais no desenvolvimento de futuras aplicações e soluções que sirvam de encaminhamento ou continuidade para esse diálogo.

## **REFERÊNCIAS:**

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA – Rio de Janeiro : Arquivo nacional, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. COMISSÃO AD HOC DE DESCRIÇÃO. *ISAAR (CPF)*: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

LE GOFF, J. *A história nova*. 4. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1988.

MOGARRO, M. J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. *Proposições*. v.16, n.1 (46), jan./abr. 2005.

PEREIRA, E. C. *Projeto S.O.S. patrimônio: educação ambiental e cidadania na organização, conservação e proteção do patrimônio bibliográfico do IBAMA/PR*. Curitiba, 2003.

VIDAL, D. G. O centro de memória da educação (USP): acervo documental e pesquisa em história da educação. In: MENEZES, M. C. *Educação, Memória, História: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

VON SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. In: FARIA FILHO, L. M (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

## **ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE: APONTAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Doralice Lange de Souza**<sup>99</sup>

Várias pesquisas indicam uma relação positiva entre a prática regular e adequada da atividade física (AF) e a prevenção de fatores de riscos à saúde (BAUMAN, 2004, CORBIN, 1987, KOHL, 2001, PAFFENBARGER e HYDE, 1984, PAFFENBARGER *et al.*, 1986, PATE *et al.*, 1995; POWELL, 1998). Kesaniemi *et al.* (2001), por exemplo, ao sintetizar os resultados do simpósio sobre AF e saúde realizado no Canadá, 2002, conclui que:

a atividade física regular está associada com uma redução de causas de mortalidade, de doenças cardiovasculares fatais e não fatais bem como com doenças coronarianas. Está também associada com a redução da incidência de obesidade e do diabetes *mellitus* tipo 2 e com uma melhora no controle metabólico de indivíduos com diabetes do tipo 2 já estabelecido. Além disso, a atividade física está associada com uma redução na incidência de câncer de colo e osteoporose. Outros benefícios da atividade física regular incluem a melhoria das funções físicas e da independência dos idosos. Os indivíduos que praticam altos níveis de atividade física estão menos propensos a desenvolverem doenças depressivas do que aqueles que praticam níveis menores de atividade física. Além disto, para aqueles que possuem depressão leve a moderada e ansiedade, a atividade física prescrita está associada com uma melhoria dos sintomas. O Painei também reconhece um impacto favorável da atividade física em uma série de fatores de riscos cardiovasculares, incluindo uma redução da pressão sanguínea, melhoria do perfil do plasma lipídico e de alterações na coagulação e fatores hemostáticos. (minha tradução)

Ao discutir alguns dos principais benefícios da atividade física à saúde, FERREIRA (2001, p. 42) é consistente com o que é dito acima. No entanto, apresenta um enfoque um pouco diferenciado que vale a pena ser revisto para um melhor entendimento de algumas das questões apresentadas acima. Conforme ele explica, a atividade física regular está relacionada com:

a redução do 'colesterol maléfico' (LDL) e o aumento do 'colesterol benéfico' (HDL), o que diminui o risco de distúrbios cardiovasculares como a arteriosclerose e o

<sup>99</sup> Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná/CEPELS.

infarto do miocárdio, além de combater a obesidade; (b) o aumento da vascularização, que favorece a nutrição dos tecidos corporais e combate a hipertensão [...] (c) a melhoria da eficiência cardíaca, fruto do aumento das cavidades do coração e da hipertrofia do miocárdio; (d) o fortalecimento de músculos, articulações e ossos, que diminui o risco de lesões e dificulta o aparecimento de doenças como a osteoporose; (e) o aumento da capacidade respiratória, que favorece as trocas gasosas; (f) a melhoria da flexibilidade e da força muscular, que reduz as dores nas costas, o risco de lesões articulares e otimiza a autonomia do indivíduo para atividades cotidianas, dentre outras adaptações. Além disso, a prática regular do exercício físico também vem sendo associada a benefícios na esfera psicológica, como a redução da ansiedade, da depressão [...], do estresse e a melhoria do humor.

Mas o que entendo por saúde no contexto deste trabalho? Antes de responder a esta questão, gostaria de ressaltar que até pouco tempo atrás, a concepção hegemônica de saúde estava vinculada, quase que exclusivamente, à idéia de “ausência de doenças”. Atualmente vigora a concepção da Organização Mundial da Saúde (OMS) que considera saúde enquanto “um estado de perfeito bem estar físico, mental e social”. Embora esta concepção apresente avanços em relação à anterior, por reconhecer que saúde significa mais do que a mera ausência de doenças, e por reconhecer que esta vai além da dimensão biológica do ser, ela é abstrata e idealista. Em outras palavras, ela não esclarece o que vem a ser um “estado de perfeito bem estar” e não reconhece que um “estado de perfeito bem estar físico, mental e social” é impossível. Todos nós em um momento ou outro apresentamos diferentes tipos de desequilíbrios, nem que sejam apenas simples e temporárias dermatites, micoses, cáries e episódios de estresse. Neste contexto, emprestando alguns princípios do que Capra (1983) veio chamar de paradigma holístico ou ecológico, e do que Morin (2000, 2002), entre outros, veio a chamar de paradigma da complexidade, compreendo saúde como um processo dinâmico e complexo que engloba as diferentes dimensões humanas — física, cognitiva, emocional, social, e espiritual — nas suas inter-relações e interdependências entre si e com fatores políticos, econômicos, culturais, ecológicos e estruturais. Compreendo saúde como um processo e não como um “estado” (conforme proposto pela OMS), pois as condições em que nos encontramos não são jamais estanques: na medida em que qualquer uma das dimensões ou fatores que compõem a saúde se modifica, acaba por afetar as outras dimensões e fatores, o que leva a uma série de modificações tanto no indivíduo quanto no meio e nas pessoas à sua volta<sup>100</sup>. Este processo acontece dinamicamente dentro de uma rede de interconexões com polaridades positivas e negativas<sup>101</sup>. As positivas representam realidades onde

<sup>100</sup> A concepção de que tudo no Universo está interconectado e é interdependente com tudo o mais é bem trabalhada por Capra (1983).

temos uma maior aproximação com a condição de saúde. Ou seja, uma maior aproximação com uma realidade onde temos a possibilidade de viver as nossas vidas da forma mais plena e prazerosa possível, sendo capazes de enfrentar positivamente os desafios que nos são impostos não somente no sentido de se prevenir e se recuperar de desequilíbrios orgânicos, mas também no sentido de se atingir objetivos individuais e coletivos. Já as negativas representam um distanciamento da condição de saúde, ou seja, representam limitações no grau de desenvolvimento de diferentes potenciais e a manifestação de processos de morbidade e mortalidade.

Se por um lado existe uma relação entre AF e algumas dimensões da saúde, por outro, não se pode assumir que a AF sozinha se constitua em uma espécie de tábua de salvação para a prevenção e/ou resolução dos problemas de saúde dos indivíduos. Conforme mencionado anteriormente, a condição de saúde é multidimensional. Ela é determinada por vários fatores, como por exemplo, o ambiente em que se vive, a moradia, o saneamento básico, as condições de empregabilidade, o tipo de trabalho que se exerce, a renda, as condições de alimentação, o tipo de transporte utilizado, as atividades de lazer e o acesso aos serviços de saúde que as pessoas possuem (CARVALHO, 2001, FERREIRA, 2001, PALMA, 2001). Outros fatores que também se relacionam com a condição de saúde são as extensas jornadas de trabalho, a falta de tempo para o lazer e para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos; as práticas e valores materialistas e consumistas que permeiam a sociedade moderna; os péssimos hábitos alimentares; as relações despersonalizadas entre os indivíduos; e o crescente processo de “descorporalização” das experiências humanas.<sup>102</sup>

Embora a relação entre atividade física e algumas dimensões da saúde (principalmente a biológica e emocional) esteja bem evidenciada através de pesquisas e através da divulgação dos resultados de pesquisas pela mídia, grande parte da população não se engaja em atividade física de forma regular. Vários estudos apontam para esta realidade. Por exemplo, o Datafolha desenvolveu uma pesquisa com 2.054 indivíduos entre 18 e 60 anos em 98 municípios brasileiros sorteados aleatoriamente e concluiu que 60% dos entrevistados não praticavam nenhum tipo de atividade física (Folha de São Paulo, 27.11.97). Monteiro *et al.* (2003) desenvolveram um estudo envolvendo uma amostragem probabilística estratificada composta por 11.033 pessoas com mais de 20 anos de idade, habitantes do nordeste e sudeste do Brasil, universo de pesquisa este, que segundo os autores,

<sup>101</sup> Tomei a idéia de “pólos positivo e negativo” emprestada de Nahas (2006, p. 41), que se utiliza destes termos para discutir saúde. Ao usar estes termos, no entanto, abordo algumas questões que este autor não trabalha.

<sup>102</sup> Este processo de descorporalização refere-se ao fato de que as pessoas estão perdendo contato com o seu corpo em função do uso das tecnologias para executarem o seu trabalho, para se locomoverem e para se relacionarem diretamente com as pessoas e com o meio em que vivem (ROCHA, 2005).

na época em que o levantamento de dados foi realizado (1996-1997), correspondia a 70% da população brasileira. De acordo com os autores desta pesquisa, somente 13% dos sujeitos que participaram do estudo afirmou fazer algum tipo de atividade física pelo menos uma vez por semana durante 30 minutos. Desses, apenas 3,3% afirmou fazer um mínimo de 30 minutos de atividade física pelo menos 5 vezes por semana. Pitanga e Lessa (2005) também desenvolveram pesquisa sobre o tema envolvendo 2.292 adultos da cidade de Salvador de diversos níveis sociais e educacionais. Esses pesquisadores chegaram à conclusão que 72,5% dos entrevistados eram sedentários durante seu tempo de lazer. Ao analisarmos estes dados faz-se importante enfatizar que tanto Monteiro *et al.* (2003) quanto Pitanga e Lessa (2005) investigaram apenas o nível de atividade física no lazer. Isto significa que talvez parte da população pesquisada exerça algum tipo de atividade física para locomover-se e/ou para a realização de atividades domésticas e profissionais. Mas mesmo assim, o fato é que parte significativa da população permanece sedentária no tempo de lazer e que este tempo poderia estar sendo melhor aproveitado no sentido da promoção da saúde das pessoas.

Embora algumas pesquisas indiquem que a falta de adesão a práticas regulares e permanentes de atividade física seja maior nas populações de baixa renda e escolaridade (MONTEIRO, 2003; NONOMURA, 1998; OWEN, BAUMAN, 1992; PITANGA, LESSA, 2005), o fator sócio-econômico por si só não consegue explicar o fenômeno do sedentarismo. Existe um alto grau de sedentarismo também em classes sociais mais abastadas e em países desenvolvidos. Tomemos como exemplo a população norte-americana. Schoenborn e Barnes (2002) revelam que 38.3% dos adultos afirmam não fazer nenhum tipo de atividade física durante o lazer e que 21% da população reconhece fazer menos do que o recomendado de 30 minutos de exercício leve a moderado 5 ou mais dias da semana, ou 20 minutos de atividade vigorosa pelo menos 3 vezes por semana. Já o Department of Health and Human Services (2004), que compilou dados de uma amostragem de 170.423 pessoas vivendo em diferentes regiões nos EUA, aponta que 25% do universo entrevistado em 2002 afirma não ter praticado nenhum tipo de atividade física ou exercícios fora do trabalho durante o último mês. Em pesquisa realizada na Austrália, chegou-se à conclusão que 29.7% da população é sedentária em seu tempo de lazer (OWEN e BOUMAN, 1992). Estudos desenvolvidos na Europa afirmam que em média 32% dos adultos não pratica nenhum tipo de atividade física durante o lazer. Segundo as estatísticas, o grau de sedentarismo neste continente varia desde 12% na Suécia até 61% em Portugal (MONTEIRO, 2003).

Os dados acima nos levam a concluir que, embora fatores sócio-econômicos, educacionais e culturais exerçam influência no grau de sedentarismo e/ou adesão à atividade física, estes por si só não dão conta de explicar o baixo nível de engajamento das pessoas neste tipo de atividade. Segundo Nonomura (1998), alguns fatores importantes associados ao sedentarismo são: falta de tempo; cansaço e fadiga; falta de motivação; falta de conhecimento e autonomia para a

prática da atividade física; baixo nível de capacidade física e motora; problemas médicos; falta de acesso a instalações e equipamentos. Também segundo esse autor, alguns dos principais fatores relacionados com a adesão à atividade física são: controle do peso e estética; sensação de bem estar e disposição; benefícios à saúde; prazer; alívio de ansiedade e stress; socialização; nível de esclarecimento em relação à importância da atividade física; percepção de tempo disponível; acesso à ambientes/instalações/equipamentos; apoio da família; participação prévia em programas de atividade física e autoconfiança no sentido de se obter novamente bons resultados neste tipo de atividade. Outras variáveis citadas por interferirem ambos com o grau de sedentarismo e/ou adesão à atividade física são idade, sexo, estado civil, estado de saúde e tipo de ocupação.

Ferreira e Najjar (2005), baseados em uma extensa revisão de literatura sobre o tema, também destacam os seguintes fatores de adesão à AF:

experiências anteriores na prática desportiva e de exercícios físicos; apoio do cônjuge e de familiares [...] aconselhamento médico [...] conveniência do local de exercitação [...] aspectos biológicos/fisiológicos [...]; gênero [...]; auto-motivação para a prática do exercício [...]; disponibilidade de tempo [...] condição sócio-econômica [...]; conhecimento sobre exercício físico e acesso a instalações e espaços adequados à prática de exercício físicos.

Se é bem verdade que todos os fatores acima exercem influência nos graus de adesão e aderência à atividade física, eles não dão conta de explicar porque pessoas em condições semelhantes de vida, umas engajam-se, e outras não, em atividade física de forma permanente. Eles não explicam questões tais como: Por que pessoas que teoricamente possuem condições ideais para a prática da AF (com um bom nível sócio-cultural e educacional, bom estado de saúde, tempo de lazer disponível, fácil acesso a espaços e equipamentos desportivos, etc.), mesmo sabendo da importância da AF regular para a sua saúde, se mantêm procrastinando o início e/ou continuidade de tal prática? Por que, por outro lado, algumas pessoas mesmo diante de inúmeras dificuldades (ex. limitações financeiras, filhos pequenos, falta de tempo e/ou falta de acesso a locais seguros e bem equipados) não abrem mão desta prática? Este é o caso de alguns sujeitos que entrevistei para um projeto de pesquisa que estou desenvolvendo junto à rede CEDES, que visa investigar, a partir de uma perspectiva qualitativa, o que tem levado um grupo de adultos a praticar atividade física de forma regular. O projeto está em andamento e até o momento foram compilados dados apenas de três mulheres com baixo nível de renda e escolaridade e que fazem ginástica em uma praça pública no município de Campo Largo, Paraná. Embora tenha entrevistado apenas três mulheres, como as entrevistas foram aprofundadas, os dados até então coletados me permitem tecer, a seguir, algumas considerações que se relacionam com a proposta deste trabalho.

## ALGUNS RESULTADOS DA PESQUISA...

Outro dia interroguei um conhecido por que ele não pratica nenhum tipo de atividade física, uma vez que o seu médico lhe recomendou este tipo de atividade, e uma vez que ele é bem informado sobre as relações entre a AF—feita de forma adequada e regular—e a saúde. Ele replicou que trabalhava o dia inteiro em um emprego estressante e repleto de responsabilidades e obrigações as quais não gostava nem um pouco. Portanto, quando saía do trabalho, não queria se submeter a nenhum outro tipo de obrigação. O depoimento desse conhecido veio a reforçar algumas conclusões a que estava chegando a partir da análise dos dados que havia compilado através das entrevistas para a pesquisa. Esses sugerem que, independentemente dos fatores que levam os indivíduos a iniciar a prática da AF (razões médicas, estéticas, socialização, alívio de stress, etc.), o “gostar” da AF e o sentir prazer em tal prática, é um dos elementos mais importantes para a aderência à AF a longo prazo. Embora o meu conhecido não tenha diretamente dito que não gostava de AF, parece evidente que se ele encara este tipo de atividade como uma “obrigação”, a AF provavelmente não lhe é muito prazerosa, ou pelo menos não é prazerosa o suficiente para que abra mão de outras atividades em prol da mesma.

Ao falarem sobre o bem estar físico e mental que a AF lhes proporciona, as três participantes de minha pesquisa também enfatizaram o prazer que sentem ao realizar este tipo de atividade. Vejamos, a seguir, algumas de suas falas para ilustrar e discutir o que foi dito até então:

Participante 1:

P1 - Eu gosto da ginástica. Ela pra mim é muito gostosa. É um lazer [...]. Eu me sinto mais disposta, mais animada. O corpo parece que age mais. Tem mais agilidade [...]. E pra saúde, acho que isso é importante.

E - Quando você fala em saúde, você pensa em quê?

P1 - É a gente se sentir bem, né? Tipo assim, se sentir bem com o que a gente faz, é tá sempre bem, tá sempre disposta, né?

E - Disposta? Como assim?

P1 - É me sentir bem comigo mesmo! É isso! É isso que eu sinto quando faço ginástica!

Segundo essa participante, que antes de iniciar a sua prática de ginástica na praça sofria de fortes dores nas pernas, e conseqüentemente, de algumas limitações para a sua locomoção, a AF passou a lhe proporcionar mais agilidade e disposição, o que a ajudou a sentir-se melhor consigo mesma. Um dado interessante em relação a essa participante é que ela declarou que iniciou a fazer ginástica “porque precisava ter um compromisso”, uma vez que na época em que deu início a esta atividade, estava desempregada e sentia-se deprimida. No decorrer da pesquisa, no entanto, ela disse que a AF para ela era “um lazer” e que amava este tipo de atividade. Intrigada com esse depoimento, busquei então investigar o que

para mim parecia ser um paradoxo: Como podia para esta participante ser a AF compromisso e lazer ao mesmo tempo? Na medida em que ela respondia às minhas perguntas, e depois, durante a análise de dados, compreendi que “compromisso” e “lazer” para ela não eram coisas paradoxais, uma vez que quando ela afirmava ser a ginástica um “compromisso”, o compromisso que ela tinha era para com ela mesma. Ou seja, a prática da AF para ela não era meramente uma recomendação ou imposição que vinha de terceiros, mas era um compromisso que ela mesma firmou para o seu próprio proveito e prazer e para o seu sentir-se bem consigo mesma.

A sensação de prazer que as três participantes possuem ao praticar a ginástica parece estar diretamente relacionada com o grau de “presença no momento” e de relaxamento físico e mental que este tipo de atividade lhes proporciona. Vejamos, por exemplo, os dois depoimentos a seguir:

Participante 2:

P2 – É bom. Eu amo a ginástica. Eu gosto mesmo porque você trabalha com o corpo e trabalha com a mente também né?

E – Você trabalha com a mente em que sentido?

P2- A gente não pensa nos problema, né?

E – Não pensa?

P2 – Só pensa na atividade que tá fazendo né? [...] Daí a gente relaxa, fica bem relaxado [...] você pode tá cansado, como você tiver né? [...] Você chega aqui e você começa a fazer ginástica e você esquece da tua canseira. Esquece tudo [...]. O meu marido diz que a melhor coisa que eu fiz é vir participar da ginástica.

E – Por que ele acha isso?

P2 – Ele achou que fez muito bem pra mim e pra minha saúde. Diz que eu era muito agitada, só queria saber de trabalhar, trabalhar e trabalhar. Agora sou mais tranqüila.

Participante 3:

P3 – Eu adoro a ginástica. Eu gosto porque eu acho assim que fazendo ginástica, o meu corpo descansa [...] eu me sinto leve [...] A parte que eu gosto mais da ginástica, é que ela descansa a memória [...]. [A gente] se esquece de coisas que as vezes ia ficar pensando. Então ali é um meio para eu descansar, tanto o físico como a memória, né?

E – Como você se sente quando faz ginástica?

P3 – Me sinto leve, me sinto assim tranqüila. Então tira assim tudo de ruim. Que nem a gente sai do serviço, a gente sai as vezes cansado e pesado. A ginástica faz a gente se sentir com o corpo mais alongado, mais sossegado, assim descansado mesmo, sabe?

E – Aham. Você falou que a ginástica te descansa a memória. O que você quis dizer com isso?

P3 –[...] Em vez de você ficar pensando só em trabalho e em fazer coisas, você esquece. Naquele momento de fazer ginástica você esquece de tudo. Você põe a cabeça naquilo ali só que você ta fazendo, né? A gente se torna ali naquele momento uma criança né, que não pensa em coisas...

Como podemos observar nas falas acima, para as entrevistadas, a prática da AF é um prazer. Este tipo de atividade lhes proporciona não somente um bem estar físico, mas também—e talvez principalmente — mental. Para elas, a ginástica não é meramente um meio de alcançar uma melhor aptidão física, saúde, estética em algum dia no futuro. É algo que lhes dá um retorno imediato, no “aqui” e no “agora”. Ela lhes alivia as tensões, produz relaxamento, e lhes gera prazer no momento em que a estão praticando.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos sugerem que a informação sobre a importância da AF para a adesão e aderência à atividade física é um elemento fundamental para a prática de tal atividade (DOMINGUES, M. R.; ARAÚJO, C. L. P.; GIGANTE, D. P., 2004). De fato, muitos programas de fôlego, como por exemplo, o *Agita São Paulo* se baseiam neste princípio (FRAGA, 2005<sup>103</sup>; MATSUDO, 2003). Se por um lado informações sobre os benefícios da AF à saúde são importantes e certamente influenciam no nível de adesão à atividade física, por outro, elas, por si só não dão conta da aderência a longo prazo neste tipo de atividade. Ao se retirar o acesso às informações e aos estímulos para a prática da AF, muitos tendem a abandoná-la (MARCUS *et al.*, 1998).

Kunz e Santos (2005) publicaram um artigo bastante instigante onde afirmam que a AF pode se tornar um fator de risco à saúde se feita de forma destituída de significado. Por exemplo, a execução de um determinado tipo de atividade física sob pressão para o alívio do estresse pode se tornar mais um fator de estresse, e portanto, de risco à saúde. Embora este pensamento possa parecer radical, ele oferece elementos para explicar, pelo menos em parte, porque muitos, a despeito de seu grau de informação sobre a importância da AF e apesar de terem condições materiais de engajarem-se de forma permanente na mesma, acabam não se engajando, como é o caso do meu conhecido citado anteriormente. Ele já é obrigado a fazer tantas atividades destituídas de um significado pessoal em seu cotidiano profissional, que em seu tempo de lazer não quer se submeter a nada mais que possa comprometer os seus interesses pessoais e as coisas que realmente gosta de fazer.

<sup>103</sup> Fraga faz uma leitura crítica a respeito deste pressuposto.

Quando a atividade é prazerosa e tem um significado pessoal para quem a pratica, ela pode alimentar a motivação e a força de vontade necessárias para que os indivíduos superem todas as dificuldades para não abrirem mão da mesma, como acontece com as mulheres participantes de minha pesquisa. Todas as três recebem no máximo um salário mínimo por mês, são mães de família e trabalham no mínimo 8 horas por dia, 5 vezes por semana. Duas delas inclusive caminham aproximadamente 45 minutos depois de trabalharem o dia inteiro para chegar até a praça onde a ginástica ocorre (elas não possuem dinheiro para pagar o ônibus), o que demonstra o seu alto grau de comprometimento para se manterem na ginástica.

Ao finalizar este trabalho, gostaria de tecer três considerações no sentido de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que visem promover a AF: (1) Conforme discutem vários autores já citados anteriormente, inúmeros fatores influenciam a prática — ou não — da AF, como por exemplo, condições de trabalho, moradia e segurança, nível de escolaridade, acesso a espaços, equipamentos e profissionais bem preparados para a orientação da AF, entre outros. Estes fatores, portanto, precisam ser levados em consideração para que se possa proporcionar à população condições materiais para a prática da AF. Eles também precisam ser levados em consideração para que não se incorra em propagandas enganosas que “culpabilizam as vítimas” por não fazerem AF de forma regular, como se para a maioria da população, fazer tal atividade fosse uma opção. Muitos nem mesmo podem sonhar com esta prática por estarem doentes, por estarem famintos, por estarem exaustos devido à suas longas jornadas de trabalho, ou por não terem condições de segurança para se arriscar nas ruas de sua vizinhança. (2) Considerando-se que o ser humano desenvolve gostos e hábitos difíceis de serem mudados desde cedo na infância, precisa-se promover programas no sentido de se educar as crianças já desde seus primeiros anos de vida sobre a importância da AF para a saúde e de ajudá-las a desenvolver o gosto e o hábito por tal atividade. Isto somente será possível se condições concretas para a prática da AF forem ofertadas através de diferentes opções de espaços e equipamentos e acesso a profissionais bem preparados para orientá-las de forma que este tipo de atividade seja feita de forma adequada, lúdica e prazerosa. (3) Já para a população adulta, necessita-se desenvolver programas que incentivem a prática da AF da forma mais aproximada possível com os interesses dos indivíduos, para que esta tenha algum significado pessoal para os mesmos e lhes proporcione um senso de prazer no momento em que a AF ocorre, e não somente em um futuro distante. Do contrário, muitos continuarão a não aderir a este tipo de atividade e outros, tenderão a desistir da mesma logo após algumas poucas sessões.

Em termos de recomendações para futuras pesquisas, na mesma linha de argumentação que Carvalho (2001), Freitas (2006), Kunz e Santos (2005), Lovisolo (2002), entre outros, creio que se quisermos de fato formular programas que atendam as necessidades dos indivíduos e os estimulem à prática permanente da AF, precisamos não somente entender a multiplicidade de fatores materiais, sócio-econômicos e culturais que determinam a aderência na AF, mas também continuar

resgatando as significações que os sujeitos dão às suas práticas. Embora dados estatísticos possam nos oferecer registros importantes sobre os níveis de AF e aptidão física, preferências, opiniões, etc., precisamos melhor compreender o sujeito que se movimenta ou vai se movimentar. Ou seja, precisamos melhor entender as suas predileções, escolhas e forma de pensar, o que só pode ser apreendido através de abordagens qualitativas de pesquisa que dêem conta de explorar a sua subjetividade. Do contrário, vamos continuar formulando programas que embora possam ter uma grande aceitação inicial, a longo prazo, estarão fadados ao fracasso devido à falta de aderência aos mesmos.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, A. E. Updating the evidence that physical activity is good for health: an epidemiological review 2000-2003. *Journal of Science and Medicine in Sport*, v. 7, n. 1, supplement, 6-19, 2004.

CARVALHO, Y. M. de. Atividade física e saúde: onde está e quem é o "sujeito" da relação? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 9-22, jan. 2001.

CORBIN, C. B. Youth fitness, exercise and health: there is much to be done. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, v. 589, n. 4, p. 308-314, 1987.

DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. Centers for disease control and prevention. *Morbidity and Mortality Weekly Report*, v. 56, n.4, p. 82-86, 2004.

DOMINGUES, M. R.; ARAÚJO, C. L. P.; GIGANTE, D. P. Conhecimento e percepção sobre exercício físico em uma população adulta urbana do sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 204-215, 2004.

FERREIRA, M. S. Aptidão física e saúde na Educação Física escolar: ampliando o enfoque. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 41-54, jan. 2001.

FERREIRA, M. S.; NAJAR, A. L. Adesão, programas de promoção da atividade física e saúde: elementos para uma avaliação. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XIV e CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, I, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. 1 CD-Rom.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Datafolha: 60% dos brasileiros estão parados*. Especial: Mexa-se. São Paulo, 27 jun. 1997, p. 12.

FRAGA, A. B. *Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa*. Porto Alegre, 2005, 175f. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREITAS, F. F.; BRASIL, F. K.; DA SILVA, C. L. Práticas corporais e saúde: novos olhares. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 27, n. 3, p. 169-183, 2006.

KESANIEMI Y. A. *et al.* Dose-response issues concerning physical activity and health: an evidence-based symposium. *Medicine and Science in Sports and Exercise*, v. 33, n. 6, p. 345-641, 2001.

KOHL, H. M. Physical activity and cardiovascular disease: evidence for a dose response. *Med Sci Sports Exerc.* v. 22, p. 472-83, 2001.

KUNZ, E.; SANTOS, L. M. E. Ministério da Saúde adverte: viver é prejudicial à saúde. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XIV e CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, I., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. 1 CD-Rom.

LOVISOLO, H. Atividade física e saúde: uma agenda sociológica de pesquisa. In: MOREIRA, W. W. ; SIMÕES, R. *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

MARCUS, B. H. *et al.* Physical activity interventions using mass media, print media, and information technology. *Am. J. of Preventive Medicine*, v. 15, n.4, p. 362-378, 1998.

MATSUDO, S. *et al.* The Agita São Paulo as a model for using physical activity to promote health. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health*, v. 14, n. 4, p. 265-272, 2003.

MONTEIRO, C. A. *et al.* A descriptive epidemiology of leisure-time physical activity in Brazil, 1996-1997. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health* v. 14, n. 4, p. 246-253, 2003.

NONOMURA, M. Motivos de adesão à atividade física em função das variáveis idade, sexo, grau de instrução e tempo de permanência. *Atividade Física e Saúde*, v.3, n. 3, p. 45-58, 1998.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita*. 7 ed. Rio de Janeiro; Bertrand, 2002.

OWEN, N.; BAUMAN, A. The descriptive epidemiology of physical inactivity in adult Australians. *International Journal of Epidemiology*, v. 21, p. 305-310, 1992.

PAFFENBARGER, R. S.; HYDE, R. T. Exercise in prevention of coronary heart disease. *Preventative Medicine*, v. 13, p. 3-22, 1984.

PAFFENBARGER, R. *et al.* Physical activity, all-cause mortality, and longevity of college alumni. *New England Journal of Medicine*, v. 314, p. 605-613, 1986.

PALMA, A. Educação física, corpo e saúde: uma reflexão sobre outros “modos de olhar”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 23-40, jan. 2001.

PATE, R. *et al.* Physical activity and public health: a recommendation from the centers for disease control and prevention and the American College of Sports Medicine. *JAMA*, v. 273, n. 5, p. 402-407, 1995.

PITANGA, J. G.; LESSA, I. Prevalência e fatores associados ao sedentarismo no lazer em adultos. *Caderno de Saúde Pública*, v. 21, n. 3, p. 870-877, mai-jun, 2005.

POWELL, K. E. Habitual exercise and public health: an epidemiological view. In: DISHMAN, R. K. (ed.). *Exercise adherence: its impact on public health*. Champaign: Human Kinetics, 1998

ROCHA, D. L. DE S. A utilização das tecnologias e o processo de descorporalização humana. In: LUCK, H. *Tecnologia e educação: perspectivas integradoras*. Curitiba: Positivo, 2005.

SCHOENBORN, C. A.; BARNES P. M. *Leisure-time physical activity among adults: United States 1997-1998*. Hyattsvill: National Center for Health Statistics, 2002.



---

Caixa Postal 2096 - Jundiaí - SP - 13201-973  
Tel./Fax: (11) 4587-9610 - Tel.: (11) 4587-9611  
atendimento@editorafontoura.com.br

[www.editorafontoura.com.br](http://www.editorafontoura.com.br)

## Outros títulos



### Solicite catálogo completo

Caixa postal 2096  
Jundiaí - SP  
13201-973

Tel. (11) 4587-9611  
Fax. (11) 4587-9610

**e-mail:**  
atendimento@editorafontoura.com.br

**Visite**  
www.editorafontoura.com.br

# Esporte e Lazer

Este livro visa fazer uma apresentação dos resultados das pesquisas que compõem o núcleo da Rede CEDES Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer da Universidade Federal do Paraná. O núcleo CEDES/UFPR foi implantado no Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (CEPELS) no Departamento de Educação Física da UFPR em julho de 2005 e no momento envolve 10 professores e vários alunos bolsistas e voluntários. Os trabalhos deste núcleo têm sido financiados pelo Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer e pela UFPR.

A rede CEDES/UFPR iniciou os seus trabalhos com dois objetivos principais: fazer um diagnóstico da gestão pública, dos programas, dos projetos, dos espaços e dos equipamentos para o esporte e lazer existentes nos municípios paranaenses e o de desenvolver um mapeamento dos hábitos dos municípios sobre esporte e lazer.

Os projetos que compõem o núcleo CEDES/UFPR são: Diagnóstico das políticas públicas para o esporte e lazer no Estado do Paraná, Diagnóstico e catalogação dos programas e projetos sócio-esportivos e de incentivo ao esporte no Estado do Paraná, Diagnóstico dos programas de atividades físicas, esportivas e de lazer para idosos, O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer, Formulação de hábitos de esporte e lazer, Identificação de acervos para levantamento de fontes para História da Educação Física, esporte e lazer no Paraná, Atividade física, saúde e lazer: subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas, Análise sociológica das políticas públicas e projetos esportivos, Mecanismos de transferências de resultados do Projeto Rede CEDES e Observatório do torcedor.

ISBN 978-85-87114-42-6



9 788587 114426